

A close-up photograph of a hand holding several small, light-colored seeds. The hand is positioned above a plant with vibrant green leaves and a central cluster of long, thin, white, hair-like filaments that radiate outwards. The background is dark, making the green and white elements stand out.

COMG
ANATI PEREZA
CONTAGIO

MATHEUS REIS

MATHEUS REIS

"A NATUREZA COMO CONTÁGIO"

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

APROVADA: 14 de dezembro de 2017.

Ficha catalográfica elaborada por Marluce Barbosa – CRB 8/7313
Sistemas de Bibliotecas e Informação – SBI – PUC-Campinas

t709.04 Reis, Matheus.
R375n A natureza como contágio / Matheus Reis. - Campinas: PUC-Campinas,
2017.
178f.

Orientadora: Luisa Angélica Paraguai Donati.
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
Centro de Linguagem e Comunicação, Pós-Graduação em Linguagens, Mídia
e Arte.
Inclui anexo e bibliografia.

1. Arte moderna - Séc. XXI. 2. Sustentabilidade. 3. Meio ambiente (Arte).
4. Permacultura. 5. Cartografia. I. Donati, Luisa Angélica Paraguai. II. Pontifícia
Universidade Católica de Campinas. Centro de Linguagem e Comunicação.
Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte. III. Título.

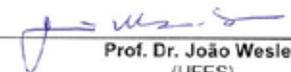
CDD – 22. ed. t709.04



Prof.ª Dr.ª Luisa Angélica Paraguai Donati
(Orientadora - PUC-CAMPINAS)



Prof.ª Dr.ª Paula Cristina Somenzari Amozara
(PUC-CAMPINAS)



Prof. Dr. João Wesley
(UFES)

Agradecimentos

É difícil agradecer as pessoas porque, para isso, pressupõe-se que não sou também elas, ao menos que em parte – tenho que ser outro que se anuncia para agradecer. Porém, o ser é todo esse mosaico de pessoas que se confundem, entrelaçadas por trajetos trilhados em conjunto, experiências e afetos. Sou um pouco de cada um que tento recordar para agradecer e vice-versa, pois nada vive em isolamento. De todo modo, fica minha profunda gratidão a todos que colaboraram com essa pesquisa, com o desenvolvimento do ambiente e a exposição Contágio:

Aos amigos artistas que exploraram essas potências, colaborando na expansão de nossas possibilidades e trocas no Atelier Contágio: Alexandre Silveira, Camila Torres, Caio Boteghim, Cecilia Stelini, Diana Lanças, Fabiano Carriero, Gabriela Benatti, Gilson Corrêa, Iam Campigotto, Luana Veiga, Luis Martinelli, Luiz Cruz, Maria Nascimento, Mateus Stelini, Raphael Wohnrath, Seizo Soares, Ticiano Monteiro e Vitor Nascimento.

A ajuda e esforço dos amigos e amigas que constituíram-se ao processo participando dos mutirões e projeções: Adeniran Balthazar, Andrey Sanson, Ana Thomaz, Cristiano Cerejo, Julia Garcia de Oliveira, Juliana Vignado, Jefferson Dorta, Bruna de Oliveira, Homero Figueiredo, Mariane Maróstica, Mônica Silveira, Yasmin Demanboro, Ananda Demanboro, Mayla Demanboro, Hilka Liberato.

A parceria da orientadora Luisa Paraguai, a Paula Almozara por acompanhar e motivar os processos desde 2015, aos excelentes docentes do LIMIAR, bem como aos professores Paulo Cheida Sans, Cecilia Stelini, Carlos Demanboro, João Wesley, Luciane Oliveira e Janaina Camilo por tantas boas conversas, pensamentos,, aprendizados e amizade.

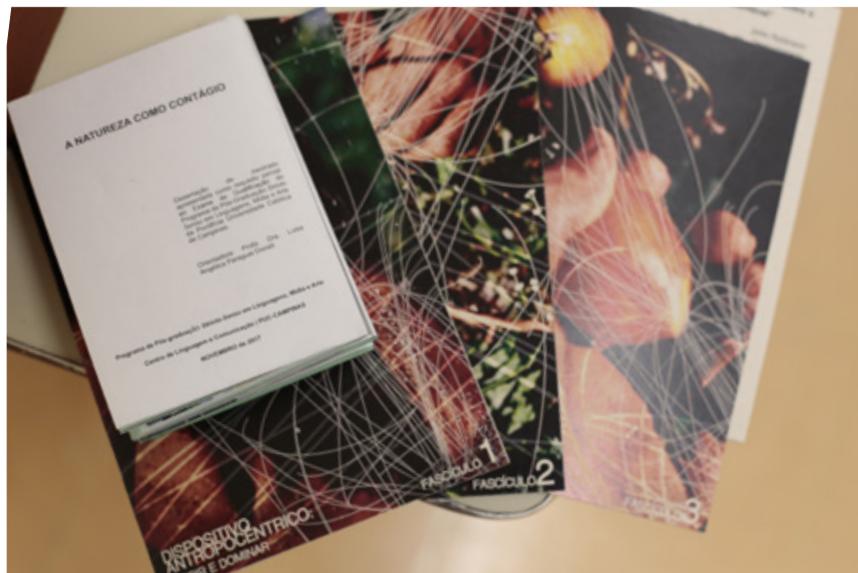
A minha companheira Paola e minha filha Flora. Aos meus pais Adriano R. Reis e Maria das Graças Reis e demais familiares.

Estou cercado de pessoas motivadas a sustentar outras formas de viver e habitar a Terra, especialmente em um momento histórico em que as capacidades de socialização e autonomia encontram-se tão alienadas e vulneráveis, também por isso sou extremamente grato. Obrigado por compartilharem as seguintes provocações aqui descritas.

Dedicado à memória de minha avó Antonia Maria Rodrigues de Moraes.

Volume original entregue para os membros da banca contendo: quatro fascículos, um mapemeamento índice da dissertação e uma cartografia do Atelier Contágio.

Papel reciclado, madeira pinus, tinta acrílica de pigmentos naturais, verniz natural de própolis bruto, sisal tingido com pigmentos naturais, 15x22x10cm, 1/4.



RESUMO

Com o consumo intensivo dos recursos naturais que alcançamos no século XXI e o reconhecimento das ações humanas como condutoras do esgotamento socioambiental, é imprescindível investigar modos de interferência nos ambientes por meio da interação e de transformar essas relações em potência. Com isso, busca-se através da cartografia uma enunciação relacional aproximando processos artísticos e práticas eco-lógicas desenvolvidas no Atelier Contágio. A partir desse mapeamento, apresentam-se fascículos que contribuem com um esforço teórico/conceitual para abordar alguns sentidos presentes nessas práticas.

Palavras-chave: Arte Contemporânea, Sustentabilidade, Ciências do ambiente, Ecosofia, Cartografia.

With the intensive consumption of natural resources that we have achieved in the 21st century and the recognition of human actions as drivers of socio-environmental exhaustion, it is imperative to investigate ways of interfering in the environments through interaction and transforming these relationships into potentiality. Through this, we search through cartography a relational enunciation approaching of artistic processes and eco-logical practices developed in the Atelier Contagio. From this mapping, are presented fascicles that contribute with a theoretical / conceptual effort to approach some senses present in these practices.

Keywords: Contemporary Art, Sustainability, Environmental Sciences, Ecosophy, Cartography.

INSTRUÇÕES DE LEITURA

Você está visualizando o mapeamento de “A natureza como contágio” e seus princípios norteadores. Inicie pelo resumo e pela introdução geral para a compreensão básica da proposta. A volume original é fragmentado em fascículos e mapas cartográficos (p.6-7), esta versão, trata-se então de uma adaptação, um outro estado, com outras potencialidades.

Essa versão, contém os quatro fascículos reunidos com a abordagem teórica/conceitual da pesquisa que podem ser lidos separadamente, em sequência e também vinculados ao mapeamento da exposição que encontra-se como anexo ao final, possibilitando visualizar a coexistência entre prática/teoria enquanto estados de um mesmo processo. Abaixo do platô de cada artista ou estrutura, há um código de referência presente também no decorrer dos textos que podem ser consultados. Em seguida, escolha seus próprios percursos de leitura.

Ao final encontra-se um breve relato dos desenvolvimentos artísticos e ambientais do Atelier Contágio e as considerações sobre o processo. Boa leitura!

SUMÁRIO

resumo	8
instruções de leitura	9
introdução geral	12
referências bibliográficas	140
lista de figuras	148
FASCÍCULO 1	17
DISPOSITIVO ANTROPOCÊNTRICO: DIVIDIR E DOMINAR	
FASCÍCULO 2	47
SUJEITO E AMBIENTE E UMA NATUREZA COMUM	
FASCÍCULO 3	99
INTERFERÊNCIA E TERRITÓRIO E CARTOGRAFIA: A ARTE PENSA O AMBIENTE	
FASCÍCULO 4	152
TRADUÇÃO DO ARTIGO: “A quadratura do círculo? Alguns pensamentos sobre a ideia de desenvolvimento sustentável” John Robinson (2003)	
MAPEAMENTOS EM ANEXO	192
INTRODUÇÃO, EXPOSIÇÃO E CARTOGRAFIA DO ATELIER CONTÁGIO	192
CONSIDERAÇÕES DE PROCESSO	208

INTRODUÇÃO

Considerando a complexidade do campo eco-lógico contemporâneo (em seus agenciamentos subjetivos, sociais e ambientais), a pesquisa de práticas, processos e poéticas envolve um deslocamento por diversos domínios e campos de saberes, fazendo-se necessária uma abordagem metodológica flexível, que possibilite um panorama ampliado dessas potencialidades. Para tal abordagem, assume-se a cartografia por tratar-se de uma metodologia que enfatiza a processualidade como um saber-fazer. Embora envolva mapeamentos pragmáticos do ambiente pesquisado, sua trama também está no encargo da territorialidade enquanto uma construção subjetiva, tecendo uma rede de conexões relevantes para o campo de análise. Assim, há uma ênfase ao reconhecimento elucidado pelas experiências e descobertas que indicam a sucessão de planos/vetores/intensidades ao longo do trajeto.

Nesse mapa introdutório, propõe-se articular o Atelier Contágio (histórico, monitoramento e desenvolvimento), às produções artísticas realizadas numa exposição coletiva sucedente, onde os artistas territorializam o ambiente, enquanto são simultaneamente territorializados. Vinculam-se a esse mapeamento, quatro fascículos que trazem uma reflexão teórica/conceitual.

O primeiro, trata de repensar a fronteira dicotômica na qual a natureza é representada como objeto inerte e externo ao sujeito. Busca-se um rompimento paradigmático com o pensamento antropocêntrico moderno, entendido como um

dispositivo de convencões ético-estéticas partilhadas nas práticas culturais.

Para isso, utiliza-se de estudos de casos sintomáticos ao reconhecimento de suas técnicas e modelos.

No segundo, desenvolve-se um estado de arte transdisciplinar do pensamento eco-lógico contemporâneo, uma leitura fenomenológica do sujeito, de suas interferências e de possíveis convergências com a autopoieses natural - parte do jogo de forças do ambiente, onde outras espécies, elementos e forças geológicas também atuam como sujeitos em sua manutenção/metabolismo.

O terceiro fascículo mapeia conceitos e processos na arte contemporânea, provocando uma aproximação de suas abordagens como potenciais percepções ambientais. Desse modo, pretende-se que essas experimentações sejam compreendidas como referências, contribuindo para um diálogo com as demais áreas do conhecimento na criação de práticas/éticas/estéticas sustentáveis em vias de inovação e singularidade. Por fim, esses fascículos são complementados por uma tradução do artigo “A quadratura do círculo? Alguns pensamentos sobre a ideia de desenvolvimento sustentável” de John Robinson (2004), que situa historicamente o debate ambiental, contextualizando a sustentabilidade e seus desafios políticos no contemporâneo.



DISPOSITIVO
ANTROPOCENTRICO:
DIVIDIR E DOMINAR

FASCÍCULO 1

DISPOSITIVO ANTROPOCÊNTRICO:

DIVIDIR E DOMINAR

§1

A imprecisa observação geral enxerga em toda a natureza oposições (“quente e frio”, por exemplo), onde não há oposições, mas apenas diferenças de grau. Esse mau hábito nos induziu a querer entender e decompor segundo essas oposições também a natureza interior, o mundo ético-espiritual. Não há idéia de quanta dor, presunção, dureza, alienação e frieza foi incorporada à sensibilidade humana, ao se acreditar ver oposições, em vez de transições (NIETZSCHE, 2005, p.149).

Esse capítulo visa situar modelos antrópicos nas relações eco-lógicas contemporâneas diante de contextos ambientais catastróficos – como, por exemplo, o rompimento da barragem de mineração em Mariana/MG, o soterramento da Vila de Itaunas/ES, o impacto da construção de usinas hidrelétricas na Amazônia, a flexibilização das leis de proteção ambiental e o incentivo ao agronegócio com o desmatamento intensivo das florestas e áreas de preservação brasileiras. Para isso, discutimos as implicações do antropocentrismo, que assume o ser humano como protagonista do ambiente, enquanto os demais sujeitos são deslocados como exterior ao mesmo.

§2

O antagonismo gerado entre territórios subjetivos e físicos divide hierarquicamente a eco-lógica em um “mundo humano” e um “mundo não humano” (NACONECY, 2006, p.7), estabelecendo um mecanismo moral que agencia poder e saber nas relações sociais, conceituado por Foucault (1998) como “dispositivo”:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1998, p.244).

Desse modo, apresenta-se como desafio reconhecer esse dispositivo nos agenciamentos subjetivos, sociais e ambientais contemporâneos. Essa produção de subjetividades fixará sentidos, operando como uma “máquina abstrata” (DELEUZE e GUATTARI, 1997) que conduz à diferenciação entre ser humano e natureza, não por um desejo consciente do sujeito, mas pela modelização dos elementos epistêmicos e semânticos que conduzem à separação, sendo posteriormente reproduzidos exponencialmente nas convenções culturais e artísticas.

§3

Sendo assim, propõe-se pesquisar critérios de investigação que abordem essa produção de subjetividades normativa, considerando os processos de criação como linhas de fuga a outras multiplicidades. Nesse sentido, a pesquisa distancia-se da categorização de correntes discursivas para trabalhar com a lógica das intensidades como estratégia cartográfica:

Enquanto que a lógica dos conjuntos discursivos se propõe limitar muito bem seus objetos, a *lógica das intensidades, ou a eco-lógica*, leva em conta apenas o movimento, a intensidade dos processos evolutivos. O processo, que aqui oponho ao sistema ou à estrutura, visa a existência em vias de, ao

mesmo tempo, se constituir, se definir e se desterritorializar (GUATTARI, 2002, p.27-28).

Importa ainda pontuar que não uma unidade discursiva ambientalista, pois coexistem enquanto diferentes éticas, estéticas e atribuições morais condicionantes e/ou condicionadas pela sociedade industrial; ou seja, estão agenciadas por conflitos sistemáticos entre a lógica do mercado e do ambiente. Essa questão pode ser esclarecida convenientemente pela tradução do artigo de John Robinson (2004), disponível nesse volume. É comum algumas perspectivas sociológicas evidenciarem as contradições geradas por essas relações complexas para decalcar uma narrativa ecológica unificada, politicamente frágil e culturalmente romantizada como colocam Lipovetszki e Serroy (2015, p.398) e Žižek (2017).

Diferentemente, assumindo sua complexidade, a cultura ecológica contemporânea pode ser compreendida como um plano de imanência (DELEUZE e GUATTARI, 1992), um campo de investigação atravessado por multiplicidades que não cabem em uma análise reducionista. Sendo assim, abordar os modos de subjetivação envolve, além de uma flexibilização interdisciplinar, tomar as técnicas e modelos antropocêntricos como um critério paradigmático para analisar como essas múltiplas vertentes aproximam-se de sua ruptura política, seja no campo artístico, filosófico ou científico, como comenta Gutting (apud JAQUET, 2015):

A linguagem das ‘rupturas’ (breaks) epistemológicas sugere que existe algo para ser rompido, uma barreira que deve ser derrubada. [...] Um conceito ou método que evita uma ruptura epistemológica. Obstáculos são resíduos de antigas formas de pensar que, qualquer que tenha sido seu valor no passado, começaram então a bloquear o caminho da investigação (GUTTING apud JAQUET, 2015, p.218).

Num contexto histórico em que a lógica de mercado industrial é hegemônica na cultura ocidental e causa o desequilíbrio dos ecossistemas de todo o planeta, os processos e técnicas de criação eco-lógicas podem contribuir como brechas para a ruptura concebendo éticas/estéticas singulares, que constituem “espaços heterotópicos” (FOUCAULT, 2000, p.7), desarranjam mecanismos “bio-políticos” (FOUCAULT, 2008, p.334) e reivindicam a “vida nua” (AGAMBEN, 2007, p.15).

No entanto, observa-se como essa leitura não é uma simples análise maniqueísta e pode variar de inúmeras formas. Com isso, não se tem como intenção construir uma oposição entre o moderno e o pós-moderno, o eco-lógico e o antropocêntrico, mas agregar uma investigação no plano de multiplicidades que contempla a coexistência dessas estéticas/políticas em constante construção conjunta no contemporâneo.

Com isso, torna-se inevitável uma atenção maior ao sujeito-artista e seus processos, pois as estéticas/éticas que se desdobram na cultura e na arte, são sintomáticas às convenções ou rupturas dentro das quais são elaboradas. Portanto, apresenta-se o mapeamento teórico inicial, como uma referência para auxiliar e provocar a reflexão sobre as práticas de criação e suas interferências na eco-lógica, de modo a situar essas produções num mundo contemporâneo sobrecarregado de imagens que reiteram discursos massivamente.

Num plano social, esses processos legitimam-se como um “dispositivo” (FOUCAULT, 1998), que como convenção cultural partilhada é assumida enquanto um “estado natural ao ser humano” que se potencializa com impacto dos processos industriais, quando o sujeito-consumidor é alienado dos processos:

Se nos descobrimos agora como vivendo a nós próprios como indivíduos autocontidos, autocontrolados, não devendo nada

a outros por nossa natureza como tal, acabamos por supor que esse é um estado “natural” ou fixo das coisas. Em vez disso, trata-se de uma forma de inteligibilidade historicamente dependente, que exige, para sua sustentação continuada, um conjunto de compreensões partilhadas (SHOTTER e GERGEN apud ROSE, 2001, p.152).

Há uma grande contribuição de Deleuze e Guattari (1992) para se abordar como essas convenções partilhadas culturalmente atuam no campo do pensamento. Suas referências partem do que Nietzsche e Espinosa conceituaram como imagem do pensamento (DELEUZE e GUATARRI, 1992), construções de realidade do sujeito que condicionam sua experiência. Sob esta perspectiva, questiona-se a constituição de verdades e a identidade de sujeito-pesquisador à legitimar uma produção, pois reafirmar imagens de pensamento estaria sempre a convencionar padrões, como coloca Cardoso Jr., Weber e Nalli (2006):

(...) nessa desarrumação e no híbrido que surge de uma entidade Espinosa/Nietzsche, residiria um impulso para uma forma de pensar, impulso que a linearidade ou o finalismo da história da filosofia estaria escamoteando ou tolhendo. (...) Toda vez que se investe de uma imagem do pensamento, indica Deleuze com Nietzsche, o filósofo sente-se ungido por uma felicidade pesarosa, já que se diz imbuído das exigências da verdade, passando a julgar a vida ao opor-lhe valores ditos superiores (CARDOSO Jr., WEBER e NALLI, 2006, p.2-3)

Portanto, ater-se a verdade pode ser um grande inimigo do pesquisador, já que é condicionada por uma ordem moral e epistemológica pré-estabelecida. A partir dessa

imagem do pensamento, o sujeito-artista passa a reproduzir convenções em suas produções plásticas/poéticas.

§4

Dentre os preceitos em que se inscreve o antropocentrismo, encontra-se antes de tudo, a dicotomia entre natureza e ser humano. Essa abordagem cartesiana busca respaldo no entendimento de que o conhecimento se constrói na relação entre o sujeito e seu objeto. Tal premissa, parte da perspectiva da auto-representação contida em si-mesmo, como um elemento central a agenciar o ambiente e as outras espécies, seja para o exercício do pensamento ou utilidade pragmática. Sendo o ambiente um objeto exterior ao sujeito, sua interferência predatória não lhe imprime consequências diretamente. Essa condição binária entre dentro/fora desconsidera as demais potências que constituem a eco-lógica, ou seja, esse conceito de natureza exteriorizada e resumida é um objeto a ser utilizado conforme sua imagem.

Nesse movimento de diferenciação encontra-se um viés político que automatiza a produção de subjetividades a partir de um modelo de agenciamento hierárquico com o ambiente, uma máquina abstrata (DELEUZE e GUATARRI, 1992) que por vezes, sequer atribui valor moral aos demais sujeitos, senão ao próprio ser humano (SINGER, 2004).

§5

O antropocentrismo enquanto convenção partilhada está atrelado às relações simbólicas das culturas ocidentais. Cabe frisar que existem diferenciações em culturas como as ameríndias (DE CASTRO, 2015), as aborígenes e indianas, que assumem outras concepções de natureza, bem como de suas relações com

distintas espécies. Não assumindo estas epistemologias como investigação nessa pesquisa, por tratar-se de um assunto que requer uma investigação dedicada, propõe-se retomar brevemente algumas considerações sobre a construção histórica no ocidente.

As práticas e técnicas que colocaram a civilização à frente da dominação da natureza, antes de comporem com a epistemologia científica moderna, foram antecedidas por motivações metafísicas, míticas e religiosas que ainda se manifestam no contemporâneo. Há cerca de 5000 anos, no Egito Antigo, a crença na imortalidade conduzia à prática da mumificação (Figura 1) para representar o ser humano e seus animais sagrados (Figura 2) vencendo a morte. A negação da decomposição dos corpos, encontra através dessa técnica, uma tentativa de controlar a efemeridade da natureza para trazê-la de volta num projeto de dominação simbólica.

Na mitologia da Grécia Antiga, ainda que os deuses gregos assumam muitas vezes características panteístas, é possível verificar as técnicas humanas como processos civilizatórios para dominar as forças da natureza. Como exemplo, pode-se citar as métopes (Figura 3), no lado sul do Partenon, que retratam a luta do ser humano contra os centauros (metade homem, metade cavalo). Uma alegoria que costuma ser interpretada como uma vitória sobre o instinto selvagem, que figura o templo em homenagem a Atena, deusa da razão prática, da estratégia e da tática.

Em outra alegoria tem-se a história de um gigante chamado Tifão (Figura 4), filho de Geia (terra) e do Tártaro (uma referência às profundezas), nas origens do panteão grego, que coloca em fuga os deuses do Olimpo, travando uma batalha que é posteriormente vencida por Zeus e suas armas, como relata Zordan (2016):

Sua imagem [Tifão] mostra a natureza rebelde dos fluxos da Terra chocando-se contra a civilização que tenta controlá-los. Afirma o estado de combate travado na superfície, a permanente tensão entre os eflúvios secretos de Geia, matriz de todos abalos sísmicos, intempéries, cataclismos, útero canibal que gerou toda a miséria da carne, catacumba de si mesma e o poderio luminoso do Olimpo, governado por Zeus (...) A Zeus coube o domínio dos Céus e todo o poder sobre a Terra. Irmãos e filhos de Zeus, os deuses olímpianos possuem armas e artes inerentes a práticas da civilização (ZORDAN, 2016, s/p)

As alegorias metafísicas de dominação humana sobre a natureza, também encontram desdobramentos nas crenças judaico-cristãs. Assim como a batalha entre Tifão e Zeus reside na consolidação dos deuses olímpianos, a bíblia também prescreve no livro do gênesis, o direito dado por deus ao ser humano para subjugar as espécies em um processo de domesticação utilitarista (MAFFESOLI, 2010).

Deus os abençoou e lhes disse: Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra". Disse Deus: "Eis que dou a vocês todas as plantas que nascem em toda a terra e produzem sementes, e todas as árvores que dão frutos com sementes. Elas servirão de alimento para vocês. E dou todos os vegetais como alimento a tudo o que tem em si fôlego de vida: a todos os grandes animais da terra, a todas as aves do céu e a todas as criaturas que se movem rente ao chão". E assim foi (BIBLIA SAGRADA, 2000, s/p)

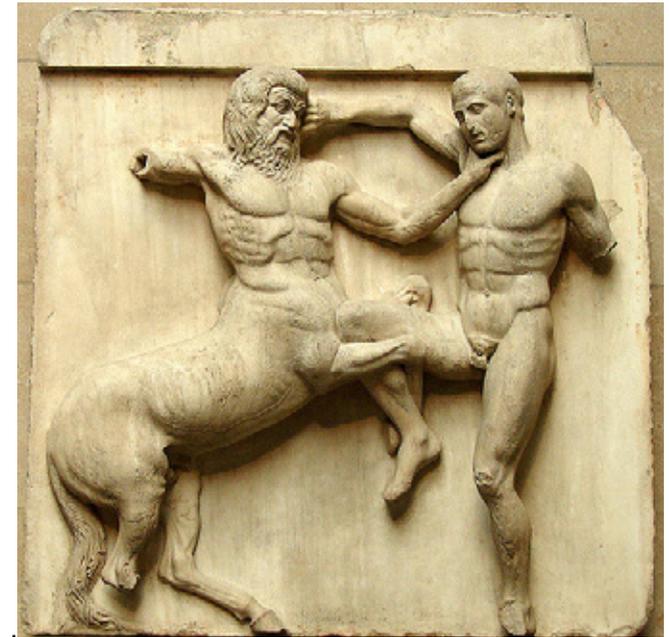


Figura 3: Métope do lado sul do Partenon, Centauromaquia Tessaliana Cerca de V A.C, Museu Britânico, Londres. Fonte: https://c2.staticflickr.com/4/3024/2725228293_942a6b48ab_z.jpg



Figura 1 e 2: Acima, vê-se a ave Íbis embalsamado e abaixo o deus Anúbis junto a uma múmia faraônica. Fonte: <http://felipe-criptozoologiaecriacionismo.blogspot.com.br>



Figura 4: Zeus e Tifão Cerca de 550 a.C., Coleções Estatais de Antiguidades (Inv. 596).Fonte: (WIKIPEDIA).

§6

Compreende-se que essa concepção metafísica da realidade, ao estabelecer um status sobrenatural à civilização, fornecerá princípios, posteriormente, para a consolidação do método científico e do estudo das ciências naturais com a dedução cartesiana. Como exemplo, no programa do naturalismo científico moderno é possível identificar uma tentativa de controle das espécies, tomadas como objeto de estudo, através de uma série de técnicas e práticas civilizatórias. Dentre elas, pode-se mencionar as coleções de plantas prensadas (herbários) e de animais empalhados (taxidermia) presentes em museus de história natural (Figura 5) distribuídos pelo mundo. Tais coleções fazem alusão aos seres vivos, que são deslocados para dentro de galerias e acervos a fim de estabelecer um estado perene como instrumento didático para uma possível análise científica. Esses exemplos podem nos conduzir a indagações sobre a disposição da natureza para representação de funções exclusivamente humanas: Como esses animais chegaram no museu? Destituídos de sua efemeridade, que vestígios ainda permanecem da existência dessas espécies? O que se mantém da onça, em sua representação taxidérmica, longe do rio onde bebe água e caça?



Figura 5: Museu de História Natural de Londres. Fonte: <http://tolongedecasa.com/2016/10/18/museu-historia-natural-londres>.



Figura 6: Diagrama taxonômico de seres vivos. Fonte: <http://interna.coceducacao.com.br/ebook/pages/156.htm>

§7

Interrompidos os processos temporais/espaciais inerentes ao meio e fixados por uma alegoria dessas espécies, a questão estética desloca-se para a análise científica com sua decorrente classificação. Originada pelo “dividir para conhecer” (FAZENDA, 1999, p.38) nas ciências naturais, a taxonomia (Figura 6) amplia a dicotomia entre sujeito/objeto segmentando-a, pois uma vez conhecido, o objeto pode ser dominado. Quando alinhada às revoluções industriais e aos interesses mercadológicos, essa técnica acaba por torna-se uma paráfrase da antiga técnica de guerra e lema recorrente à Júlio Cesar e Napoleão Bonaparte: “*divide ut regnes/divide et impera*”, dividir e dominar!

Vemos que nessas condições, tais procedimentos podem colaborar para uma exploração desmedida da natureza enquanto recurso da civilização, potencializando o conhecer como sinônimo de dominar. Do mesmo modo, não se pode tomar por certo que apreendemos aquilo que classificamos e catalogamos, pois como aponta Maffesoli (2010, p.13) “Mata-se o objeto para melhor estudá-lo. Com isso, não é mais possível enxergar, não se sabe mais como enxergar, instala-se uma recusa de enxergar o vivido, inclusive naquilo que tem de dinâmico e inquietante”.

Tal segmentação taxonômica estrutura o conhecimento científico moderno, pois com suas origens no método cartesiano (em convergência com a *Mathesis Universalis*), estabelece deduções a partir de uma verdade. Dela, derivam-se conhecimentos cada vez mais específicos e controlados, ao mesmo tempo em que afastam pensamentos divergentes (KHUN, 1975) da direção hegemônica de seu sistema epistemológico. Com isso, entende-se ser um exercício redutor à imanência inerente a eco-lógica, “fragmentar essas multiplicidades em taxonomias estabelecidas pelas lógicas disciplinares” (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p.135). Em suma, considera-se que esse processo de

padronização pode comportar-se como uma estratificação da vida. A esse sentido, Feyerabend (1989, p.19), opõe-se quando questiona se “devemos realmente acreditar que as regras ingênuas e simplistas que os metodologistas adotam como guia são capazes de explicar esse ‘labirinto de interações’”.

Esse formato de construção de conhecimento é comparado por Deleuze e Guattari (1997) a uma espécie vegetal cuja caule é pivotante. A centralidade dessa estrutura representaria uma noção de verdade, de onde se ramificariam outras raízes, bifurcadas, em diante. Tanto o método dedutivo como o indutivo podem ser representados por essa imagem, diferenciando-se pelo sentido do movimento linear-vertical, das raízes para chegar ao caule ou do caule para chegar as raízes. A forma dessa estrutura, vem a ser objeto de análise pelos autores:

A maior parte dos métodos modernos para fazer proliferar séries ou para fazer crescer uma multiplicidade valem perfeitamente numa direção, por exemplo, linear, enquanto que uma unidade de totalização se afirma tanto mais numa outra dimensão, a de um círculo ou de um ciclo. Toda vez que uma multiplicidade se encontra presa numa estrutura, seu crescimento é compensado por uma redução das leis de combinação (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.21).

§8

A redução das multiplicidades é necessária para sustentar a crença de domínio através da fragmentação/catalogação. Porém, seria um equívoco associar os conhecimentos incitados pelos procedimentos taxonômicos apenas às catástrofes ambientais, pois também contribuíram ao longo da era moderna para fundamentar um pensamento eco-lógico. Ressalva-se, que essas técnicas foram desenvolvidas num contexto precursor às consequências ambientais do capitalismo financeiro especulativo, da expansão populacional e do processo de globalização com a propagação dos ideários ocidentais. Tal circunstancia exige outro direcionamento na abordagem da inter-relação com a natureza a partir da consciência de que poder e saber estão sempre relacionados (FOUCAULT, 2010), não havendo imparcialidade discursiva.

O paradigma antropocêntrico reforça o impacto socioambiental em larga escala, no qual as técnicas e práticas cartesianas, podem ser apropriadas por um acelerado progresso distópico e impulsioná-lo. Como sintoma, os estudos científicos da natureza, tem se direcionado a um conhecimento cada vez mais especialista dentro de laboratórios financiados por indústrias (farmacêutica, biotecnológica, etc), nos quais o sujeito é agenciado por seus interesses discursivos e já não se relaciona com a vida inerente ao planeta, mas por fragmentos disciplinares isolados. Com isso, as formas empregadas e a dimensão das interferências nos ecossistemas, é que conduz as vias da “saturação socioambiental” contemporânea (MAFFESOLI, 2010).

§9

Sendo as representações artísticas e manifestações culturais agenciadas pelas convenções, pode-se realizar uma aproximação entre as concepções estéticas e as técnicas e práticas

antropocêntricas apresentadas. A partir de uma perspectiva Kantiana, Serrão (2004, p.10) ressalta a exteriorização da natureza em oposição à expressividade humana, ainda que harmonizadas, “(...) sem porém se confundirem, numa arte que é natureza e numa natureza que é apreendida como arte, subjaz a esta analogia (...) ainda a possibilidade de distinguir sem margem para dúvidas o natural do artificial”. Pode-se notar como essa percepção também terá desdobramentos na produção cultural/artística, sendo esta portanto, agenciada pelo dispositivo antropocêntrico.

Evidentemente, essas convenções estéticas modernas não atuam diretamente contra a natureza, mas são discursos, que ao atuarem como dispositivos de diferenciação no plano de subjetividades implicam nas relações éticas com os ambientes. Entretanto, também é possível que mesmo a natureza sendo compreendida como exterior pelo sujeito, a experiência fenomenológica (MERLEAU-PONTY, 2014) e ontológica deste, poderá subverter as convenções dessa estética. Sugere-se que, ao compartilhar o protagonismo na ação ou na narrativa representacional, a natureza passe a ser entendida como sujeito-artista (REIS, 2015).

Para refletir como essas características condicionam o imaginário popular por consequência a produção artística, podemos relacionar o trabalho *Back to the Fields* da artista Ruth Ewan (Figura 7 e 8).

A 32ª Bienal de Artes de São Paulo, nomeada como “Incerteza Viva”, apresentou como uma de suas principais proposições curatoriais abordar as problemáticas ambientais, sendo os artistas convidados a trabalhar com a inter-relação entre cultura e natureza. A instalação de Ruth Ewan consistia numa representação do calendário republicano francês, em vigência por 12 anos entre os séculos XVIII e XIX. Conforme o calendário, a artista distribuiu elementos naturais para cada dia do ano, sendo alocados em quatro platôs correspondentes às estações. Segundo seu depoimento, ela pretendia expor uma alternativa como comparação à atual contagem

do tempo sem referências ao mundo natural (EWAN, 2016).

A artista recorre a uma série de convenções, como a taxonomia dos elementos naturais e o deslocamento desses para o espaço museal. Entende-se que nesta proposição a vida das plantas não é considerada, pois já no primeiro de mês de exibição as plantas e flores morrem (Figura 9 e 10), ou seja, se fossem feitas de plástico ou qualquer outro material não haveria diferença. Os elementos formais figuram um calendário, realizado por um sujeito protagonista, que as organiza segundo uma lógica de apropriação conceitual. A obra aponta as inquietações pessoais da artista, e cria um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que questiona a ausência do mundo natural na referência de tempo do calendário gregoriano, também conduz a um distanciamento da eco-lógica, pois desconsidera a vida inerente das plantas e as circunstâncias do ambiente.

A dicotomia entre o visitante e os elementos naturais é enfatizada com a proibição do toque, colocando um obstáculo ao encontro dos corpos numa experiência estética de conjunto (MERLEAU-PONTY, 2014). Isso nos remete também a uma oposição entre o espaço destinado à natureza e o espaço humano, caracterizada pela funcionalidade e temporalidade de circulação urbana onde se encontra a instituição museológica. Percebe-se a manutenção política do espaço, análoga as práticas dos museus de história natural, que perpetua convenções antropocêntricas, a constituir o imaginário contemporâneo. A partir dessa leitura, o título “Back to the Fields” (de volta ao campo), remete a um saudosismo de uma natureza distante do sujeito, de um tempo passado e de um lugar remoto a qual ela reside: o campo



Figura 7 e 8: Ruth Ewan, instalação Back to the Fields (2016), 32a Bienal de Artes de São Paulo. Fotografia do autor.



Figura 9 e 10: Ruth Ewan, plantas mortas no primeiro mês da instalação, 32ª Bienal de Artes de São Paulo. Fotografia do autor.

§10

Portanto, reitera-se como a percepção das poéticas da natureza vinculam-se aos modelos “dispositivo” antropocêntrico e “máquina abstrata” em seus processos de subjetivação, pois reproduzem concepções estéticas sempre pautadas pela diferenciação entre sujeito/objeto, natureza/ser humano. Uma dicotomia que comporta-se como obstáculo para a aproximação relacional entre cultura e natureza. Por outro lado, compreender o sujeito-artista como uma espécie integrada à eco-lógica, exige uma estratégia de resistência e ruptura para com o paradigma antropocêntrico, que pode estar associada a processos de criação que direcionam-se para outras multiplicidades, como esclarece Foucault (1998):

Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele (...) a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 1998, p.241).

A arte pode proporcionar como experiência aquilo que nos foge aos conceitos, sendo essa uma referência aos autores Deleuze e Guatarri (1992, p.89) quando afirmam que “o plano de composição da arte e o plano de imanência da filosofia podem deslizar um no outro, a tal ponto que certas extensões de um sejam ocupadas por entidades do outro”. Entretanto, isso não seria possível sem antes compreender como a forma de produzir conhecimento e a metodologia de investigação interferem nas possibilidades desse sujeito-artista, da mesma maneira que este interfere em seu campo de pesquisa conforme se desloca e organiza essa

experiência para comunicá-la. Essas escolhas irão ampliar ou reduzir o “plano de consistência” (DELEUZE e GUATARRI, 1997, p.63) a partir do qual sujeito desenvolverá suas poéticas.

§11

Para Lourau (apud PASSOS et al., 2009, p.21) “o importante para o investigador não é, essencialmente, o objeto que ‘ele mesmo se dá’ (segundo a fórmula do idealismo matemático), mas sim tudo o que lhe é dado por sua posição nas relações sociais, na rede institucional”. Assim, se presume que o sujeito é sempre agenciado pelo seu contexto e por um ponto de vista (principalmente se já sabe de antemão o que deseja encontrar), como indicam os autores.

O trabalho da análise/intervenção desestabiliza a própria noção de campo, já que modula seus limites e configurações. [...] pelo modo como nele as oposições – seja esta entre sujeito e objeto, entre local e global, entre eu e o outro, indivíduo e o grupo, etc. – se apresentam como uma dinâmica transductiva, isto é, uma dinâmica de devir que ‘potencializa resistências atuais e atualiza existências potenciais’ (Ibid, p.20).

Isso indica que o sujeito está agenciado pela eco-lógica do ambiente, como também produz efeitos, sendo uma potência do mesmo. Entretanto, no movimento hermenêutico de deslocar a experiência empírica para um plano de organização mais pragmático, torna-se evidente que os paradigmas podem atuar como filtros nesse processo, determinando os discursos que se apresentam a partir da linguagem e da lógica de formulação.

Em vez de supor que as relações das pessoas

com a natureza e com a sociedade são pouco ou nada afetadas pela linguagem no interior da qual elas são formuladas, descobrimos que essas mesmas relações são constituídas pelas formas de fala que as inspiram (SHOTTER e GERGEN apud ROSE, 2001, p.152).

Entretanto, o pensamento, assim como os fenômenos eco-lógicos, são heterogêneos e estão em vias de ruptura paradigmática com essa concepção para serem investigados. Para tratar dessa possibilidade, retomam-se os efeitos sintomáticos das revoluções científicas ao longo da história que podem auxiliar uma recapitulação desse processo. Para Khun (1975), a construção do conhecimento científico passa por fases, dentre as quais a chamada crise (ou revolução científica) surge como uma possibilidade de mudanças construtivas aproximando a pesquisa de um processo de criação que se aproxima do fazer artístico, na medida em que se abre às experimentações, flexibilizando regras, usos e o senso comum. Quando as regras paradigmáticas para a atividade científica geram anomalias, desperta-se nos pesquisadores a busca por outra alternativa de solução. Entretanto, até que outro paradigma se estabeleça, essa crise funcionará como uma brecha na pesquisa científica:

[...] a assimilação das Mecânicas de Galileu e Newton originou uma série de debates particularmente famosos entre os aristotélicos, cartesianos e leibnizianos acerca das normas legítimas para a ciência. Quando os cientistas não estão de acordo sobre a existência ou não de soluções para os problemas fundamentais de sua área de estudos, então a busca de regras adquire uma função que não possui normalmente (Ibid., p.77).

Galileu Galilei também é lembrado por Feyerabend (1989) para exemplificar como a flexibilização paradigmática pode impulsionar outras leituras de mundo, estimulando ampliar o processo de apreensão do conhecimento:

O desenvolvimento da doutrina copernicana, desde o tempo de Galileu até o século XX, é perfeito exemplo da situação que desejo apresentar. Partimos de uma firme convicção, contrária a razão e a experiência da época. A convicção se dissemina e encontra apoio em outras convicções que são igualmente ou mais desarrazoadas. A pesquisa toma novas direções, constroem-se novos tipos de instrumentos, a 'evidência' passa a ser relacionada com as teorias segundo novas linhas [...] (FEYERABEND, 1989, p.33).

Vê-se que até nesse movimento de revolução paradigmática, as metodologias permanecem intocáveis aos planos de consistência (DELEUZE e GUATARRI, 1997). Khun (1975) também afirma que a atividade científica contrapõe teorias aos interesses coletivos, que representam os conflitos sociais políticos de cada época, os quais por sua vez, agenciam o sujeito como já mencionado. Isso poderia indicar que o rigor com o qual se mantém a construção estratificada do conhecimento, pode servir também como controle sobre as convenções na ciência, na filosofia e na arte. A recusa de outras possibilidades, poderia ser entendida como uma forma de censura por meio de um silenciamento sistemático (FOUCAULT, 2002).

Ainda nesse sentido, Feyerabend (1989, p.21) aponta que "(...) uma pequena lavagem cerebral muito fará no sentido de tornar a história da ciência mais insípida, mais simples, mais uniforme, mais 'objetiva' e mais facilmente acessível a tratamento por meio de regras imutáveis". Portanto, percebem-se os paradigmas

científicos como processo de automatização de alguns discursos em detrimento de outros, que por sua vez, são legitimadas pela crença na imparcialidade do pesquisador e na rigidez epistemológica.

No entanto, segundo Deleuze e Guattari (1992), ao afastar-se da necessidade de uma verdade platônica e reconhecendo-a como não única (já que as multiplicidades do plano de imanência são sempre transitórias), o pensamento poderia estar em contato com uma experiência singular (LARROSA, 2002). Essa colocação também desloca o posicionamento dos autores para além do pensamento e da arte como representação, pois a apreensão do real pelo sujeito dá-se como um possível em um plano imanência de referências transitórias, ou seja, cada um destes recortes constitui realidade:

[...] O pensamento de Espinosa/Nietzsche levaria mais longe a imanência, não fazendo nenhum acordo com a representação, e almejando por isso a uma imanência pura, ou seja, a não tirar o pensamento de seu próprio plano[...] Pode-se dizer que Nietzsche descobre que toda filosofia tem como seu solo uma idéia de vida que, na maior parte dos pensadores fica enrustida ou sufocada em função de princípios, supostamente, superiores à vida (CARDOSO Jr., WEBER e NALLI, 2006, p.5).

Esse movimento de abertura paradigmática é necessário ao sujeito-artista e a suas relações com a eco-lógica, pois desse modo será possível transgredir a fronteira entre sujeito e objeto, possibilitando outras abordagens. Dessa forma, quando Deleuze e Guattari (1992) falam sobre multiplicidade e heterogeneidade do pensamento, fazem referência a um perspectiva em que se cruzam forças e intensidades distintas, um plano de imanência no campo do pensamento ao qual o sujeito transita como nômade, como esclarece Agamben (2000):

A imanência flui, traz, por assim dizer, já sempre consigo os dois pontos; mas este jorrar não sai de si, e sim deságua incessante e vertiginosamente em si mesmo. Por isso Deleuze pode escrever aqui – com uma expressão que mostra já uma plena consciência da importância que o conceito de imanência terá no seu pensamento: ‘a imanência é precisamente a vertigem filosófica’ (AGAMBEN, 2001, p.164).

Como forma de apresentar essa articulação, Deleuze e Guattari (1995) apresentam o rizoma, originalmente um termo para referir-se às plantas que se dispersam, como a grama ou as ramas de batatas. Nessa estrutura alguns pontos ganham mais volume, enquanto as raízes cruzam-se transversal e horizontalmente num movimento de expansão conjunta. Desse modo, a concepção de rede distribuída, seria mais apropriada para refletir sobre a complexidade do pensamento e de suas filiações:

A história das idéias nunca deveria ser contínua; deveria resguardar-se das semelhanças, mas também das descendências ou filiações, para contentar-se em marcar os limiares que uma idéia atravessa, as viagens que ela faz, que mudam sua natureza ou seu objeto.” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.15)

Portanto, reforça-se a importância dessa retomada teórica, sem a qual o sujeito-artista pode permanecer refém de convenções paradigmáticas que precisam ser esclarecidas para situar sua produção poética, evitando acumular engrenagens na máquina abstrata do dispositivo. Desse modo, tais considerações ficarão mais implícitas quando direcionadas para possibilidades de um fazer artístico que se propõe, se constitui, a partir de uma eco-lógica.



SUJEITO E
AMBIENTE E
UMA NATUREZA COMUM

FASCÍCULO 2

SUJEITO E AMBIENTE
UMA NATUREZA COMUM

(...) A árvore que leva alguns a emocionarem-se, aos olhos de outros é apenas uma coisa verde que se coloca no caminho. Alguns veem na natureza uma deformidade risível e por esses eu não devo nivelar minhas proporções; alguns sequer veem a natureza infimamente que seja. Mas para os olhos de um homem de imaginação, a natureza é a própria imaginação.” (BLAKE, 1906, p.61). Tradução do autor.

As convenções antropocêntricas colocam-se como um obstáculo para dialogar com o ambiente em sua complexidade. A experiência do sujeito, quando automatizada por uma imagem de pensamento dualista (e por vezes também maniqueísta), carregada de significados pré-estabelecidos, reduz a multiplicidade de sentidos, territórios e possíveis matérias de expressão (DELEUZE e GUATARRI, 1997).

Na medida em que a sistematização dessas dicotomias tangencia a construção de artefatos culturais como um todo, desde a engenharia/arquitetura até o campo artístico, a mediação entre o homem/ambiente acontece em uma lógica de interferência distópica. Para Smithson (2006, p.184) “a cidade dá a ilusão de que não há terra”, mas seria possível ampliar sua reflexão para abordarmos a cidade, ou mesmo algumas tecnologias, como uma ilusão de que não há ambiente? Há circunstâncias em que por um lapso de tempo ela se é vista em toda sua vulnerabilidade (Figura 1 e 2).

Com isso, a responsabilidade humana no jogo eco-lógico da terra é ignorada por construções que intervêm contra a lógica dos ambientes. Uma plataforma explode no golfo do México em 2010 e causa um impacto sem precedentes em seu eco-sistema (Figura 3). Porém, esse mesmo ambiente já carrega potencial para gerar



Figura 1: Alagamento na cidade de São Paulo em 2009. Fotografia: Almeida Junior. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/12/663904-ao-menos-duas-rodovias-permanecem-interditadas-em-sp-apos-chuvas.shtml>



Figura 2: Micro-explosão atinge a cidade de Campinas em 2015. Fonte: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,fenomeno-em-campinas-foi-microexplosao-diz-cepagri-da-unicamp,10000055530>

energia. A empresa australiana Carnegie desenvolveu recentemente um dispositivo chamado CETO 6, que armazena a energia das ondas (Figura 4) e ainda desaliniza água para consumo humano. Ambos interferem no ambiente, mas trabalham com lógicas distintas.

No entanto, essa distinção não é uma problemática exclusivamente tecnológica como as Figuras 3 e 4 poderiam sugerir. Aqui, retomase a produção de subjetividades do sujeito e os agenciamentos socioambientais como uma conjuntura inter-relacionada, sugerida por Guattari (2002). Com uma proposta reflexiva sobre tal complexidade, esse capítulo se aproximará de perspectivas alternativas ao reducionismo dogmático do dispositivo antropocêntrico. A tal tarefa, somam-se questões: Como a concepção de sujeito influencia a relação com o ambiente? Como pensar sua interferência? É possível identificar uma lógica ou dialogar com os potenciais do ambiente para habitá-lo?

Enquanto as interferências no ambiente seguem modelos reproduzidos socialmente, caracterizados como sintomas do dispositivo antropocêntrico, sua correlação com as práticas do sujeito e seu modo de estar no mundo também se alinham a uma concepção moderna de sujeito (indivíduo). Fundamentado por uma auto-representação do ser humano contido em si e indivisível, esse racionalismo essencialista apresenta-se como dentro/fora e ordena o que é exterior ao sujeito, passível moralmente de qualquer interferência, como coloca Michel Maffesoli:

Progressivamente, esse animal racional (zoon logon ekon) vai esquecer o primeiro termo da expressão para acentuar o segundo. Daí esse pensamento calculador que vai prevalecer. Aqui se está no coração pulsante da modernidade. Esse cálculo é a causa e o efeito da invenção do indivíduo. Assim como o individualismo



Figura 3 e 4: Explosão da plataforma de petróleo no Golfo do México em 2010 e dispositivo CETO 6 próximo a Garden Island (Austrália), ambos envolvendo tecnologias para gerar energia.

epistemológico ou metodológico que lhe serve de racionalização teórica. (...) É esse indivíduo-indivisível reduzido a uma identidade sexual, ideológica, profissional, que será o pivô essencial da modernidade. The whole man must move at once. Como um só bloco ele vai opor-se à natureza. Ou, mais exatamente, vai fazê-la à sua imagem. (MAFFESOLI, 2010, p. 75-76).

§13

Porém, essa distinção entre a natureza objeto (um mundo não humano) separada da cultura (um mundo humano) não ocorre efetivamente. Para Agambem (2007), essa separação trata-se de uma negação metafísica do ser biológico e de suas relações ecológicas. Sendo esse um *modus operandi* bio-político, essas implicações biológicas são ressignificadas em função de uma agenda de interesses, já que “por milênios o homem permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política está em questão a sua vida de ser vivo” (Ibid, p.15).

Se tomarmos a alimentação como exemplo, percebemos como uma necessidade biológica deixa de ser uma necessidade ligada às práticas de subexistência do sujeito. Alienado de suas técnicas de coleta e tecnologias de produção alimentar, sua responsabilidade biológica é delegada a terceiros e contextualizada simbolicamente na cultura enquanto matéria econômica ligada às práticas de consumo. Em suma, para atender uma necessidade biológica, o sujeito necessariamente deve cumprir outras necessidades políticas ou irá perecer de fome.

§14

No entanto, compreendendo o sujeito como integrado ao ambiente alteramos essa dinâmica de controle, problematizando um novo

campo de análise, que mobilizado por suas relações dialógicas vem evocar articulações territoriais. Com isso, o pensamento racionalista é substituído por uma compreensão fenomenológica de ser, pois o que era um objeto externo ao sujeito, passa a integrar, compor e pertencer. Esse sujeito articulado constitui-se então pelas experiências que desenvolve em conjunto e pela familiaridade afetiva a partir delas:

É sempre natureza que inventa a cultura, mesmo que seja para nela se negar. Essa sede não é nem muito exigente e nem muito consciente (...) estar no mundo não é ser uma coisa entre coisas, é sentir-se em casa entre as coisas, mesmo as mais surpreendentes e as mais terríveis, porque elas são expressivas (DUFRENNE, 2002, p.25).

Com isso, assume-se um deslocamento do ser humano como referência central do mundo, pois como coloca Maffesoli (2010, p.80) a natureza “não é mais um objeto inerte a representar e, depois, a explorar, mas sim uma surrealidade viva. Aqui estamos no cerne da solidariedade orgânica própria da sensibilidade ecológica”.

Na medida em que distintos sujeitos estão inter-relacionados e suas interferências imprimem efeitos no ambiente, não há uma divisão nítida entre cultura/natureza, mas um único plano no qual o jogo de potências ocorre numa lógica de intensidades, denominada eco-lógica (GUATTARI, 2002). Sejam esses sujeitos humanos ou não, o ambiente se formará com a dinâmica de suas interferências. Como consequência, a hierárquica antropocêntrica entre um mundo humano e um mundo não humano, cede lugar a uma horizontalidade “biocêntrica” (NAESS, 1995) ou “ecocêntrica” (FOX apud GRUN, 2008, p.45):

Ele (biocentrismo) não implica que as únicas demandas do mundo sobre os agentes morais humanos sejam seu próprio desenvolvimento e o desenvolvimento de outros humanos. Ele não posiciona os humanos num lugar especial e privilegiado na natureza (ou fora dela). Ele não atribui aos indivíduos um estatuto moral especial meramente na base da sua pertença à espécie *Homo sapiens* (NACONECY, 2007, p.8).

Essa percepção rompe com a fronteira indivíduo/natureza, que então, passam a compor uma troca contínua e simultânea na eco-lógica: o ambiente dobra-se ao sujeito e o sujeito dobra-se ao ambiente. Outros seres vivos e elementos naturais são protagonistas desse mesmo ambiente, o que segundo Rose (2001, p.179) possibilita “[...] fazer surgir um diagrama generalizável para pensar as relações, as conexões, a multiplicidades e as superfícies – sua formação de profundidades, singularidades, estabilizações”. Num sentido morfológico, o corpo humano, em troca com seu ambiente, permanentemente ingerindo e expelindo matéria e energia, coloca-se em semiose biótica-subjetiva com o meio. Pensar o sujeito como uma dobra com o ambiente é constatar que, ao mesmo tempo em que ele é agenciado, também agencia, pois conforme Oliveira (2005, p.59) ele “não é apenas o espaço de cruzamento de forças (...) mas constitui-se ao mesmo tempo como uma força dobrada sobre si mesma. Tem agência, produz efeitos”.

Uma problemática contemporânea, diz respeito a encontrar conexões entre a eco-lógica e as tecnologias atuais. Como coloca Serres (apud DOMÈNICK et. al, 2001), essas aproximações da experiência humana na/com/através da tecnologia, coexistem com o ambiente, tornando-os indistinguíveis para a percepção:

Podemos dizer que essa harmonia é tão nova sob o Sol? Quando indicava a hora do equinócio e a posição, em latitude, do lugar, o eixo do quadrante solar escrevia – em nossos tempos, sobre a terra, o solo – alguns resultados que nós atribuíamos a nós próprios: essa inteligência sutil, temos que chamá-la de própria, de interior a nossos neurônios e vinculante de uma sociedade de cérebros, ou remetê-la às ferramentas e, portanto, artificial; ou referi-la ao mundo, que traça, automaticamente, sobre si, a longitude sombreada de sua própria luz? Qual das três – cultura, técnica ou natureza – goza dessa função? Escolhe, se você se atreve! (SERRES apud DOMÈNECH et al. 2001, p.128).

§15

Dessa forma a relação com a tecnologia altera a produção de subjetividades, pois os dispositivos constituem-se no/pelo ambiente, evocando potências e intensidades. Segundo Santaella (2014), esses dispositivos “pressupõem uma inteligência sensorial (visão, audição), um funcionamento automatizado da realidade sensível (processos perceptivos: o rádio, do ouvido; a fotografia e o cinema, dos olhos)”. Num exemplo pragmático, a leitura dinâmica e articulada das redes sociais, educa os olhos a reproduzi-la também fora das telas. Da mesma forma, o fotógrafo habituado a compor imagens através do retângulo da câmera fotográfica, quando sem o equipamento (ou prótese, segundo a autora), vai dirigir sua atenção visual numa dinâmica aproximada. Até mesmo o uso contínuo de um relógio pode alterar a percepção temporal de um espaço, mesmo que o sujeito não o carregue consigo.

O manifesto ciborgue de Donna Haraway (2000), apresenta algumas reflexões nesse sentido, pois anuncia sujeito, cultura e ambiente não hierarquicamente condicionados. Segundo a

autora, a distinção entre um mundo maquínico/digital/científico/político e um mundo orgânico só se sustenta a partir de uma estética romântica de natureza, como um belo primevo, puro e essencialista que nos conduziria ilusoriamente a uma distinção com a cultura:

É certamente verdadeiro que as estratégias pós-modernistas, tal como o meu mito do ciborgue, subvertem uma quantidade imensa de totalidades orgânicas (por exemplo, o poema, a cultura primitiva, o organismo biológico). Em suma, a certeza daquilo que conta como natureza – uma fonte de insight e uma promessa de inocência – é abalada, provavelmente de forma fatal. Perde-se a autoria/autoridade transcendente da interpretação e com ela a ontologia que fundamentava a epistemologia ocidental (HARAWAY, 2000, p.42).

Ao trazer uma leitura de sujeito pós-humano, ao qual se subentende como não-essencialmente-orgânico, Haraway reflete sobre uma mudança ontológica que considera a tecnologia como potência em sua produção de subjetividades. A articulação sujeito-tecnologia-ambiente torna-se um campo de devires, pois no atravessamento desses podem haver linhas de fuga para uma interação mais sustentável com a eco-lógica. Isso pressupõe horizontalidades na medida em que o ambiente e a tecnologia deixam de ser objetos de apropriação por uma lógica exclusiva da cultura para compor uma construção conjunta do espaço/tempo, já que “em um mundo de ciborgues, as relações para se construir totalidades a partir das respectivas partes, incluindo as da polaridade e da dominação hierárquica, são questionadas” (HARAWAY, 2000, p.39). Portanto, esse sujeito como dobra poderá apontar para uma disruptura do dispositivo antropocêntrico, não tomando a tecnologia como

fronteira, mas enquanto rede de conexões possíveis, intensidades e devires, como sintetiza Braidotti (2013):

O que proponho é uma abordagem mais afirmativa para a redefinição da subjetividade pós-humana, como nos contra-modelos transversais, de assentamentos relacionais e nômades que vimos anteriormente neste capítulo ou do eu biológico/cultural estendido como uma alternativa à subjetividade humanista clássica (...) Uma abordagem nômade centrada na natureza indômita¹, liga a vida humana à não humana de modo a desenvolver uma eco-filosofia abrangente do devir. (BRAIDOTTI, 2013, p.103) Nossa tradução.

§16

Quando pensamos o sujeito enquanto espécie animal, nos deparamos com seu corpo e sua capacidade de atribuir sentidos ao mundo. É evidente que a quantidade de fatores a serem levados em consideração para isso, excede os objetivos desse texto e a nossa capacidade humana de determinar a produção de sentidos e a subjetividade de outras espécies. Isso ocorre em grande parte devido ao antropomorfismo. Devido a isso, há de se realizar uma breve distinção terminológica entre o que é entendido como antropocentrismo e o que é entendido como antropomorfismo.

Enquanto entende-se o antropocentrismo como um dispositivo de convenções partilhadas culturalmente que atribui significados

1 Aqui Braidotti (2013), refere-se a uma abordagem “nomadic zone-centred” a que se traduziu como centrada na natureza indômita, pois segundo Agambem (2007), os gregos distinguiam o OIKOS (ou ECO) como um ambiente habitável onde se desenvolviam práticas sociais da ZOE, que se referia ao lugar onde se desenvolve a vida selvagem, ou indômita, a que não se estabelece controle organizacional.

ao ambiente, o antropomorfismo será tratado nesse texto como uma condição do ser que abrange suas limitações e potências relativas ao corpo e sentidos enquanto espécie. Ainda que alguns autores como Nietzsche (2004) os abordem como uma coisa só e que para todos os efeitos, o biológico/cultural estejam inter-relacionados, convém distingui-los devido a uma necessidade dialética de abordar efeitos característicos aos conceitos.

Dentre os autores que alcunham o termo antropomorfismo, pode-se ressaltar Nietzsche (2004, §109) quando aponta que o ambiente nunca é tocado por nossos juízos estéticos ou morais, pois “há apenas necessidades: não há ninguém que comande, ninguém que obedeça, ninguém que transgrida (...) não há acaso: pois apenas em relação a um mundo de propósitos tem sentido a palavra acaso.”

O autor também tece uma crítica às ciências naturais quando afirma que estabelecem uma compreensão da realidade conivente a uma agenda de interesses ligados ao poder. Vemos com isso que Nietzsche (2004) alcunha o termo antropomorfismo para expressar questões ligadas a convenções culturais partilhadas para a compreensão do universo, no contexto do antropocentrismo. Segundo Carvalho (2013), essa crítica parte da aproximação do autor com o pensamento de Friederich Lange, que refletia sobre um inevitável olhar antropocêntrico para o mundo, sobre o qual comenta:

De acordo com Lange, em nossa experiência somos conscientes apenas de efeitos e relações, de tal modo que o que quer que digamos sobre a causa desse panorama de relações e efeitos com os quais estamos familiarizados tem caráter puramente postulatório, hipotético ou ficcional. Lange argumenta, assim,

que “a elaborada interpretação científica da natureza é infiltrada por noções rudimentares as quais são derivadas da fenomenologia interna do homem” (CARVALHO, 2013, p.45)

Se nossa apreensão do ambiente parte de um panorama de relações e efeitos derivados da fenomenologia do corpo, será essa a força motriz contemporânea que indicará uma transição do paradigma antropocêntrico para o fenomenológico. No entanto, mesmo com essa transição, a capacidade humana de apreender o ambiente a atribuir sentidos não deixa de estar agenciada pelo corpo antropomórfico. Mas se o corpo, enquanto espécie animal, estabelece limites para nossa apreensão, ainda resta uma dúvida, provavelmente intangível de ser convenientemente respondida: Até onde vão os limites imposto dessa morfologia?

§17

Dentro do paradigma antropocêntrico, tratar o ser humano como animal sempre fora um tabu. Segundo Ingold (1994), a oposição entre humanidade e animalidade está explícita até mesmo em nosso vocabulário. Quando nos referimos aos animais, deduzimos uma diferenciação ao outro (os animais), de modo a afirmar aquele que não somos, o que eventualmente condiciona nossa experiência no mundo. Isso fica evidente quando são empregados nomes de animais para referir-se a outra pessoa, pois na maioria das vezes subentende-se um sentido pejorativo e preconceituoso (animal, anta, cachorro, galinha, macaco, veado, etc). Para o autor a negação da animalidade, ao que tange nossos instintos e “devires-animal” é deveras subestimada. Tem-se como convenção indicar uma transcendência da condição animal do ser humano às demais espécies através de suas construções simbólicas, em função de

uma exclusividade da razão e da linguagem. Isso supostamente garantiria ao ser humano um “estado de ser distinto” (INGOLD, 1988). Segundo Ingold (1988), existe um esforço em questionar sobre o que nos difere dos animais, enquanto poderíamos pensar o que faz de nós, seres humanos, animais de uma determinada espécie.

A fronteira entre a espécie humana e as demais espécies do mundo animal não é paralela, mas que, na verdade, ela cruza as fronteiras entre humanidade e animalidade como estados do ser. (...) Uma consequência dessa pressuposição é que, enquanto as ações humanas são geralmente interpretadas como produtos de desígnio intencional, as ações dos outros animais - mesmo que ostensivamente semelhantes por sua natureza e consequências - costumam ser explicadas como resultado automático de um programa comportamental instalado (INGOLD, 1988,p.6).

Indicamos assim, a possibilidade de tomar o sujeito como parte da natureza a interpretar outros sistemas de códigos, considerando tanto sua animalidade quanto uma possível humanidade animal como referência.

§18

O conceito de “devir” para Deleuze e Guattari (1997), pode-nos indicar uma abordagem menos fragmentada no que diz respeito à animalidade referente ao ser humano, as outras espécies, e o contágio entre elas. Interessa como os autores formulam e questionam o devir como uma propagação animal que cruza certos limites da morfologia biológica. Investiga-se como de

dentro de uma ordem pré-estabelecida, surgem condições (“linhas de fuga”) e condutas (“anômalo”) que desempenham mudanças no encontro com outra ordenação, ou seja, a possibilidade de contaminarem-se com outras multiplicidades. O “devir-animal” sugere desse modo, que o mundo natural é permeado de inter-relações, num contágio que ocorre pela potência afetiva de bando, “pois o afeto não é um sentimento pessoal, tampouco uma característica, ele é a efetuação de uma potência de matilha, que subleva e faz vacilar o eu” (Ibid., p.22). Com isso, entende-se que há uma permeabilidade eco-lógica, e “é por isso que mais do que distinguir espécies de animais, é preciso distinguir estados diferentes” (Ibid., p.26). Em suma, podemos presumir que a forma e a matéria são voláteis no ambiente e alteram-se conforme as relações e subjetividades envolvidas. Com isso, as divisões só tem a funcionalidade provisória de classificar as coisas isoladamente, o que aliena a compreensão de sua presença no continuum ecológico do ambiente:

A sociedade e o Estado precisam das características animais para classificar os homens; a história natural e a ciência precisam de características para classificar os próprios animais. (...) Mas não nos interessamos pelas características; interessamo-nos pelos modos de expansão, de propagação, de ocupação, de contágio, de povoamento. Eu sou legião. Fascinação do homem dos lobos diante dos vários lobos que olham para ele. O que seria um lobo sozinho? e uma baleia, um piolho, um rato, uma mosca? Belzebu é o diabo, mas o diabo como senhor das moscas. O lobo não é primeiro uma característica ou um certo número de características; ele comporta uma proliferação, sendo, pois, uma lobiferação (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p.20).



Figura 5: Francisco Goya, El Aquelarre¹ - 1797, 140x438cm. Fonte: <http://www.theapricity.com/forum/showthread.php?24075-Goya-s-Black-Paintings>

¹ El Aquelarre, faz parte das pinturas negras de Francisco Goya realizadas na parede de sua casa no final da vida. A imagem foi transladada da parede para tela, mas como não atraiu compradores, foi doada e hoje integra o acervo do Museu do Prado em Madrid.

Ao contextualizar a morfologia humana numa simbiose biológica e subjetiva com as proliferações do ambiente, é possível realizar uma leitura sobre trabalhos artísticos que fazem uso do antropomorfismo e do zoomorfismo, como em El Aquelarre de Francisco Goya (Figura 5). O pintor indica contaminações de características animais em seu homem-bode e nas expressões das pessoas, tanto sobre o sentido da animalidade humana, quanto de uma humanidade animal. Entende-se que nessa obra não mais há uma dicotomia entre sujeitos e objetos, entre humano e natureza, mas uma contaminação de multiplicidades: há um tanto de bode nos humanos e um tanto de humano no bode, proliferação interespecie evocada pela potência de um grupo.

A tensão de limites da morfologia também se relaciona com o documentário “Homem urso” (Figura 6 e 7) de Werner Herzog (2005), que narra a história de Timothy Treadwell, um ambientalista e documentarista, aficionado por ursos. Treadwell passou catorze verões no Katmai National Park nos Estados Unidos, sozinho, convivendo com ursos, raposas e uma câmera de vídeo, com a qual realizou mais de cem horas de filmagem. Essas imagens o mostram sempre muito inserido no ambiente selvagem, nadando ao lado dos ursos, aproximando-se de conflitos e até sendo desafiado frente-a-frente.

Treadwell (apud HERZOG, 2005) reconhece com franqueza a possibilidade de ser morto a qualquer momento, entretanto, declara essa possível proximidade física como um reconhecimento dos sistemas de comunicação desses animais, um conhecimento que o manteve vivo por treze verões.

Estão desafiando tudo e todos (os ursos), inclusive eu. Vou de arrasto. Se demonstrar fraqueza, se der pra trás, posso ser aleijado, posso ser morto. Tenho que aguentar, se

quiser ficar neste território. (...) A maioria das vezes sou frágil, sou como uma flor, eu sou como uma mosca na parede, observando, sem compromisso, sem ser invasivo, de maneira alguma. Ocasionalmente sou desafiado. E neste caso, o guerreiro amável deve... deve se tornar um samurai. Tem que se tornar assim, tão formidável, tão destemido da morte, tão forte, que ganhará. (...) Eu os amo com todo o meu coração. Irei protegê-los. Eu darei a minha vida por eles, mas não morrerei pelas garras deles. Lutarei. Serei forte. Serei um deles. (TREADWELL apud HERZOG, 2005).

Treadweel, isolado de outros seres humanos, repetidamente durante os quatro meses do verão, viveu naquele território na temporalidade das espécies locais, observando e se relacionando com os ursos e compartilhando seu acampamento com as raposas. Com isso, pode-se questionar sobre a presença de devires-animalescos no ambientalista, um comportamento anômalo que o impulsionava a desafiar sua própria morfologia humana, como sugere Herzog (2005) no documentário:

No seu material, reside, oculta, uma história de uma beleza e profundidade surpreendentes. Descobri um filme de êxtase humano e negro tumulto interno. Como se houvesse um desejo de deixar os limites da sua condição humana e unir-se com os ursos. Mas ao consegui-lo, cruzou uma fronteira invisível (HERZOG, 2005).

Em seu 14º verão, sem a fartura de alimentos, Treadweel abre uma passagem entre as pedras, num pequeno riacho, para os ursos alimentarem-se dos salmões (Figura 8).



Figura 6 e 7: Timothy Treadwell nadando com urso pardo selvagem e acariciando uma raposa. Frames do documentário “Homem-Urso” Fonte: (HERZOG, 2005)

O ambientalista havia permanecido dessa vez além do habitual período de verão e levado sua namorada para acompanhá-lo, ao mesmo tempo em ocupa uma floresta fechada, diferente da planície anterior. Com isso, evidencia-se a inconstância dos universos simbólicos e físicos que havia atravessado, pois a estabilidade estava circunscrita à região e época em que estava habituado e que desenvolveu lentamente ao longo dos anos. Portanto, a alteração de circunstâncias implicou na transição abrupta do sentido de sua presença no ambiente e ele tornou-se uma presa fácil. Essa condição sempre fora um possível, mas, no entanto, não tornarem-se um sentido devido às circunstâncias iniciais.

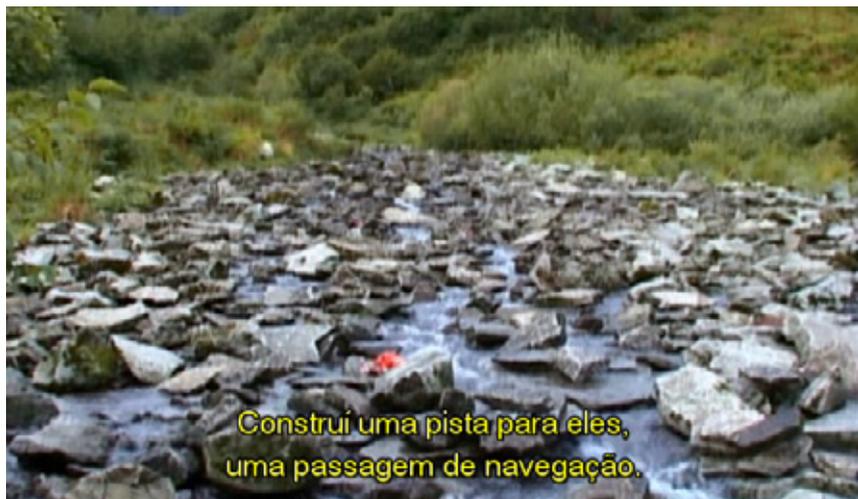


Figura 8: Timothy Treadwell mostra em filmagem a passagem para salmões entre as pedras do riacho que abriu para os ursos se alimentarem. Frame do documentário "Homem Urso". Fonte: (HERZOG, 2005)

Algumas semelhanças podem ser relacionadas com o povo Dorobo no Kenya que rouba a carne de leões enquanto se alimentam de uma presa recém-abatida. Eles desenvolveram uma

técnica em que ao caminharem juntos com determinada postura em direção aos leões se alimentando, estes os interpretam como um predador potencial e se afastam da presa (Figura 9). Com isso, a presença dos Dorobo, devido às circunstâncias, toma um sentido de ameaça, distinta da análise convencional quando os leões compõe o sentido de predador.

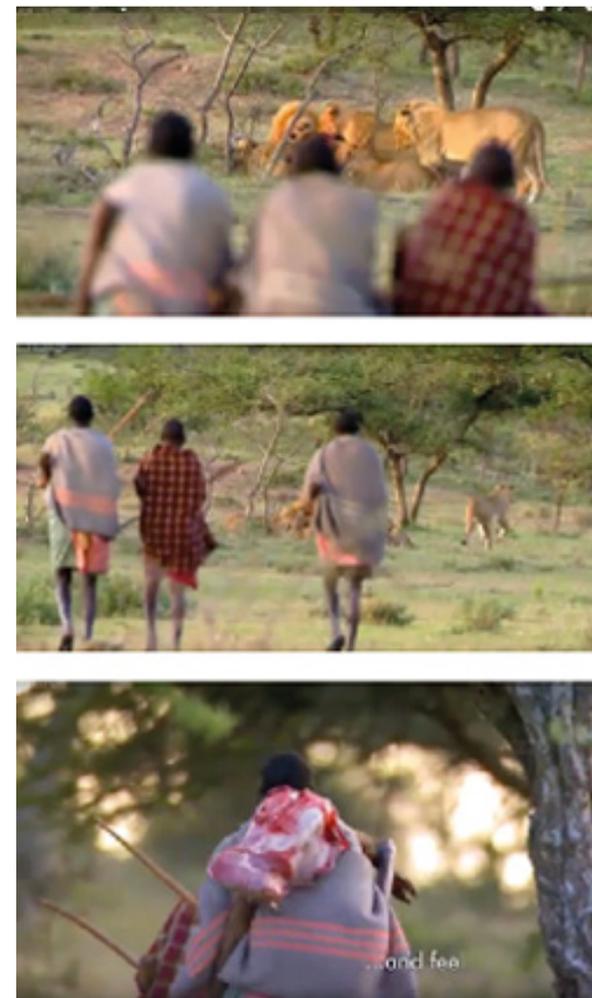


Figura 9: Frames de vídeo documentário da BBC que mostram caçadores Dorobo roubando a caça dos leões. Disponível em: <http://youtube.com/watch?v=TBpu4DAwI8>

Para aprofundar a investigação sobre uma possível mudança de sentidos no ambiente conforme os sujeitos referenciais e circunstâncias, tomaremos algumas reflexões do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro a cerca de diferenças na maneira de abordar essas perspectivas entre a ontologia ocidental e a das tribos indígenas na Amazônia.

§19

De Castro (2015) reconhece de antemão como o perspectivismo ocidental envolve uma análise dicotômica, na qual o objeto de interpretação torna-se a sua contra interpretação. Como o objeto depende do ponto de vista de seu observador, na medida em que os humanos veem humanos como humanos e animais como animais, torna-se impossível compreender outras espécies senão como reflexo do próprio pensamento, efeito denominado como “grau zero do perspectivismo” (Ibid., p.40).

Entretanto, as culturas amazônicas rompem com essa ontologia, pois essa atribuição antropomórfica no reconhecimento do ambiente não é um fato que deslegitima o processo cognitivo, mas potencializa. A morfologia não impede os animais de experimentar hábitos e características de aparência humana, já que “se isto existe, logo pensa” (Ibid., p.65). Nessa ontologia, todos os animais podem ser pessoas e a perspectiva trata-se de uma questão de grau, de tal forma que até mesmo seres humanos podem ser menos pessoas que animais. Para o autor, enquanto na cultura ocidental a humanidade deriva-se de uma animalidade ancestral superada pelos processos civilizatórios, para os indígenas, a origem está numa “humanidade ancestral” que persiste até os dias de hoje. Disso deriva-se a noção de que os seres vivos, forças e efeitos do ambiente mantêm essas características de humanidade no interior de sua forma material. Nesse caso, a humanidade é

uma relação de alteridade, de “personificar para saber”, que “não torna o mundo indígena mais familiar nem mais reconfortante: ali onde toda coisa é humana, o humano é toda outra coisa” (Ibid., p.54).

Isso conduz a constatação de que onde tudo é humano, na verdade nada é humano, pois não existe uma distinção para configurá-lo como tal. Na ontologia ocidental, o perspectivismo sugere que existem visões parciais sobre uma natureza única compartilhada. Porém, essa ausência de distinção na ontologia indígena, implica que não somente a referência alterna-se com o ponto de vista do sujeito, mas que os sentidos também podem se alterar conforme as circunstâncias. Desse modo, torna-se possível a compatibilidade na atribuição de sentidos entre as espécies, desempenhando uma aproximação do ponto de vista, como o autor exemplifica:

O que existe na multinatureza não são entidades autoidênticas diferentemente percebidas, mas multiplicidades imediatamente relacionais do tipo sangue/cerveja. Só existe o limite entre o sangue e a cerveja a rigor; a borda por onde essas duas substâncias ‘afins’ comunicam e divergem. Não há, enfim, um x que seja sangue para uma espécie e cerveja para outra; há desde o início, um sangue/cerveja que é uma das singularidades ou afecções características da multiplicidade humano/jaguar. A semelhança afirmada entre humanos e jaguares ao fazer com que ambos bebam ‘cerveja’ não está lá senão para que melhor se perceba o que faz a diferença entre humanos e jaguares (...) Efetivamente ninguém bebe a bebida-em-si; mas no mundo indígena, toda cerveja tem um travo de sangue, e vice-versa (DE CASTRO, 2015, p.67).

Entende-se assim, que o conceito de “multinatureza” se estabelece nas referências compartilhadas presentes nas circunstâncias evocadas pelo ambiente, uma multiplicidade que ultrapassa os domínios da forma individualizada, seja em seu sentido subjetivo ou material. Assim como Deleuze e Guattari (1997) sugerem meios de contágio entre o meio e os seres vivos a partir de proliferações, no perspectivismo ameríndio, os sentidos podem também deslocar-se/constituir-se entre/em espécies.

No campo estético, Joseph Beuys apresenta-se como referência desse diálogo. Na performance ‘I like America and America Likes me’ (Eu gosto da América e a América gosta de mim), Beuys embarca da Europa com destino aos Estados Unidos vedado. Chegando em Nova York, envolve-se num tecido de feltro, permanecendo coberto enquanto é transportado de ambulância até a René Block Gallery. Durante toda a ação, o artista só pisa em solo americano dentro da galeria rodeado por uma cerca de arame, onde Beuys vai passar uma semana compartilhando experiências com um coiote² (Figura 10 e 11), até que fosse envolto novamente no feltro e levado ao aeroporto de volta a Alemanha.

Os visitantes compõem um referencial de sentido que apesar de não ser necessariamente homogêneo, compartilha a experiência estética de ver Beuys e o coiote nas mesmas condições de tempo/espço, alimento e repouso. Para Beuys, é possível que a experiência tenha outros sentidos e que alguns sejam compartilhados com o coiote ao dividirem a mesma circunstância, o que o predispõe a um compartilhamento a partir de experiências que a princípio não o distinguem como um estado de ser a parte:

2 Numa perspectiva ética, o deslocamento involuntário do coiote para a ação do artista é questionável, no entanto, coube uma consideração quanto a sua historicidade, pois tem um sentido relevante para que esse questionamento ético possa ser feito hoje.



Figura 10 e 11: Joseph Beuys na performance “I like America and America likes me”, 1974. Fonte: <https://www.sfmoma.org/artwork/2014/> / <https://historyofourworld.wordpress.com/2010/08/23/i-like-america-and-america-likes-me-joseph-beuys/>

... uma das premissas de Beuys também era trocar de papel com ele (o coioite). Todo bestiário beuysiano possui grande simbologia, pois a força da natureza (...) dotava-nos de uma certa qualidade mítica que interessava a Beuys (...) Era preciso restituir o lugar 'onde natureza e civilização, ser humano e técnica, arte e vida, teriam suas dimensões igualadas (ROSENTHAL, 2002, p.73).

Simbolicamente, essa indistinção entre cultura/natureza e animalidade/humanidade, também é proposta pela escolha do coioite especificamente, uma alusão à mitologia dos povos indígenas americanos. O coioite era uma divindade que caminhava entre os mundos, mas assim como a maioria dos povos originários, foram vítimas da perseguição do homem branco através de extermínios e massacres. Dessa forma, Beuys transita entre referências e crítica: a América é o coioite, que também é ambiente, tanto quanto os povos originários. Podemos retomar assim que pela perspectiva ameríndia, a América poderia ser menos humana que o coioite, personificado para ser reconhecido. Com isso, o artista consolida uma estética que propõe um movimento de aproximação iniciando-se pelo deslocamento referencial do ponto de vista do próprio sujeito, num processo de cura, ou "purificação da mente" como coloca Lancman (1996) ao relatar seu comprometimento ecológico:

É importante termos em mente que a noção de ecologia não subentende apenas a defesa da natureza, trata-se das relações do seres vivos com o meio ambiente, o que inclui aspectos específicos da organização social das comunidades humanas. (...) Era então preciso começar a purificar nossas próprias mentes antes de se voltar par o

meio ambiente. A transformação da nossa forma de pensar deveria então, anteceder qualquer outra (LANCMAN, 1996, p.75).

§20

Apesar da proposta em interpretar essas proliferações e sentidos compartilhados em determinadas circunstâncias, retomamos simultaneamente aos limites da morfologia humana para atribuir-lhe sentidos. Mesmo que seja reducionista trata-la de maneira essencialista, é necessária cautela com um possível embuste metafísico, ponderando os referenciais e critérios com que são feitos esses apontamentos. Pode-se também pontuar, que mesmo contagiados por um devir-coioite, ainda assim, só seremos coioite no compartilhamento de referencial e sentido, um ponto de vista cambiante das relações interespecie que partem de determinadas circunstâncias do ambiente. Até esse ponto, essa relação pode acontecer da mesma forma com outro ser humano. Podemos compartilhar referenciais e ainda assim diferir nos sentidos que atribuímos às experiências que temos com o mundo. O conjunto de experiências prévias de um corpo também cria afastamentos e configura ontologicamente o ponto de vista.

Portanto, evidenciam-se duas conjunturas: Ao mesmo tempo em que se reconhece a existência de convenções partilhadas culturalmente que determinariam uma fronteira à morfologia humana, também se torna relevante uma discussão sobre o corpo e seus sentidos perceptivos, possibilitando e impossibilitando a apreensão de determinados efeitos do ambiente.

Na dificuldade em distinguir entre as inúmeras variantes em que as duas situações também coexistem, frustra-se a possibilidade de definições metodológicas. Nossa concepção sobre se há ou não um limite de apreensão, partirá sempre de uma perspectiva

cultural e quando não, na melhor das hipóteses, fenomenológica. Com isso, tais experiências travam-se pela incerteza, pela tentativa e erro, assim como Timothy Treadwell (Figuras 6 e 7). No entanto, outra indagação também se desenvolve a partir daqui: mesmo se não compartilharmos o mesmo ponto de vista de outras espécies fenomenologicamente, existe ainda uma possibilidade de reconhecer e acessar códigos e sistemas de comunicação presentes no ambiente?

§21

Uma flor se abre e emite um código para polinizadores. Uma abelha se aproxima e seu movimento no ar transmite um código para outras sobre um potencial alimento. Ao mesmo tempo, esse código é recebido por um pássaro que a fará de presa: mesma circunstância, mas sentidos diversos, referências múltiplas. Segundo Deleuze e Guattari (1997, p.25) “há um conjunto complexo, devir-animal do homem, matilhas de animais, elefantes e ratos, ventos e tempestades, bactérias que se semeiam o contágio. Um só e mesmo furor”. Conforme Serres (2017), para a formalização destas interlocuções, existem códigos naturais que se apresentam como uma estrutura inter-espécies a qual o ser humano se relaciona na eco-lógica:

Ora, nessa biogeia em que os humanos e o mundo vivem em simbiose, não se fala apenas uma língua universal, a língua das leis há pouco citadas, a matemática, mas se utilizam diversos códigos, neles estando todas as coisas, inclusive nós, codificantes e codificadas. Pois todos nós, coisas inertes, seres vivos e seres humanos, emitimos, recebemos, armazenamos e tratamos informação. Igualmente universais, essas quatro regras dizem respeito tanto às

línguas dos homens quanto aos códigos dos seres vivos e das coisas (SERRES, 2017, p.53).

Como uma tentativa de apreender esses códigos, o filósofo naturalista Jacob Von Uexkull (1909), empenhou-se em compreender os modos de subjetivação das espécies com o ambiente. Para o autor a morfologia biológica não deixa de ser uma problemática para a interpretação desses códigos, pois a percepção apreensível pelo corpo agenciaria sua fenomenologia. Desse modo, o autor vai desenvolver o conceito de Umwelt, que caracteriza esse agenciamento em cada espécie.

Cada ser humano, dando uma olhada ao redor de um campo aberto, permanece no meio de uma ilha redonda com a esfera celestial azul em cima. Esse é o mundo concreto em que o homem está destinado a viver e que contém tudo que ele é capaz de ver com seus olhos. Esses objetos visíveis estão dispostos segundo a importância que tem para sua vida (...) Os movimentos de objetos distantes podem continuar invisíveis para ele, enquanto ele está atento aos que lhe são próximos (...) O ambiente próximo é caracterizado por um muro protetor de sentidos que se torna cada vez mais denso. Os sentidos do toque, do cheiro, da escuta e da visão revestem o ser humano como quatro camadas de um manto que se torna cada vez mais finos em direção ao exterior (UEXKULL, 1936, s/p).

Para Uexkull (1936), a relação das espécies com o ambiente é inexaurível, pois realizam trocas bióticas e simbólicas simultaneamente, tornando impossível examiná-las fora desse

continuum de seu habitat. Segundo seu filho, Uexkull (2007, p.23), para compreender a teoria de seu pai, é preciso assumir o tempo de forma subjetiva, pois os seres vivos orientam-se no presente na estratégia de “calcular seu futuro segundo suas necessidades biológicas (...) possibilidades de satisfações futuras”. Essa temporalidade também se altera de espécie para a espécie em sincronias e des-sincronias das relações que desempenham. Esse processo, seria uma relação simbólica na troca de informação com o meio, ou seja, uma semiose sensorial e semântica, pois existem respostas comportamentais para cada código. Em um exemplo prático, Uexkull (2007) aponta:

Exatamente como os signos do código Morse estão para os signos do alfabeto, os signos do código do carrapato (no contexto textual utilizado como exemplo) correspondem a certos processos químicos, físicos e térmicos do ambiente (ácido butanóico, a oposição de obstáculos e a radiação do calor (Ibid., p.30).

Entre as espécies haveriam códigos que se complementam entre si, e constituem a melodia. A aranha constrói sua teia baseado num conhecimento sobre o comportamento da mosca de tamanha intensidade, que compartilha parte de sua fenomenologia mesmo sendo de espécies diferentes. Esse sistema de código compartilhado, não existe isoladamente nem na aranha e nem na mosca, mas se constrói entre elas aparelhando-se na morfologia dessas espécies e materializando como teia. Deleuze e Guattari (1997) também retomam esse conceito:

Há um caso particularmente importante de transcodificação: é quando um código não se contenta em tomar ou receber componentes

codificados diferentemente, mas toma ou recebe fragmentos de um outro código enquanto tal. (...) Frequentemente observou-se que a teia de aranha implicava no código desse animal sequencias do próprio código da mosca; diríamos que a aranha tem uma mosca na cabeça, um “motivo” de mosca (...) A cada vez que há transcodificação, podemos estar certos que não há uma simples soma, mas constituição de um novo plano como mais-valia. (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 126)

§22

É possível dar exemplos de que a apreensão de um sistema de comunicação interespecie e seus códigos, ao menos parcialmente, acontece e constitui práticas culturais, ainda que intuitiva e empiricamente. Nesse contexto, situa-se a permacultura. Inicialmente concebida como uso ecológico da agronomia, foi desenvolvida por Bill Mollison e David Holmgren nos anos 70 e popularizou-se com a influência da ecologia profunda (bio-centrismo). Ao longo do tempo recebeu contribuições e acompanhou transformações de diversas áreas do conhecimento como a Biologia, Antropologia, Arquitetura, Filosofia, Teoria de sistemas etc. Hoje, agrega uma pauta de problemáticas ecológicas emergentes para o meio científico e popular, um campo de conhecimento transdisciplinar de grande relevância e investimento:

Como campo de trabalho, a permacultura é uma carreira reconhecida internacionalmente, em várias instituições de ensino superior. Apesar disso, não é um campo de “especialização” e, sim, de “generalização”. O permacultor utiliza conhecimentos de muitas áreas para fazer sua análise e tomar suas decisões. (...) Integrando todos os aspectos da sobrevivência

e da existência de comunidades humanas, a permacultura é muito mais do que agricultura ecológica ou orgânica, englobando economia, ética, sistemas de captação e tratamento de água, tecnologia solar e bioarquitetura (SOARES, 1998, p.2).

A expansão dos princípios da permacultura contextualiza teorias e práticas que constituem uma percepção ambiental ética, pautada pelo uso consciente dos elementos naturais, o que indica um rompimento com a lógica antropocêntrica ao não opor os artefatos culturais e cultivos ao ambiente enquanto relação sujeito/objeto. Nesse contexto, o ambiente deixa de ser um recurso imediato ao sujeito, que então passa a partilhá-lo em um estudo das relações eco-lógicas e potências energéticas que nele se desenvolvem. Ao mesmo tempo em que o sujeito condiciona essa territorialidade com sua interferência, ele também é condicionado no plano fenomenológico de suas experiências.

Dado este sentido, os processos de criação e tecnologias envolvidas na permacultura pretendem dispensar intervenções danosas, indistintamente, ao ambiente, às espécies e à qualidade de vida social. Alternando-se conforme as características de cada ambiente e grupo social envolvido, não se estabelecem modelos aplicáveis a todos contextos, o que caracteriza como um campo que necessita de abordagens singulares nas análises quantitativas/qualitativas. A presença de cartografias na permacultura é uma constante, mas não estabelecem um padrão, pois necessitam acompanhar as singularidades que se dão no ambiente em paralelo a percepção do sujeito (Figura 12). A partir dessa partilha temporal com o ambiente, experiências emergem no/durante/pelo co-habitar num planejamento afetivo, base das tomadas de decisões que visam processos de sustentabilidade. A permacultura amplia os limites da comoção pelo esgotamento dos recursos

naturais necessários à sobrevivência humana (utilitarismo) e escapa ao afeto pela natureza como um belo exótico exterior ao homem (naturalismo). Como as interferências não são definidas por convenções, há um estímulo a processos criativos, operações poéticas e devires que contemplam uma multiplicidade de estéticas (Figura 13). Esse contexto tem um diálogo próximo com Guattari (2002), quando este enfatiza a “gênese eco-lógica” enquanto um movimento ético-estético que mobiliza agenciamentos subjetivos, sociais e ambientais simultâneos.

§23

Para o antropólogo Ingold (2000), o desenvolvimento técnico e cultural está sempre agregado às relações desempenhadas no ambiente, da mesma forma que Uexkull (1909) entendia as espécies no/com seu habitat. Ingold (2000, p.5) a partir do conceito de “skills”, analisa a técnica humana como desenvolvimento na/da paisagem e propõe que essas habilidades se contagiam com o ambiente constituído pelas relações ecológicas e sociais:

Por habilidades (skills) eu não me refiro às técnicas do corpo, mas as capacidades de ação e percepção de todo o ser orgânico (mente e corpo indissociáveis) situado num ambiente ricamente estruturado. Como propriedades de organismos humanos, as habilidades (skills) são tanto biológicas como culturais (...). As habilidades (skills) não são transmitidas de geração para geração, mas elas renascem em cada uma, incorporadas no modus operandi do desenvolvimento do organismo humano através do treinamento e experiência na performance de tarefas singulares (...). Portanto, relações entre humanos, as quais estamos acostumados a chamar de “sociais” são uma consequência de relações ecológicas (INGOLD, 2000, p.5). Tradução do autor.

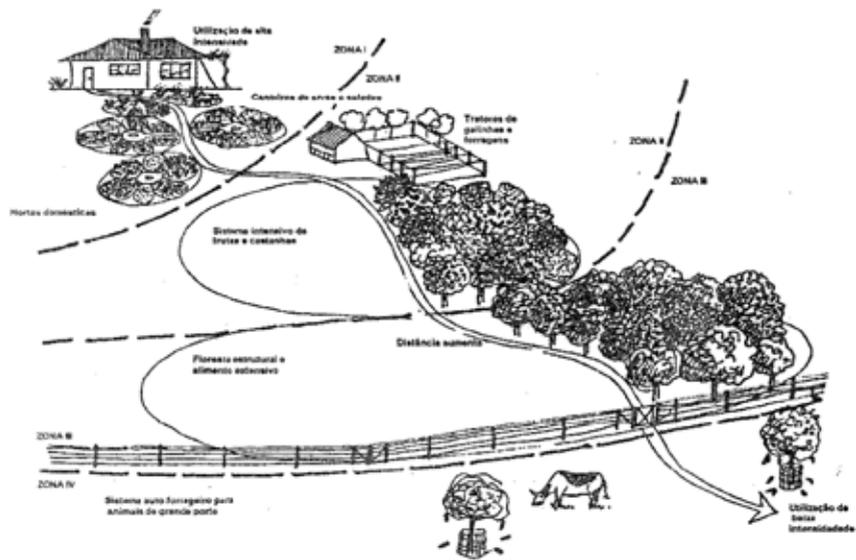


Figura 12: Esquema básico de permacultura: planejamento por zonas de um território. Fonte: (MOLLISSON e SLAY, 1998, p.22)



Figura 13: Soluções estéticas eco-lógicas. Fonte: Disponíveis e ³.

3 [1]<http://www.telegraph.co.uk/gardening/gardenstovisit/11151592/The-great->

Pensar nessas interferências como forma de habitar o mundo, agrega também uma reflexão fenomenológica das técnicas e funcionalidades. Com isso, o autor atribui a construção do conhecimento aos sujeitos humanos e não humanos no ambiente. Contabilizar todos seres vivos é agregar tanto as eco-lógicas quanto a paisagem cultural nas quais as práticas desenvolvem-se, como apontam os antropólogos pesquisadores da epistemologia eco-lógica, Steil e Carvalho (2012):

A chave para se compreender sua posição está em tomar com foco a atividade em si mesma, independente de quem as realiza, humanos ou não humanos, que resulta em linhas, trilhas, tramas, traços que são incorporados na paisagem (STEIL e CARVALHO, 2012, p.241).

É possível buscar referências na poética de Joseph Beuys enquanto sujeito-artista, para também pensar a noção da paisagem construída pela eco-lógica associada às relações sociais. Essa aproximação de práticas socioambientais com o fazer artístico, acontece a partir do “conceito ampliado de arte”. Para Rosenthal (2002), o artista entende a sensibilidade poética como instigadora do potencial criativo no sujeito, seja ele artista ou não, sendo este capaz de moldar e dar forma ao mundo em que vive, processo pelo qual o mesmo conceituou como “escultura social”.

-tradition-of-kitchen-gardens.html.

[2]<https://br.pinterest.com/pin/386676317983870646/>.

[3]<http://ciclo vivo.com.br/noticia/jovens-se-unem-para-ensinar-conceito-de-agro-florestas-a-produtores-rurais/>.

[4]<https://br.pinterest.com/bpeleni/berns/>. [5]<https://pohjoinenpermakulttuuri.wordpress.com/2011/07/28/hugelkultur-kohopenkkien-tuolla-puolen/>.

[6]<http://upliftconnect.com/permaculture-is-revolution/>. [7]<http://curieuxdejardin.blogspot.com.br/2013/04/voici-un-florilege-de-lieux-de-reves.html>. [8]<https://br.pinterest.com/morris1460/architecture/>.

[9]<http://minihortassuspensas.blogspot.com.br>.

[9]<http://minihortassuspensas.blogspot.com.br>.

Este conceito de escultura de Beuys não se referia apenas à escultura como um objeto que se estenderia para todas as manifestações artísticas (Teoria da escultura), mas por toda organização social. Cultura, Política e Educação passariam a ser compreendidas como Escultura social pelo fato de serem maleáveis e moldáveis pelo pensamento humano. Se com a Teoria da Escultura Beuys expunha a passagem do estado fluido e caótico para o estado determinado e organizado [...], para, em seguida, elaborar um paralelo entre estas reações e os processos de organização do pensamento, agora, expande este processo para a 'organização social' (ROSENTHAL, 2002, p.112).

Em um de seus projetos chamado "7000 carvalhos" realizado em Kassel na Alemanha, Beuys planta 7000 mudas de árvores (em sua maioria carvalhos) ao lado de pedras de basalto espalhadas pela cidade (figura 14).

Como a maioria das árvores haviam sido derrubadas durante a 2ª. Guerra Mundial, sua ação é tomada como positiva pela prefeitura. O carvalho, apropriado como um símbolo nazista neste período, tem seu significado de elemento natural retomado pela ação do artista. Entretanto, a intervenção despertou certo desconforto social, principalmente quando depositou as 7000 mil pedras de basalto no mesmo lugar onde as vítimas de ataques aéreos eram empilhadas durante a guerra. Na utilização de elementos naturais, Beuys relacionou-se com a cultura do lugar e apesar dos embates políticos que quase impediram o projeto, a população da cidade mobilizou-se a seu favor nesta ação socioambiental de impacto eco-lógico, político e estético.

Para o sujeito-artista desenvolver seus trabalhos relacionando sua interferência com essa paisagem construída em conjunto, torna-se necessário voltar-se para uma reflexão sobre seu modo de habitar o mundo com outros sujeitos, sem a qual, talvez as árvores em Kassel plantadas por Beuys não teriam sobrevivido.



Figura 14 : Joseph Beuys, instalação 7000 carvalhos (1982-1987). Fonte: <https://allartisquiteuseful.wordpress.com/2012/10/02/jospeh-beuys-7000-oaks/>.

Quando Ingold (2000) sugere que as práticas não relacionam apenas a experiência cultural, mas também a biológica, leva-se a uma compressão desse sujeito enquanto organismo em co-desenvolvimento com outras espécies no ambiente, o que não o diferencia radicalmente dos demais:

Se pessoas são organismos, então os princípios do pensamento relacional, longe de serem restritos ao domínio da sociabilidade humana, precisam ser aplicados justamente ao longo do continuum da vida orgânica (...) A teoria neo-darwiniana argumenta que as características dos organismos não são muito expressas por uma gênese no curso do desenvolvimento decorrente, como se fossem propriedades emergentes dos campos de relacionamento configurados através de sua presença e de sua atividade exclusiva dentro de um ambiente particular. Aqui, então, foi a biologia que ajudaria a sustentar minha visão de organismo-pessoa, passando pelo crescimento conjunto e desenvolvimento em um ambiente que é fornecido pelo trabalho e pela presença de outro (INGOLD, 2000, p.4).
Nossa tradução

§24

Desse modo, para estabelecer práticas que visam uma construção conjunta com outras espécies, seria necessário uma compreensão empírica sobre seus códigos e temporalidades para estar consciente de sua interferência no jogo eco-lógico. Tomando como exemplo o cultivo de plantas, ele não é realizado apenas por um sujeito humano, mas também pelas ações que elas desenvolvem enquanto sujeito no ambiente, como coloca Maffesoli (2010):

É certo que o jardineiro pode favorecer as condições de crescimento de uma planta. Ele vai cavar, regar, arrancar o mato. Mas ele não vai puxar o botão para fazê-lo crescer. Ele pode acompanhar seu desabrochar para que o botão dê o melhor de si, mas não pode trocar de lugar com ele. Comparação não é razão. Mas essa metáfora pode permitir que

se compreenda o que pode haver de eclosão espontânea na natureza (MAFFESOLI, 2010, p.84).

Essa eclosão espontânea da natureza, começa a ser analisada com mais empenho a partir dos biólogos Maturana e Varela (1998) que a conceituam como auto-poieses. Esse conceito será fundamental para a abordagem dos organismos, como sistemas abertos, que se auto-organizam. Segundo, Velho (2001) essa auto-organização dá-se nas relações que estes desempenham com outros – um elo passível na troca de informações inter-espécie:

Daí também a centralidade da comunicação, que não é apanágio dos seres humanos. Mas comunicação que se dá em múltiplos planos e que a mais das vezes, ao mesmo tempo que desafia as razões da lógica e da consciência – e, portanto, em termos mais radicais, o logocentrismo -, afirma a existência de sistemas autopoieticos, auto-organizantes (na expressão dos biólogos Maturana e Varela, que, no entanto, não acentuam a dimensão comunicativa) (VELHO, 2001, p.3).

§25

A capacidade biótica dos seres vivos em produzir-se, ao que Maturana e Varela (1998) conceituam como “autopoieses natural”, pode aproximar-se da definição de natureza. Do mesmo modo, Sell (apud SERRÃO, 2004, p.94), enfatiza que o que a discrimina “[...] é, portanto o de auto-produção, o produzir-se por si”. Como já mencionado, o estudo dicotômico/taxonômico da natureza conduz a um conhecimento cada vez mais especialista e distante de suas interações, situação que começou a compor obstáculos

aos biólogos. O ponto de vista ecológico até então, permaneceu eclipsado por uma perspectiva majoritária nas ciências naturais na qual, como coloca Capra (2002, p.3), tem-se como estudo “a compreensão de organismos individualmente e não no contiuum biológico”. Essa perspectiva afirma que uma investigação intensiva dos fragmentos permite reestruturar um organismo e decifrar os sistemas vivos. A compreensão a qual se propõe desde então, inicia-se portanto pelo esgotamento do modelo taxonômico para contextualizar as problemáticas contemporâneas. Segundo Maturana e Varela (1998) a estruturação desses conhecimentos específicos deixou uma grande lacuna de perguntas em seu percurso culminando numa crise paradigmática, conforme apontam:

Hoje as correntes de pensamento representadas pela explicação físico-química e pela explicação evolutiva estão entrelaçadas. A análise molecular parece permitir entender a reprodução e a mudança; a análise evolutiva parece explicar como podem ter começados esses processos. Ao que parece, estamos em um ponto da história da biologia em que se eliminaram as dificuldades fundamentais. Entretanto, os biólogos se sentem desmotivados quando procuram olhar a fenomenologia dos sistemas vivos como um todo [...] as noções teleonômicas deixam intocadas no essencial da questão da organização da unidade viva. Nossa intenção é identificar a organização dos sistemas vivos (MATURANA e VARELA, 1998, p.64-65, tradução livre do autor).

Do ponto de vista ecológico, no que diz respeito a organização dos seres vivos, indica-se um reducionismo encarar as espécies separadamente, sendo interdependentes em suas relações com

o meio. Deriva-se assim, o conceito de continuum desenvolvido por Capra (2002) que teve desdobramentos em diversas áreas do conhecimento. Isso não significa que o meio exerça completo controle sobre os sistemas vivos, entretanto, é importante reforçar que os organismos não se constituem isoladamente, como nos esclarece o autor:

Não existe nenhum organismo individual que viva em isolamento. Os animais dependem da fotossíntese das plantas para ter atendidas as suas necessidades energéticas; as plantas dependem do dióxido de carbono produzido pelos animais, bem como do nitrogênio fixado pelas bactérias em suas raízes; e todos juntos, vegetais, animais e microorganismos, regulam toda a biosfera e mantêm as condições propícias à preservação da vida (CAPRA, 2002, p.3).

O trabalho colaborativo com a “autopoiese natural”, pode representar um confronto às estéticas e práticas de dominação do pensamento moderno. Com isso, estabelece-se uma dinâmica de relações do ambiente natural ao qual a cultura está vinculada de forma consciente:

Para Maturana, o termo ‘autopoiese’ traduz o que ele chamou de ‘centro da dinâmica constitutiva dos seres vivos’. Para exercê-la de modo autônomo, eles precisam recorrer a recursos do meio ambiente. Em outros termos, são ao mesmo tempo autônomos e dependentes. Trata-se, pois, de um paradoxo. Essa condição paradoxal não pode ser bem entendida pelo pensamento linear, para o qual tudo se reduz à binaridade do sim/não, do ou/

ou. Diante de seres vivos, coisas ou eventos, o raciocínio linear analisa as partes separadas, sem empenhar-se na busca das relações dinâmicas entre elas (MARIOTTI, 2010, p.1).

§26

Assim, pode-se pensar numa construção conjunta que é conduzida pelos agenciamentos da inter-relação entre cultura e natureza. Os devires desse contato, possibilitam desdobramentos em práticas de criação e estéticas que são condizentes com a ética do eco (oikos). Essas operações podem envolver tanto tecnologias eco-lógicas e suas funcionalidades bem específicas, como a permacultura, quanto os processos artísticos, levando-se em consideração os aspectos poéticos.

Para figurar essa inter-relação no território de criação, apresenta-se o trabalho da artista Carla Filipe, que construiu uma horta externa ao pavilhão expositivo da 32ª Bienal de Artes de São Paulo. Com a instalação, chamada de “Migração, exclusão e resistência” aponta-se para uma poética em tais práticas.

A partir da diversidade de estéticas na permacultura, a artista compõe uma horta singular (Figura 16 e 17), caracterizada por alusões à cultura ecológica contemporânea: plantas alimentícias não-convencionais do Brasil (PANCS), que fazem referência ao livro homônimo de Kinupp e Lorenzi (2014), por exemplo, do uso de barris de água e pneus à reutilização de detritos industriais em hortas urbanas e os panfletos distribuídos às publicações independentes (Figura 18). A instalação não usou técnicas artísticas tradicionais, entretanto a desterritorialização (DELEUZE e GUATTARI, 1997) das práticas descritas acima pela movimentação significativa da horta enquanto funcionalidade agrônômica para um ambiente museal constitui-se enquanto um processo de criação.



Figura 15 e 16: Carla Filipe, Instalação “Migração, Exclusão e Resistência” realizada na 32ª Bienal de Artes de São Paulo (2016). Fotografia do autor



Figura 17: Carla Filipe, publicação que compõe a instalação “Migração, Exclusão e Resistência” na 32ª Bienal de Artes de São Paulo (2016)

O trabalho pode também fazer auto-referência ao Parque Ibirapuera onde encontra-se o pavilhão da Bienal, ressaltando os conflitos e proximidades com a eco-lógica do espaço urbano. Em sua ação, a artista coloca-se num território limiar no qual a alternância ambígua entre significações pode potencializar a concepção dos jardins e das hortas enquanto construção poética. Ao mesmo tempo, o movimento evidencia a ausência de características à plantação e ao cultivo no ambiente rural, como a temporalidade particular do cotidiano de tais práticas e a interação sensorial no contato com os elementos naturais e seu desenvolvimento. Tais movimentos de proximidade e distanciamento conduzem a um estranhamento, entretanto, é essa ambiguidade produzida pelo movimento de desterritorialização da artista, que a artista coloca a exploração de territórios limiares fixando vertigens, construindo diálogos que se estabelecem entre o ambiente com a imanência da autopoieses geológica (vegetação, solo, clima, hidrografia, etc.) e o museu.

§27

O agricultor Ernst Götsch conhecido pela criação do sistema agroflorestal, é uma referência na construção conjunta com a “autopoiesis natural” (MATURANA e VARELLA, 1998). Com seu saber-fazer (know-how) de sucessões ecológicas, reflorestou 410 hectares em sua fazenda, no sul da Bahia (Figura 19).

Antes um solo improdutivo, passa a ser exportador de cacau, produzindo uma grande variedade de espécies de frutas e hortaliças em larga escala, sem utilizar-se de agroquímicos. Götsch (1995) não atribui a profusão de suas plantações a uma técnica agrônômica, mas no que pode ser lido como experiências que constituem uma cultura de relação os processo eco-lógicos:

Aprofunda-te na matéria! Abre os teus sentidos! Tenta perceber as formas dadas pela própria natureza! E tu chegarás a criar laços mais íntimos com ela. Isto acarretará mais sensibilidade nos tratos, nas relações com nossos irmãos (seres vivos) no campo e na floresta, bem como nas relações entre os seres humanos. Assim, a agricultura voltará a ser o que ela era, no sentido da palavra: cultura. Uma tentativa culta de conseguir o necessário daquilo que precisamos para nos alimentarmos, além das outras matérias primas essenciais para nossa vida, sem a necessidade de diminuir e empobrecer a vida no lugar, na terra (GÖTSCH, 1995, p.5).



Figura 18: Ernst manejando os agro-ecossistemas em sua Fazenda na Bahia Fonte: <https://www.swissinfo.ch/>.

Segundo Götsch (1995, p.5), a sucessão da vida é criadora e é em seu próprio fluxo que a cultura deve instaurar-se. Para isso, inicialmente ele estabelece conceitos como “organismo, sucessão, cooperação, sistemas”, e que se tornaram critérios norteadores para as experiências que desenvolveu na prática. Segundo Andrade e Pasini (s.d.), “Götsch tem artigos publicados, mas nunca escreveu sobre o conjunto de suas observações, pois acredita que sua pesquisa não está acabada. E, mesmo sobre as conclusões a que já chegou, diz que ‘não há o que ser dito, pois é óbvio’”. Partindo de um contexto pré-existente, é estabelecido um plano de ação baseado em sua experiência com o ambiente rural e florestal, de modo que tenta acelerar os processos que contribuem para o aumento de vida (GÖTSCH, 1995). Esse processo de criação é registrado em cadernos, como um estudo do território que acompanha as suas transformações (Figura 20).

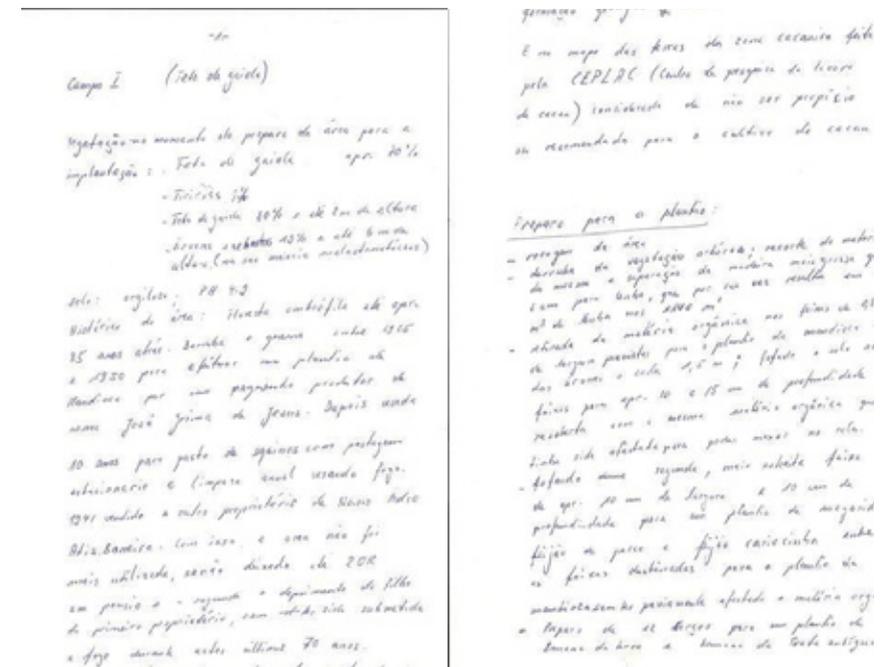


Figura 19: Manuscritos de Ernst Götsch. Fonte: <http://www.agendagotsch.com>.

Portanto, da mesma forma, que um trabalho artístico pode realizar uma alternância de significações entre o plantio e a produção artística, seria concebível interpretar nas práticas agronômicas eco-lógicas uma sensibilidade estética/poética enquanto processo de criação, ainda que não intencionais? Atentar-se aos devires que se estabelecem nesse movimento, pode contribuir como reflexão sobre as construções conjuntas no contemporâneo, o que torna pertinente uma aproximação entre variados processos como potencialidades para um possível campo de estudo.



TERRITÓRIO E
INTERFERÊNCIA E
CARTOGRAFIA:
A ARTE PENSA O AMBIENTE

FASCÍCULO 3

TERRITÓRIO E
INTERFERÊNCIA E
CARTOGRAFIA E

A ARTE PENSA O AMBIENTE

§28

A perspectiva relacional/fenomenológica/processual aborda a relação sujeito e ambiente, campo de devires, na construção de territórios físicos/ subjetivos e agenciamentos na/da ecológica. Alguns conceitos foram abordados como o continuum do ambiente, a autopoieses como potência criadora de outros sujeitos e as convenções estéticas partilhadas enquanto imagem de pensamento encontram sintomas estéticos.

Secada ambiente é singular e trabalhamos temporal e espacialmente com seus processos e efeitos estamos interagindo. Por outro lado, se trazemos outra lógica que não a do próprio ambiente, ignorando a temporalidade necessária para se familiarizar com este, estamos intervindo. Certamente, essas duas condições não são dicotômicas e coexistem como desdobramentos de qualquer ação/interlocução. Tais interferências articuladas pelo campo artístico podem agregar técnicas a serem utilizadas por outros campos de investigação, mas seu potencial está principalmente na singularidade desses processos e ações que imprimem efeitos na percepção ambiental dos demais sujeitos enquanto experiência.

As técnicas artísticas (pintura, fotografia, instalação, etc) são meios para a expressão poética que atribui sentidos, mas está aberta a significações e portanto, não valida convenções. Essa poética seria um constructo do artista, como um “vocabulário” que abrange elementos, materiais, técnicas, conceitos e experiências passadas. Com esse repertório, o artista atribui sentidos para investigar fora de categorias pré-estabelecidas e nomenclaturas que usamos para entender convencionalmente o mundo ao nosso redor. É esse olhar singular para o ambiente que é de interesse, pois a experiência estética proposta que desestabiliza estruturas, definindo vetores de insidades e potencializa modos de vida.

§29

Com isso, sugere-se que o processo de investigação artística interponha-se como uma contribuição às metodologias científicas, que, enquanto modelos podem delimitar a percepção de fenômenos e constructos da realidade. O campo artístico não é um conjunto de experimentações ingênuas, assim como os processos de criação não são uma pseudociência, embora a falta de familiaridade com estes possa sugerir tal equívoco. Embora os artistas não tenham compromisso científico ou filosófico algum, é a troca entre esses campos do pensamento, cada um com seu lugar de fala e de ação, que pode estabelecer um diálogo prolífico para abordar a complexidade contemporânea.

Os conceitos filosóficos, ainda que provisórios, contribuem com uma pauta de pesquisa de possíveis direcionamentos. Eles são, portanto, a matriz do pensamento de onde desenvolvem experiências artísticas e pragmatismos científicos. Esse apontamento de Deleuze e Guattari (1992, p.52) é uma tentativa de mapear a multiplicidade de relações da realidade física/material e seus fenômenos na construção de subjetividades. Esse campo, ou meio de profusão, a que denominam como plano de imanência seria “... como um deserto que os conceitos povoam sem partilhar. São os conceitos mesmos que são as únicas regiões do plano, mas é o plano que é o único suporte dos conceitos”. Esses percursos do pensamento são dinâmicos e movimentam-se em conjunto, tal percepção, poderia expandir as possibilidades do sujeito-pesquisador:

Orientar-se no pensamento não implica nem num ponto de referência objetivo, nem num móvel que se experimentasse como sujeito e que, por isso, desejaria o infinito ou teria necessidade dele. O movimento tomou tudo, e não há lugar nenhum para um sujeito e um

objeto que não podem ser senão conceitos. O que está em movimento é o próprio horizonte: o horizonte relativo se distancia quando o sujeito avança, mas o horizonte absoluto, nós estamos nele sempre e já, no plano de imanência. (...) é neste sentido que se diz que pensar e ser são uma só e mesma coisa. Ou antes, o movimento não é imagem do pensamento sem ser também matéria do ser (DELEUZE e GUATARRI, 1992, p.53-54).

§30

Antes que a permacultura e as demais práticas culturais contemporâneas começassem a pensar numa interferência circunstancial com o ambiente, diversos artistas já traziam essas questões em seus trabalhos. Sem necessariamente uma preocupação ecológica, mas um direcionamento mais formal/plástico/material, no entanto, as investigações artística sobre espacialidade e temporalidade mantem-se pertinentes na medida em que se desdobram e ampliam percepções que podem ter passar despercebidas por outros campos de conhecimento. Com isso, entende-se que essas contribuições são significativas também pela transdisciplinaridade recorrente à pauta de problemáticas do planejamento ambiental contemporâneo.

Principalmente, desde a segunda metade do século XX, experiências que expandiram a técnica escultórica aplicando-a em espaços públicos e environments, (ambientes planejados dentro de galerias para uma imersão do visitante) já trabalhavam com as questões do espaço. No entanto, com os conceitos como o *site-specific*, o *non-site*, bem como, a *performance* e o *happening*, o deslocamento da land-art e a *plástica social* de Joseph Beuys é que efetivamente, essa reflexão será levada a um pensamento crítico mais abrangente acerca da interferência de projetos

artísticos que se configuram nas singularidades do espaço/tempo de um ambiente.

§31

O *site-specific*, ou a especificidade do sítio, é um conceito que abrange instalações e ações artísticas, planejadas a partir de um diálogo complexo e intrínseco com o ambiente, pois se estabelece em sua trama de relações. Como referencial, indica-se Walter De Maria com o *Lightning Field* (1977), onde instalou 400 para-raios para criar um campo de descarga elétrica. Após realizar um pequeno protótipo em Flagstaff (Arizona), De Maria constatou as potências de Quemado (Novo México) um local com uma grande incidência de raios situado numa área desértica afastada da cidade. A instalação (Figura 1 e 2) continua preservada pela The Dia Foundation e pode ser visitada em pequenos grupos (BEARDSLEY, 1981).

§32

O *non-site*, ou o não-sítio, identificamos o artista e pesquisador Robert Smithson que, assim como Walter De Maria, é compreendido como expoente da Land Art. O que difere o *non-site* do *site specific*, é o envolvimento de mais de um ambiente, a transição imagetica e material entre eles, traçando uma ambivalência que também pode envolver as galerias e exposições de arte (Figura 3 e 4). Esse ambiente transitório configura um território subjetivo resguardado pela experiência do sujeito-artista, ou seja, suas expressões também configuram uma manifestação desse ambiente.



Figura 1 e 2: Walter De Maria: Lightning Field, 1977. Quemado (Novo México). (<https://artappreciation101.wordpress.com/2011/06/16/walter-de-maria-the-lightning-field> / <https://theredlist.com/wiki-2-351-382-1160-1122-view-usa-profile-de-maria-walter.html>)

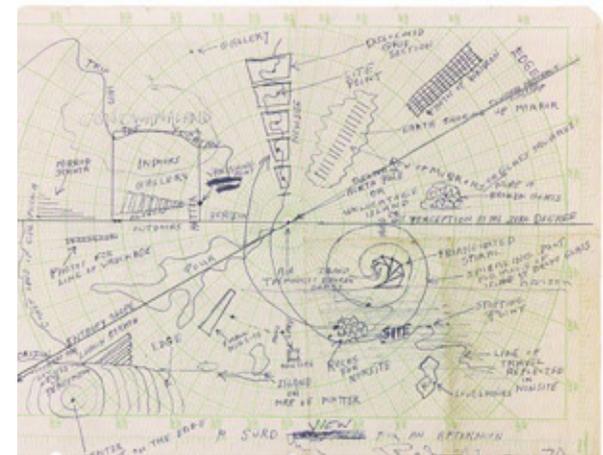


Figura 3 e 4: Robert Smithson: Oberhausen (Ruhr, Germany) Non-Site (1968) e Mapping de Spiral Jetty (1970) . <http://socks-studio.com/2014/06/14/theory-of-non-sites-by-robert-smithson-1968/> <https://i.pinimg.com/736x/6c/4a/3d/6c4a3d5ad37a8670e7211b10affc48dd--robert-smithson-artist-sketchbook.jpg>

§33

A *presentidade* espacial, de Richard Morris também é um conceito relevante para essa reflexão. Para Morris (2006), os espaços arquitetônicos modernos com referência na teoria da Gestalt são autoritários na forma em que condicionam os percursos de quem os experiecia. Sua construção induziria a poucos caminhos em seu interior, com possibilidades de percurso reduzidas, estabelecesse um rigor (limite, controle) de deslocamento. Podemos imaginar hipoteticamente, um corredor de hotel com várias portas de quarto. Para chegar ao seu quarto um visitante é levado a caminhar em direção reta virar para um dos lados e abrir uma porta para sua acomodação e seu percurso está finalizado, não há outros caminhos possíveis que se possa fazer. Em outro exemplo, se passássemos tinta nos sapatos toda vez que fossemos entrar em casa, veríamos que com o tempo iriam se formar trilhas, ou seja, trajetos determinados pelo planejamento do espaço.

Por mais que esse deslocamento varie conforme a disposição física do sujeito, a percepção temporal do espaço seria a mesma. Em contra-posição a esse condicionamento do espaço, Morris desenvolveu interesse em investigar ruínas, aonde essas determinações desaparecem com a queda de paredes, ausência de portas, janelas, etc. Na obra “o observatório” (Figura 5 a 7), existe a possibilidade de percorre-lo livremente conferindo-lhe uma singularidade, uma *presentidade* ou vinculado à experiências passadas trazendo imagens do pensamento pré-estabelecidas e validando a memória associativa.

Presentidade, é a inseparabilidade íntima da experiência do espaço físico e daquela de um presente continuamente imediato. O espaço real não é experimentado a não ser no tempo real. (...) Qualquer coisa que é conhecida mais pelo comportamento do que pela imagem encontra-se mais ligada ao tempo, constitui mais uma



Figuras 5, 6 e 7: Richard Morris, The Observatory, 1977. Disponível em: www.noemiklein.com/blog/the-observatory/

função da duração do que daquilo que pode ser apreendido como um todo estático. O nosso modelo de presentidade começa a ser preenchido. Ele tem a sua localização no comportamento facilitada por certos espaços que aglutinam o tempo mais do que as imagens.” (MORRIS, 2006, p.419)

§34

Também se relaciona a esse exercício de habitar o espaço-tempo, o trabalho de Hundertwasser. O artista transitou entre diversas técnicas, em especial a pintura, para refletir sobre a habitação e relação fenomenológica do ser humano com o ambiente. Autor de muitos textos e manifestos, Hundertwasser questionava a imposição autoritária dos espaços, seu distanciamento com a singularidade dos sujeitos que o habitam e a separação entre um mundo humano/não humano. Para ele era um dever cívico desafiar a homogeneização dos ambientais e interferir nestes por conta própria, nem que isso implicasse numa desobediência civil:

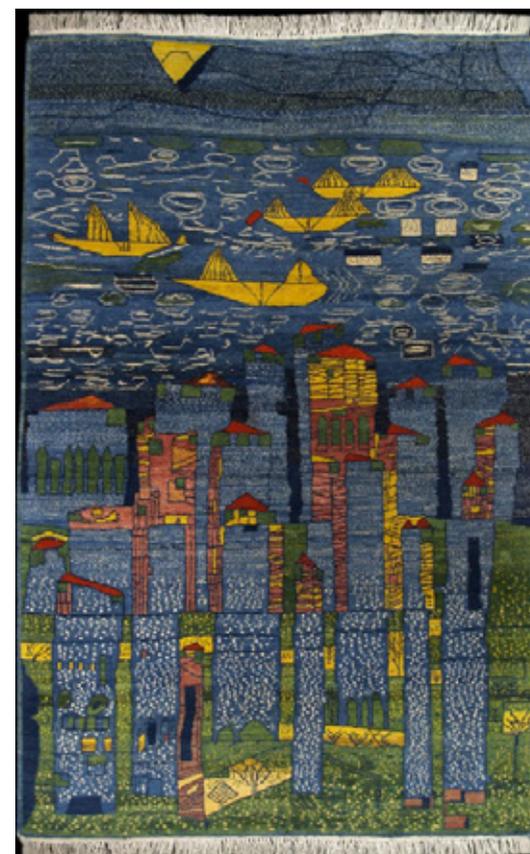
Se quisermos sobreviver, todos temos que atuar. Cada um de nós deve desenhar seu próprio ambiente. Não podemos esperar que as autoridades nos deem permissão. As paredes externas pertencem a você tanto quanto sua roupa e o interior de sua casa. Qualquer desenho pessoal é melhor do que a morte estéril. Tem o direito de desenhar a seu gosto suas janelas e as paredes externas até onde seu braço alcança. Deve ignorar as regras que proíbem ou restringem este direito. É seu dever ajudar a vegetação a conseguir seus direitos com todos os meios a seu alcance (HUNDERTWASSER, 2013, s/p).



Figuras 8 e 9: Friedensreich Hundertwasser, projetos arquitetônicos “Eye-slit house” e “The houses are hanging underneath the meadow”, Viena, 1972. Fonte: <http://www.hundertwasser.com>



Figuras 10, 11 e 12: Friedensreich Hundertwasser, In the Meadows Bad Soden (Bad Soden/Taunus, 1990-1993), Living Beneath the Rain Tower (Plochingen, 1991-1994) e The Forest Spiral of Darmstadt (Darmstadt, 1998-2000). Fonte: <http://www.hundertwasser.com>



Figuras 13 e 14: Friedensreich Hundertwasser, a tapeçaria “Yellow Ships” (Afeganistão, 1999) e a porcelana mobiliária “Snail object” (2004). Fonte: <http://www.hundertwasser.com>

Assim, não havia lógica na arte pela arte e nem na arquitetura pela arquitetura. Tal relacional implicou em ambientes (Figuras 8 a 14) e elementos constituindo processos relacionais de um todo singular.

§35

Na mesma condição de interferência pela interação com o ambiente, a ceramista Akiko Fujita ultrapassa as significações inerentes ao tecnicismo para construir relações com suas esculturas monumentos. Sua produção envolve questões sobre a matriz cultural japonesa numa produção contemporânea artística em relações com o ambiente:

Outro traço bem marcante a produção atual japonesa é a integração que essas obras desempenham com o espaço em que são colocadas. No Japão há uma grande quantidade de museus e parques destinados a receber as produções cerâmicas, pois são pensadas para isso, exatamente para esses locais onde serão instaladas. Então o conceito de arte pública que vemos tão bem evidenciado no trabalho de Akiko, parte dessa tradição em se alocar essas obras. Isso também está ligada a filosofia Zen Budista e ao amor a natureza, que será complementada com a obra realizada neste ambiente. (MARCÃO, 2014, p.45)

Suas instalações monumentais realizadas em espaços públicos são conhecidas por esculturas de fogo. Enquanto a artista esteve como pesquisadora da Unicamp na década de 80, realizou um trabalho intitulado “Casa das andorinhas (monumento a Campinas)” (Figura 15) por ocasião do projeto “Arte no Campus”

(MARCÃO, 2014, p.80). Essas instalações que trabalham com uma dimensionalidade ambiental também nos permitem uma leitura contemporânea, como uma plástica social assim como abordada por Beuys, pois segundo Marcão:

No trabalho coletivo a artista também usou os mesmos princípios, procurando dar mais ênfase ao envolvimento com a própria realização, do que sobrecarregar os participantes com muitas informações. O que importava para a artista era o envolvimento, dos alunos e o que este envolvimento iria despertar nas pessoas, quer fosse um senso criativo ou apenas o prazer de se envolver em uma atividade agradável. O trabalho era livre, seguindo poucas regras estabelecidas apenas o programado e detalhado no planejamento do monumento. Havia muitos momentos de conversa coletiva para se discutir os rumos do trabalho e as dificuldades encontradas. Esses momentos eram sempre regados a chá, e serviam de aproximação entre todos os participantes, e à troca das experiências e sentimentos. (MARCÃO, 2014, p. 59)

Como apontado, o processo de execução dos trabalhos da artista sempre envolvia um trabalho cooperativo com outros sujeitos e a grande queima (Figura 16), intencionalmente planejado para transformação da materialidade, era acompanhado por outras ações culturais, como leitura de poemas

Esse aspecto colaborativo aponta para uma preocupação social da artista, na mesma intensidade da relação com o ambiente. A argila brasileira alaranjada utilizada caracteriza um agenciamento de significados inerentes à materialidade do ambiente, pois

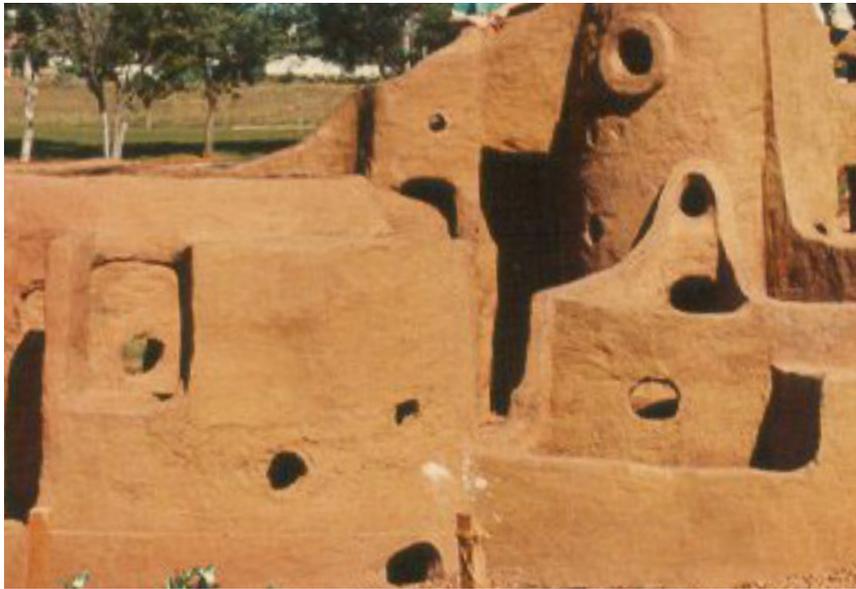


Figura 15: Akiko Fujita, Casa das andorinhas (Monumento a Campinas), 1986. Fonte: SIARQ disponível em <http://www.50anos.unicamp.br/blog/artigo/79/unicamp-comemora-50-anos-em-tempos-de-redes-sociais>



Figura 16: Akiko Fujita, Queima da Casa das andorinhas (Monumento a Campinas), 1985 (História de vandalismo na Cidade Universitária. O Estado de São Paulo Apud (MARCÃO, 2014.)

se situa/localiza um diálogo com a terra do distrito de Barão Geraldo onde se localiza a Unicamp, conhecida como terra roxa¹. Desse modo, na imagem que se tem da instalação, a própria terra do lugar configura-se na interferência da artista. O nome escolhido para o trabalho, também faz referências às andorinhas como sujeitos desse ambiente. Além de espaços para o trânsito de pessoas há pequenas entradas, passagens para as aves. Desse modo, entende-se que a interferência da artista atua no sentido de reunir e aproximar os sujeitos do ambiente (Humanos, Áves, Terra, etc), desde sua construção. A instalação a céu aberto também enfatiza a efemeridade, a transformação da matéria e dos sujeitos desse ambiente, pois ao longo do tempo desfez-se e tornou-se ao estado de solo novamente. O trabalho reúne temporalidade, espacialidade, materialidade e os sujeitos, revelando uma sensibilidade apurada da artista para se deixar agenciar pelo ambiente ao mesmo tempo em que imprime marcas temporais de seu diálogo.

§36

Observa-se essa interferência num sentido de interação, no vídeo-arte intitulado “Movie” de João Wesley, quando o artista decide reflorestar 2 hectares do sitio Taruman (Figura 17 e 18) sua residência localizada na Serra do Caparaó. Nesse processo, estabelece inicialmente uma plataforma de concreto, com marca de seus pés, uma referencia cartográfica para registrar o desenvolvimento do ambiente através de fotografias que realiza mensalmente. As interferências causadas pelas ações na eco-

1 A terra fértil da região norte do município de Campinas era chamada de “terra rossa” por imigrantes italianos que trabalhavam nas plantações de café entre o fim do século XIX e início do século XX, foi apropriada pelos brasileiros que passaram a chamar de terra roxa.

lógica são irreversíveis. Aqui, reflorestar não encontra um sentido de retorno ao que este território fora outrora, mas compreende um movimento de direcionar-se a complexidade do ecossistema que fora fadigado por ações antrópicas e gerenciaram seu desequilíbrio, e que, também agenciam o distanciamento de uma natureza que constitui o sujeito:

(...) Podemos observar no projeto, este desejo de restaurar, não somente o espaço natural, senão também a conexão entre a Arte e a Natureza, entre o Homem e o Cosmos. Podemos dizer que a relação entre a cartografia e as linguagens representacionais, tais como a fotografia e o vídeo, que o projeto utiliza, acabam também reafirmando a reconstrução deste nexa. WESLEY, 2017, p.6-7.

Desse modo, a estética de seu trabalho artístico, é envolta por uma ética que se não situa no lugar de apenas preservar ou não degenerar esse território, mas de agenciar efeitos de homeostase (capacidade de regeneração sistêmica) no ambiente, que para além de uma funcionalidade objetiva, tem motivações na produção de subjetividades numa relação fenomenológica e afetiva com o ambiente. Nesse contexto, constitui-se parte do processo de criação as práticas de plantio, como cuidar, transportar e mapear (Figura 21). Entretanto, pode-se considerar que sua interferência nesse ambiente, não assume um protagonismo exclusivo humano no processo, mas dá-se em vias de interação com a capacidade de auto-produção da espécie. Não há um condicionamento completo do ambiente pelo ser humano, mas uma troca, que se constitui na construção autopoética.



Figura 17 e 18: João Wesley, sítio Taruman e desenvolvimento da plataforma para a vídeo-instalação “Movie”, 2008. Fonte: (WESLEY, 2017.)

Desse modo, a estética de seu trabalho artístico, é envolta por uma ética que se não situa no lugar de apenas preservar ou não degenerar esse território, mas de agenciar efeitos de homeostase (capacidade de regeneração sistêmica) no ambiente, que para além de uma funcionalidade objetiva, tem motivações na produção de subjetividades numa relação fenomenológica e afetiva com o ambiente. Nesse contexto, constitui-se parte do processo de criação as práticas de plantio, como cuidar, transportar e mapear (Figura 21). Entretanto, pode-se considerar que sua interferência nesse ambiente, não assume um protagonismo exclusivo humano no processo, mas dá-se em vias de interação com a capacidade de auto-produção da espécie. Não há um condicionamento completo do ambiente pelo ser humano, mas uma troca, que se constitui na construção autopoietica.

A identificação do sujeito com esse ambiente, parte do reconhecimento das outras espécies e elementos geológicos como também sujeitos da eco-lógica, desvinculando-se da noção de indivíduo moderno. A série de fotografias contextualizam-se em técnicas cinematográficas. Essa escolha, enfatiza a passagem do tempo: enquanto o sujeito-artista estaria desvanecendo, o bosque estaria desenvolvendo-se (Figura 19 e 20). A proposta articula o ambiente com a efemeridade dos sujeitos que agenciam e são agenciados por este, como aponta o artista:

Neste jogo, neste quiasma estrutural, o processo entrópico que se impõe simultaneamente a estes dois sujeitos, demonstra a inevitável diferença de duração entre eles. Aqui encontramos uma evidencia conceitual; a relação dialética entre o ir e o vir, ativada no tempo-espaço, reafirmasse como uma força durável da imaginação oriunda da condição material-entrópica emergente deste processo (WESLEY, 2017, p.8).



Figura 19, 20 e 21: João Wesley, Processo de criação e frames do vídeo “Movie”, 2008. Fonte: (WESLEY, 2017)

Com isso, o artista estabelece uma identidade que não se constitui pela oposição a uma natureza externalizada ao sujeito, mas por seus contágios com a eco-lógica do ambiente. Entretanto, esse sujeito também vai relacionar-se com técnicas e poéticas que se situam no contemporâneo das artes plásticas, articulando uma multiplicidade de éticas e estéticas que transitam. Essa descentralização do essencialismo moderno na arte, com o estudo das especificidade das técnicas artísticas, expande as possibilidades do fazer artístico em correspondência com as problemáticas do mundo, das quais João Wesley também vem a se identificar:

O uso da fotografia (...) retoma a relação indicial-representacional, implícita na gramática das linguagens fotográfica e cartográfica, reconstruindo assim, a ponte propositalmente rompida entre a arte moderna e a realidade do mundo com todas as suas vicissitudes (...) além de propor conceitos que explicam e antecedem ao gesto artístico, reabre também, mais uma vez, desta forma, a relação entre a imagem artística e a conceituação apriorística da mesma, contribuindo diretamente para o descentramento e morte do, até então dominante, sujeito cartesiano (...) onde o descentramento do sujeito e a ausência de paradigmas sustentáveis ampliam as noções de arte e das possíveis hibridizações de meios expressivos. WESLEY, 2016, p. 452

§37

Enquanto no campo da cultura atravessam-se os campos do conhecimento e da experiência do sujeito, articulando éticas e estéticas para mobilizar uma dimensão política na produção de subjetividades. Na arte contemporânea, a produção poética,

envolve operações de desterritorialização dos processos de criação e técnicas, anteriormente concebidas como exclusivamente artísticas.

§38

Outra perspectiva que pode ser direcionado para a dobra do sujeito com o ambiente é a partir do corpo e da experiência fenomenológica, em relações agenciadas por dispositivos bio-políticos que atuam em sua contenção e condicionamento. O ambiente imprime efeitos ao corpo, como este também pode estabelecer territórios subjetivos em suas articulações de resistência.

§39

Os conceitos de performance e happening, podem evidenciar a experiência conjunta do sujeito com o espaço/tempo ambiente através do corpo, enquanto experiências singulares, que invalidem comportamentos convencionais partilhados. Segundo Veiga (2016), apesar dos termos terem sido utilizados para diversos fins, caracterizaram experiências de arte não-objetual e diferenciaram-se: enquanto a performance está centrada na experiência do artista o happening é um acontecimento que reúne a participação de outras pessoas:

O termo happening foi adotado após sua utilização como título de um trabalho do estadunidense Allan Kaprow em 1959 – os 18 happenings in 6 parts. Como o termo designa genericamente um acontecimento, foi adotado amplamente na década de 1960 (...) A partir da década de 70, o termo performance passou a funcionar de maneira mais específica, designando ações realizadas por artistas, com

ou sem participação do público, mas menos abertas do que os anteriores happenings. Ao mesmo tempo, os happenings passaram a ser integrados às práticas de teatro de vanguarda (VEIGA, 2016, p.28).

Nesse sentido, a artista Luana Veiga empenha uma transição entre elementos que supostamente pertencem a natureza e elementos industriais sem contrapô-los dicotomicamente, tencionando ambos como corpos inter-relacionados em seu agenciamento por uma sociedade de controle e supressão bio-política do ambiente. Conforme o ambiente onde desenvolve seus trabalhos, esses outros sujeitos são articulados de maneiras distintas, mas sempre a imprimir algum efeito de resistência ou enfatizando sua contenção.

Em Bestificando (Figura 22), há um devir-animal-formiga evocado através da imagem que se interpõe ao ambiente urbano onde o formigueiro assume forma humana numa bricolagem com os sujeitos que transitam pela rua. Em Container-pele 2 (Figura 23), a superfície do corpo estende-se pelo ambiente através de um tecido como uma segunda pele. Ao mesmo tempo, essa nova pele agrega outros sujeitos desse ambiente estabelecendo um corpo partilhado. Em “diálogos compartilhados com Heléné Lefebvre” (Figura 24)” a artista posiciona-se de pé com a folha de uma espada de são Jorge empunhada na mão e com os pés cobertos por terra durante várias horas. Nessa performance, Heléne Lefebvre interage com outros artistas que realizam ações simultaneamente, no entanto Luana parece estabelecer um só corpo articulado com a terra e a folha empunhada, que por sua vez, estabelece relações e sofre interferências de outros corpos do ambiente sem se movimentar. Novamente, o corpo não é um indivíduo, mas um sujeito em contágio.



Figura 22, 23 e 24: Luana Veiga, “Bestificando” (2004), “Diálogos compartilhados com Heléné Lefebvre” (2016) e “Container-pele 2” (2004). Fonte: <https://veigamonteiro.wordpress.com>.

A série de trabalhos chamados de “O jardim” de Ticiano Monteiro (Figuras 25 e 26) de quem Luana Veiga é companheira e realiza projetos em coautoria desde 2004, evidenciam também essas relações quando o artista realiza um plantio numa pasta de arquivos e em uma cadeira. São circunstâncias inconstantes, não há certeza de que a interação entre os sujeitos pode perdurar, mas ainda assim há uma persistência de ambos. Numa analogia, são como plantas que nascem no asfalto contra as intempéries do ambiente, mas nesse lugar, também situa-se o corpo do artista que se empenha a plantar.

Nesse ponto, a ação artística assume potência como linha de fuga contra o agenciamento dos corpos, estabelecendo espaços heterotópicos partilhados (FOUCAULT e MISKOWIEC, 1986). Com isso, a partir de uma reflexão sobre o pensamento da psicanalista Suely Rolnik, os artistas evidenciam efeitos de resistência a partir de tais relações socioambientais:

A subjetividade seria uma figura de si criada como resposta a uma pressão do ambiente sobre um indivíduo. O ambiente é o conjunto dinâmico de universos sociais e culturais, que afetam os indivíduos, promovendo relações entre as sensações provocadas e os desejos mobilizados por tais sensações. Uma subjetividade seria delineada a partir de uma composição específica dessas relações. Seria criada por um indivíduo a partir das relações que ele estabelece com o meio sócio-cultural em que está inserido (VEIGA E MONTEIRO 2009, p.812).



Figura 25 e 26: Ticiano Monteiro, O jardim (2003) e O Jardim Cadeira (2005). <https://veigamonteiro.wordpress.com>.

§40

Certamente, cada artista evidencia alguns aspectos da experiência com o sujeito, mo entanto, é essa singularidade de experimentações que caracterizam o potencial desses exemplos a serem desterritorializados do campo artístico estabelecendo diálogos com outros campos de conhecimento.

No movimento inverso, também se pode elencar técnicas e tecnologias de outros campos de conhecimento sendo empregados em possibilidades de investigação poética, como ocorre com a cartografia. Deleuze e Guattari (1992, p.90) a concebem como uma possibilidade do sujeito organizar as relações e circunstancias pelas quais está agenciado. No entanto, essa cartografia não seria como um decalque, ou um mapa geográfico no qual delimitam-se as fronteiras de um território específico. Essa apreensão partiria do deslocamento do sujeito-pesquisador, do seu próprio percurso e intervenções na percepção do território desconhecido no qual caminha, esboçando suas qualidades sem saber onde ele termina:

Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. [...] Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre 'ao mesmo'. Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida 'competência' (DELEUZE e GUATTARI,1995, p.30).

Como escrevem Prado Filho e Teti (2013, p.47), a cartografia “trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo”. Dessa forma, as imagens de pensamento são conduzidas conforme o movimento, onde a cartografia organiza as experiências que se apresentam:

Vivemos em espaços que não são vazios nem homogêneos, e sim, formados por relações, carregados de qualidades heterogêneas, que se comunicam e se ligam entre si. Espaço em rede, constituído por linhas e pontos, atravessado por relações e carregado de qualidades e intensidades, portanto, passível de ser cartografado! (PRADO FILHO e TETI, 2013, p.54).

Assim, a investigação do sujeito nessa seria voltada ao processo, as contaminações, devires e no know-how (saber-fazer). Tais condições invertem a lógica da pesquisa cartesiana na qual já se inicia por uma imagem de pensamento (uma verdade) para posteriormente reafirmá-la:

O ponto de apoio é a experiência entendida como um saber-fazer, isto é, um saber que vem, que emerge do fazer. Tal primado da experiência direciona o trabalho da pesquisa do saber- fazer ao fazer-saber, do saber na experiência à experiência do saber (PASSOS et al., 2009, p.18).

No campo artístico, esse mapeamento assume a poética do artista para compor com a experiência fenomenológica do sujeito com o

ambiente. Os meios de um ambiente possuem ritmos e são neles que o percurso do sujeito imprime matéria de expressão como forma de pertencimento. Esse processo é entendido por Deleuze e Guattari (1997) como um movimento de territorialização, quando “o ato do ritmo (é) tornado expressivo, ou dos componentes de meios tornados qualitativos. A marcação de um território é dimensional, mas não é uma medida, é um ritmo.” Nesse contexto, o mapeamento não tem função de decalque que delimita uma espacialidade num plano de organização contido. No caminho inverso, ela transcodifica o ambiente por meio da expressão do sujeito:

O expressivo é primeiro em relação ao possessivo, as qualidades expressivas ou matérias de expressão são forçosamente apropriativas, e constituem um ter mais profundo que o ser. Não no sentido em que essas qualidades pertenceriam a um sujeito, mas no sentido em que elas desenham um território que pertencerá ao sujeito que as traz consigo ou que as produz. (...) É somente essa constituição, essa liberação de matérias de expressão, no movimento da territorialidade: a base ou o solo da arte. De qualquer coisa, fazer uma matéria de expressão (DELEUZE e GUATTARI, 1997).

Esse movimento de pertencimento está relacionado ao jogo de forças da eco-lógica, do ambiente constituindo uma dobra com o sujeito. Dele, derivam-se potências para a expressão do artista que se coloca entre meios, passando a estabelecer um território entre eles. Nesse sentido, o artista não vai representar ou tecnicamente buscar por uma mimese desse ambiente, pois o que se deriva da territorialização são potências e possíveis do jogo de

relações entre eles, sendo que o trabalho artístico não é matéria residual ou imagem genérica resultante. Assim, para se refletir sobre a cartografia artística como experiência estética, é possível referenciar Dufrenne (2002, p.200), quando este afirma que “cada mundo possível assinado por um autor não é um mundo irreal inventado pela imaginação criadora, é um possível da Natureza, um aspecto do real inexaurível que quer se atualizar na obra”

§41

Nesse contexto, algumas técnicas da própria cartografia geográfica podem ser desterritorializados, e serem utilizados em circunstâncias de pertencimento do sujeito em relação a um ambiente. O artista Pedro Hurpia agrega esses elementos em sua investigação poética para mapear sua própria relação enquanto sujeito com as potências ambientais.

O trabalho “Escala 1:1” opera nesse sentido, matérias de expressão que relacionam a dimensão material do investigador inserido na paisagem. Parte do trabalho constitui-se em objetos e interferências na imagem que remetem a uma medição científica, no entanto, é possível compreender essa ação como performance; um movimento de pertencimento que se dá, situa sua dimensão de sujeito nos meios do ambiente. Desse modo, a produção de imagens (Figuras 27 e 28) pode ser entendida como uma potência desses desdobramentos.



Figura 27 e 28: Pedro Hurpia, detalhes do objeto e fotolivro Escala 1:1, 2015. Fonte: www.phurpia.com. Acesso em 27/10/2017.

§42

A artista Paula Almozara, tem uma produção voltada para um percurso enquanto sujeito que envolve os ambientes, mas que toma seu sentido funcional numa relação direcionada muito mais ao pensamento e ao imaginário. Nesse sentido de cartografia, o mapeamento não está relacionado imediatamente a um ambiente específico, mas ao modo com que as manifestações e efeitos de seu trajeto de pertencimento como sujeito pelo mundo conduzem às expressões no campo da imagem.

Na instalação “inventário de coisas vistas” (Figura 29) a artista relaciona-se com um ambiente em específico, um galpão com o teto carbonizado preenchido com lâmpadas brancas fluorescentes. No entanto, é possível perceber pelas fotografias presentes na instalação que há uma transcodificação desse local manifestado imgeticamente.

A artista desconstrói a espacialidade e a temporalidade do ambiente através de seu percurso, onde os significados poéticos estabelecem uma territorialidade que se dá pelo campo imaginário. Com isso, quando essas imagens são trazidas para a instalação em confronto com o ambiente referencial há um efeito da interferência, onde se tem a impressão de que fora expandido, suas reverberações foram potencializadas poeticamente pelo percurso da artista, ou seja, o ambiente foi atualizado pela experiência. Esse movimento também encontra outras situações em seu trabalho, como na exposição “paisagem-ficção” (Figura 30), onde são apresentadas imagens produzidas provavelmente numa praia no litoral de Portugal. Nessa apresentação não há mais referencial em confronto, pois as imagens estão numa galeria, no entanto, a territorialidade estabelecida pelo percurso da artista não perde potência, pois o mapeamento realizado é independente da especificidade do ambiente.

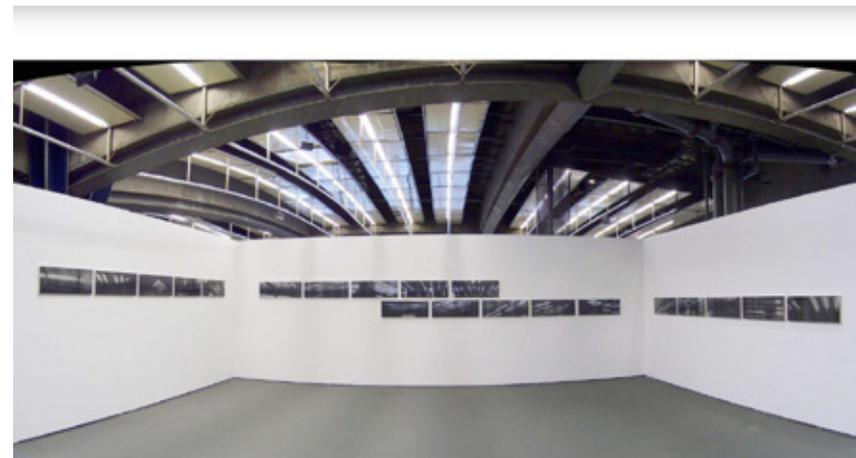


Figura 29: Paula Almozara, registro da instalação “Inventário de coisas vistas”, 2008. Fonte: <http://issuu.com/paulaalmazara/docs/paulaalmazara>. Acesso em 28/10/2017



Figura 30: Paula Almozara, detalhes da exposição “Paisagem-Ficção”, Galeria das Salgadeiras, Lisboa, 2015. Fonte: <http://cargocollective.com/paulaalmazara>. Acesso em 28/10/2017.

Isso não significa que é um inconsciente da artista fechado sobre si mesmo, mas antes, que transita por uma territorialidade que é *non-site*, estando mais relacionada ao campo do pensamento e a experiência imagética.

Vericia-se nos exemplos apresentados, como o uso da técnica fotográfica vem a potencializar e acompanhar o sentido das investigações espaço/temporais. Há uma validação imagética dessa experiência fenomenológica que transfigura o percurso do sujeito pelo ambiente. Essas imagens agenciam espaço (altura x largura x profundidade) - tempo na bidimensionalidade (FLUSSER, 2002). Tal movimento hermenêutico de dimensionar as quatro dimensões em apenas duas, demonstra pelo ato fotográfico a preocupação dos artistas com as dimensionalidades da realidade, priorizando algumas e deixando outras menos em evidência. Com isso, na imagem permanecem traços de seu deslocamento pelo ambiente, ou mesmo, vestígios de sua experiência (SOULAGES, 2010). Para a artista Luisa Paraguai, a percepção do tempo torna-se um campo de experimentação. Nos trabalhos “Entre-tempos 2” (Figuras 31) o tempo tem primazia sobre as dimensionalidades do espaço, que em sua função, assume outra perspectiva que é assumida pela instalação.

§43

Podemos pensar assim, nas potencialidades que enfatizar temporalidade pode agregar a cartografia de uma ambiente. Verifica-se com isso a complexidade de formatos que a cartografia pode assumir no campo artístico. Ela pode transitar desde territorialidades muito ancoradas na experiência fenomenologia do real até territorialidades do campo do pensamento que se relacionam a formação de subjetividades, de relações socioambientais, one inscrevem-se uma multiplicidade infindável.

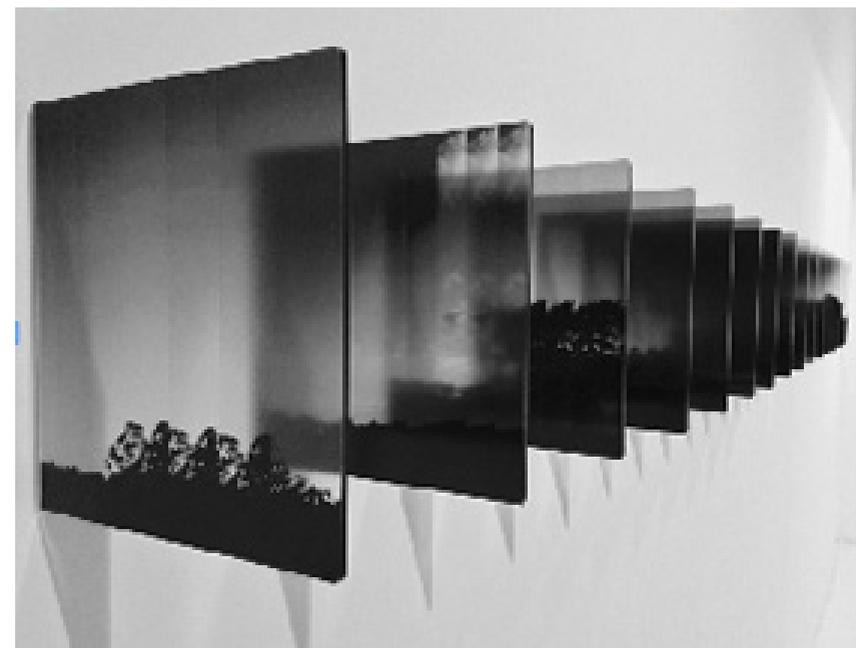


Figura 31: Luisa Paraguai, fotoinstalação “Entre-tempos 2”, 2016. Disponível em <http://luisaparaguai.art.br>

§44

No projeto “Ervas Sp”, a artista Laura Lydia articula essas relações com a “autopoieses natural” (MATURANA E VARELLA, 1998) no espaço público. Em referência a simultaneidade conflituosa entre o ambiente geológico e os artefatos culturais, esse projeto Ervas sp constitui uma cartografia de plantas espontâneas que irrompem o concreto e o asfalto do Elevado Costa e Silva (Minhocão) em São Paulo (Figura 31), realizando uma intervenção de ambivalência artística e científica.

Nesse trabalho, é possível notar novamente o uso de técnicas científicas transcodificadas num percurso poético. Durante esse mapeamento, foram feitas identificações taxonômicas e desenhos

das plantas espontâneas (Figura 32). Ao evidenciá-las em seu próprio lugar de origem, reconfigura a experiência do espaço público num território poético que dialoga com o ambiente. Os mecanismos de contenção da metrópole são um dos mais rigorosos na intervenção contra a geografia natural, mas, ainda assim, encontra resistência dos fluxos de imanência da vegetação, de modo com que a estética do conflito inerente ao ambiente, também é incorporada ao trabalho.



Figura 32 : Laura Lydia, Cartografia do projeto «Ervas sp» (2015). Fonte: <https://www.ervassp.com>.



Figura 33: Laura Lydia, Intervenção urbana no Ervas sp (2015). Fonte: <http://www.lauralydia.com/ervas-sp>.

§45

Ainda verificando tais territórios limiares de cartografia, pode-se ainda citar o processo de criação da artista Faetusa Tezelli no projeto 'Jardinagem: Territorialidade', que consiste na investigação da jardinagem como prática artística e reflexiva sobre o ambiente urbano na cidade de Curitiba (Figura 34). Inicialmente o projeto coloca-se como cartografia de proposições e intervenções junto à mapeamento de ações que excediam os limiares do fazer artístico. O olhar poético desloca-se para práticas socioambientais como oficinas de permacultura, reconhecimento de bancos de sementes, construção de hortas e parques urbanos. Com a ação da artista, verifica-se a confluência de aproximações que a pesquisas de práticas relacionadas a eco-lógica e as subjetivações que estas acabam por agregar.



Figura 34: Faetusa Tezelli, publicação do projeto Jardinagem :Territorialidade, 2015. Fonte: <http://www.jardinagemterritorialidade.wordpress.com>.

§46

Portanto, verifica-se com esses exemplos como as potencias da cartografia estão inscritas nessa investigação de territorialidades complexas que se estabelecem em meios e circunstâncias que dobram-se ao percurso do artista-pesquisador. Essa rede de possíveis aproximações, condiz a práxis e a processos de criação que são transitórios e singulares, tanto nos ambientes em que se instauram, quanto nas áreas de conhecimento que tangenciam. A ecologia das ideias e práticas, de seu saber-fazer, é portanto uma pulsação de devires, fluxo de imanências, um território desconhecido de sensibilidades ao qual se pretende continuar investigando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. A imanência absoluta. In Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. Homo sacer, o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

BIBLIA SAGRADA. Nova versão internacional. São Paulo: Vida, 2000.

BEARDSLEY, J. Art and Authoritarianism: Walter De Maria's "Lightning Field". 1981.

BLAKE, W.; TATHAM, F. (Org.) The letters of William Blake. New York: Charles Scribner's sons, 1906.

BRAIDOTTI, R. The Posthuman, Post-Anthropocentrism: Life beyond the Species. Cambridge: Polity, 2013

CAPRA, F. Conexões ocultas, as. Editora Cultrix, 2002

CARDOSO Jr, H.R.; WEBER, J.F.; NALLI, M. Espinosa e Nietzsche: elos onto-práticos para uma ética da imanência. In Anais Seminário de Filosofia Contemporânea: Nietzsche e o pensamento francês, 2006.

CARVALHO, D. F. O silêncio da natureza e o barulho da moralidade: Nietzsche e o problema da antropomorfização. Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche—1º semestre de, v. 6, n. 1, 2013.

DE CASTRO, Eduardo V. Metafísicas Canibais: Elementos para uma antropologia pósestrutural. São Paulo: Cosac

Naify, 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é a filosofia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol.4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DOMÈNECH, M; TIRADO, F.; GÓMEZ, L. A dobra: psicologia e subjetivação. In Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito, 2001. pp.111-136

DUFRENNE, M. Estética e filosofia. São Paulo: Perspectiva, 2002

EWAN, R. Entrevista para revista Bravo. Disponível em <<https://youtu.be/NbiBRtkuUE8>>. Acesso em maio 2017.

FAZENDA, I.C.A. Virtude da força nas práticas interdisciplinares. São Paulo: Papyrus Editora, 1999.

FEYERABEND, Paul K. Contra o método. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FLUSSER, V. Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. Vigiar e punir. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. O nascimento da biopolítica: curso dado no collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. A ordem do discurso. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

FOUCAULT, M. ; MISKOWIEC, J. Of other spaces. *diacritics*, v. 16, n. 1, p. 22-27, 1986.

GUATTARI, F. As três ecologias. Campinas: Papyrus, 2002.

GOTSCH, E. O Homem e a Natureza: Cultura na agricultura. Recife: Gráfica Editora, 1995.

GRÜN, M. O conceito de holismo em ética ambiental e educação ambiental. In: SATO, M. e CARVALHO, I. (org.). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2008. pp.45-50.

GUTTING, G. Michel Foucault's archaeology of scientific reason. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In SILVA, T.T.da (org.) Antropologia do ciborgue. As vertigens do Pós-humano. pp.37-129 Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HERZOG, W. Grizzly Man, 104min. Lion Gates Films/ Discovery Docs. Estados Unidos, 2005.

HUNDERTWASSER, F. <https://www.archdaily.com.br/br/01-163014/os-edificios-de-hundertwasser-manifestos-construidos-de-uma-arquitetura-para-o-ser-humano>, 2013.

INGOLD, T. Humanity and Animality in Tim Ingold (ed.), Companion Encyclopedia of Anthropology, pp.14-32. Londres, Routledge, 1994.

_____. The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill. Psychology Press, 2000.

KINUPP, V.F.; LORENZI, H. Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil. Jardim Botânico Plantarum, 2014.

KUHN, T.S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LANCMAN, S. Ecologia como foco da arte - Beuys e Krajcberg. Porto Alegre: Porto Arte vol.7, n.11, pp.69-85, mai. 1996.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução João Wanderley Geraldi. Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Linguística. Revista Brasileira de Educação, n. 19, 2002.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

LOURAU, R. Campo socioanalítico. In: ALTOÉ, S. (org.). René Lourau, Analista em tempo integral. Campinas: Hucitec, 2004. pp.224-245.

MAFFESOLI, M. Saturação. Educação & Realidade, v. 36, n. 2, 2010.

MARCÃO, C. A cerâmica contemporânea de Akiko Fujita: seu desenvolvimento no Brasil e no Japão. Dissertação de mestrado, Unicamp, 2014.

MARIOTTI, H. Autopoiese, cultura e sociedade. João Pessoa: Editora LABID/UFPB, 2000.

MATURANA, H.; VARELA, F. De máquinas y seres vivos. Santiago: Editora Universitária SA, 1998.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. São Paulo: WSF Martins Fontes, 2014.

MORRIS, R. ; FERREIRA, Glória (org.) O tempo presente do espaço (1931). Escritos de artistas: anos 60/70. Zahar, 2006.

NACONECY, C. M. Sobre uma ética da vida: o biocentrismo moral e a noção de bio-respeito em ética ambiental. (Tese de Doutorado em Filosofia), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

NAESS, A. Ecology, community and lifestyle. New York: Cambridge University Press, 1995.

NIETZSCHE, F.W. . A Gaia ciência. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Humano, demasiado humano II: um livro para espíritos livres. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.

PASSOS, E.; BARROS, R.B.de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. da (org.) Pistas do método da cartografia:

Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. pp.17-34.

PRADO Filho, K.; TETI, M.M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. Barbaroi, n.38, Santa Cruz do Sul, jan./jun. 2013. pp.45-59.

REIS, M. Bio-linguagens: Fronteiras e passagens. Dissertação de conclusão de bacharelado em Artes Visuais. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2015.

ROSE, N. Inventando nossos eus. In SILVA, T. T. (org.). Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito. pp.137-204. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ROSENTHAL, D. O elemento material na obra de Joseph Beuys. (Tese de Doutorado em Artes), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. Campinas, 2002.

SANTAELLA, L. Pesquisas em Mídias Digitais. Disponível em <https://youtu.be/8_laAMh74lY>. Acesso em maio 2017

SERRÃO, A.V. Filosofia e Paisagem: aproximações a uma categoria estética. Philosophica, n.23, pp.87-102, 2004.

SERRES, M. Atlas. Catedra: Revueltas interconectadas. Redes. Comunicación y movimientos sociales dossier. Madrid, 1995.

_____. Tempos de crise. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2017.

SHOTTER, J.; GERGEN, K. (org.). Texts of identity. Londres: Sage, 1989.

SINGER, P. Liberdade animal. São Paulo: Lugano, 2004.

SMITHSON, R. FERREIRA, G. (org.) Uma sedimentação da mente: Projetos de terra. Escritos de artistas: anos 60/70. Zahar, 2006.

SOARES, A. L. J. Conceitos Básicos de permacultura. Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável: MA/SDR/PNFC, Brasília: 1998

STEIL, C.A.; CARVALHO, I. C. M. O pensamento ecológico de Tim Ingold. Anuário de Antropologia Social y Cultural en Uruguay, 2012.

SOULAGES, François. A estética da fotografia: perda e permanência. Editora SENAC, São Paulo, 2010.

VEIGA, L. M. "Performance [entre] Cinema= passagens e atravessamentos entre artes em busca das poéticas da presença. Tese de Doutorado. Unicamp, 2016.

VEIGA, L. M. e MONTEIRO, T. P. "Zonas Livres: Regiões Invisíveis à sociedade de controle nas quais emergem produções de subjetividade estéticas. 2009b." ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 2009

VELHO, O. De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. Mana, vol.7, n.2, pp.133-140, 2001.

VON UEXKÜLL, J. Umwelt und Innenwelt der Tiere. Berlin: J. Springer, 1909.

VON UEXKÜLL, T. A teoria da Umwelt de Jakob von

Uexküll. Galáxia: Revista Transdisciplinar de Comunicação, Semiótica, Cultura, v.4, n.7, pp.19-58, 2007.

WESLEY, J. Projeto Movie – Uma experiência com o tempo. Apresentação para a jornada de Pesquisa em arte PPG IA/ UNESP, São Paulo, 2017

_____. Algumas considerações contextuais para análise do processo criativo. Anais do Seminário Poéticas de Criação na UFES, Vitória, 2016.

ZIZEK, S. Trier, manger bio, prendre son vélo... ce n'est pas comme ça qu'on sauvera la planète. L'Obs. 2016. Disponível em <http://bibliobs.nouvelobs.com/idees/20161229.OBS3181/trier-manger-bio-prendre-son-velo-ce-n-est-pas-comme-ca-qu-on-sauvera-la-planete.html>. Acesso em Maio 2017.

ZORDAN, Paola. Territórios e geopoética. Revista Climacom ANO 03 - N06 - "Territórios" ISSN 2359-4705, Labjor/ UNICAMP, Campinas, 2016

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 e 2: Pássaro Íbis-sagrado embalsamado e deus Anúbis junto a uma múmia faraônica.

Figura 3: Métopes do lado sul do Partenon, Centauromaquia Tessaliana Cerca de V A.C, Museu Britânico, Londres.

Figura 4: Zeus e Tifão Cerca de 550 a.C., Coleções Estatais de Antiguidades (Inv. 596).

Figura 5: Museu de História Natural de Londres.

Figura 6: Diagrama taxonômico de seres vivos.

Figura 7 e 8: Ruth Ewan, instalação Back to the Fields (2016), 32a Bienal de Artes de São Paulo. Fotografia do autor.

Figura 9 e 10: Ruth Ewan, plantas mortas já no primeiro mês da instalação Back to the Fields (2016), 32a Bienal de Artes de São Paulo. Fotografia do autor.

Figura 11: Alagamento na cidade de São Paulo em 2009. Fotografia: Almeida Junior

Figura 12: Micro-explosão atinge a cidade de Campinas em 2015.

Figura 13: Explosão em plataforma de petróleo, Golfo do México, 2010.

Figura 14: Dispositivo CETO 6 próximo a Garden Island, Austrália.

Figura 15: Francisco Goya, El Aquelarre - 1919-23,

140x438cm.

Figura 16 e 17: Timothy Treadwell com uma raposa e nadando com um urso pardo. Frame do documentário “Homem Urso” (2005) de Werner Herzog.

Figura 18: Timothy Treadwell mostra o caminho que abriu entre pedras para passagem dos salmões. Frame do documentário “Homem Urso” (2005) de Werner Herzog.

Figura 19: Frames de vídeo documentário da BBC que mostram caçadores Dorobo roubando a caça dos leões.

Figura 20: Joseph Beuys na performance “I like America and America likes me”, 1974.

Figura 21: Esquema básico de permacultura: planejamento por zonas de um território.

Figura 22: Diferentes soluções estéticas eco-lógicas.

Figura 23: 7000 oaks, Joseph Beuys (1982-1987).

Figura 24 e 25: Carla Filipe – Migração, Exclusão e Resistência (2016). Fotografia do autor.

Figura 26: Publicação distribuída pela artista Carla Filipe, na obra Migração, Exclusão e Resistência (2016)

Figura 27: Ernst manejando os agro-ecossistemas em sua Fazenda na Bahia.

Figura 28: Manuscritos de Ernst Götsch.

Figura 29 e 30: Walter De Maria, Lightning Field, 1977.

Quemado (Novo México).

Figura 31 e 32: Robert Smithson: Oberhausen (Ruhr, Germany) Non-Site (1968) e Mapping de Spiral Jetty (1970)

Figura 33, 34, 35 e 36: Richard Morris, The Observatory, 1977

Figuras 37 e 38: Friedensreich Hundertwasser, projetos arquitetônicos “Eye-slit house” e “The houses are hanging underneath the meadow”, ambos realizados em Viena, 1972.

Figuras 39, 40 e 41: Friedensreich Hundertwasser, In the Meadows Bad Soden (Bad Soden/Taunus, 1990-1993), Living Beneath the Rain Tower (Plochingen, 1991-1994) e The Forest Spiral of Darmstadt (Darmstadt, 1998-2000)

Figuras 42 e 43: Friedensreich Hundertwasser a tapeçaria “Yellow Ships” (Afeganistão, 1999) e a porcelana mobiliária “Snail object” (2004).

Figura 44: Akiko Fujita, Casa das andorinhas (Monumento a Campinas), 1986.

Figura 45: Akiko Fujita, Queima da Casa das andorinhas (Monumento a Campinas), 1985.

Figura 46 e 47: João Wesley, sítio Taruman e desenvolvimento da plataforma para o vídeo “Movie”, 2008.

Figura 48, 49, 50: João Wesley, Imagens do processo de criação e frames do vídeo “Movie”, 2008. Fonte: Wesley, 2017.

Figura 51, 52 e 53: Luana Veiga, “Bestificando” (2004), Container-pele 2 (2004) e “Diálogos compartilhados com Heléné Lefebvre” (2016).

Figura 54 e 55: Ticiano Monteiro, O jardim (2003) e O Jardim Cadeira (2005).

Figura 56 e 57: Pedro Hurpia, detalhes do objeto e fotolivro Escala 1:1, 2015.

Figura 58 e 59: Paula Almozara, registro da instalação “Inventário de coisas vistas” (2008) e “Paisagem-Ficção” (2015),

Figura 60: Luisa Paraguai, fotoinstalação, 2016. Disponível em <http://luisaparaguai.art.br>

Figura 61 e 62: Laura Lydia, Mapeamento e intervenção no projeto “Ervas sp” (2015).

Figura 63: Faetusa Tezelli, publicação do projeto Jardinagem :Territorialidade, 2015

“A quadratura do círculo? Alguns pensamentos sobre a ideia de desenvolvimento sustentável”

John Robinson

Iniciativa de Pesquisa em Desenvolvimento Sustentável no Instituto de Ambiente, Recursos e Sustentabilidade, Universidade da Columbia Britânica, Vancouver, Canadá. Departamento de Geografia, Universidade da Colúmbia Britânica, Vancouver, Canadá.

Publicado originalmente na revista *Ecological Economics*, 48 (2004) 369–384, El Sevier

Traduzido por Matheus Reis em “A Natureza como contágio”. Dissertação de mestrado em “Linguagens, mídia e arte” pela PUC-Campinas, 2017.

Resumo

O artigo revisa como o conceito de desenvolvimento sustentável foi usado nos países industrializados desde 1987. Ele examina a teoria e a prática do desenvolvimento sustentável no contexto de três críticas (ele é vago, atrai hipócritas e causa desilusões); e argumenta por uma abordagem da sustentabilidade integrada, orientada pela ação, indo além das determinações técnicas, que incorpora o reconhecimento da construção social do desenvolvimento sustentável e que envolve as comunidades locais em novos caminhos. O artigo conclui com uma descrição de uma abordagem da sustentabilidade que tenta incorporar essas características.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, Sustentabilidade, História das ideias, Aplicações Comunitárias.

No passado recente eu tenho me empenhado em narrar como é o processo envolvido numa derrota. Eu pensei, inicialmente, no bispo de Canterbury que propôs demonstrar a existência de Deus; depois, nos alquimistas que procuraram pela pedra filosofal; em seguida, nos vãos divisores de três partes de um ângulo e na quadratura do círculo.

Jorge Luís Borges: A procura de Averróis

I. Introdução

Existem três problemas clássicos na matemática Grega que foram extremamente influentes no desenvolvimento da geometria. Um deles é o problema da quadratura do círculo: como construir geometricamente um quadrado com área igual a um determinado círculo. O problema foi tão famoso na Grécia Antiga que devotos de Aristophanes dedicaram uma anedota para tal no final do século cinco antes de Cristo, pelo qual, aparentemente o jargão popular “quadratura do círculo” se derivou, significando alguém que tenta alcançar o impossível. O problema veio a atormentar os matemáticos por mais de 2000 anos até que Lindeman provou que não se pode construir um quadrado com a mesma área dada de um círculo num plano convencional (com compasso e régua). Ao mesmo tempo, entretanto, de fato o mundo matemático foi carregado de tentativas para resolver o problema.

Eu introduzo essa história na ordem de fazer uma analogia simples. O termo “desenvolvimento sustentável” tem sido visto por alguns como essencialmente equivalente a uma contradição de termos, entre a oposição imperativa de crescimento e desenvolvimento, numa mão, e sustentabilidade ecológica (e talvez social e econômica), na outra. Os críticos podem de fato terem dito acreditar que alcançar um desenvolvimento sustentável seria equivalente a buscar pelo enquadramento do círculo, no sentido de tentar alcançar o impossível.

Além disso, a analogia vai um pouco mais a fundo que isso. No coração do problema do enquadramento do círculo, está a tentativa de conciliar duas áreas incomensuráveis, que não podem ser expressas nos termos uma da outra, usando a equivalência algébrica de uma régua e de um compasso. Como eu vou argumentar abaixo, um problema similar de incomensurabilidade reside na raiz de alguns dos criticismos mais sérios sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.

O artigo representa uma tentativa de abordar o conceito de desenvolvimento sustentável. Ele vai brevemente tocar na história do conceito e registrar uma datação das tentativas de implementá-lo. Alguns aprendizados vão ser derivados dessa revisão histórica e uma tentativa de aplicar esses aprendizados será descrita, com alguns pontos no final sobre o processo árduo do enquadramento do círculo nesse campo. No decorrer, o foco será o desenvolvimento sustentável como ele foi descrito em países industrializados. É esperado, entretanto, que alguma das análises ou conclusões tenham uma aplicação ampla.

2. Desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade?

Dada a ampla gama de preocupações que tem sido expressada sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, talvez não seja surpreendente que alguns tenham achado desejável desenvolver uma terminologia alternativa para expressar algumas das mesmas preocupações sobre a relação entre problemas ambientais e sociais. Em particular, enquanto o governo e as organizações do setor privado tendem a adotar o termo desenvolvimento sustentável, as fontes acadêmicas e das ONGS tem sido mais propensas a usar o termo sustentabilidade em contextos similares.

Em parte, isso reflete em abordagens mais administrativas, como

as usadas no relatório de Brundtland, que primeiro popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável. Tal abordagem quase por definição é mais atrativa ao governo e ao mercado que uma radical. Entretanto, um motivo mais fundamental para essa tendência em dividir campos terminológicos é devido a preocupação, da parte das ONGS e ambientalistas acadêmicos, de que o desenvolvimento é visto como um sinônimo de crescimento e que portanto, desenvolvimento sustentável significa melhorar, mas não desafiar a continuidade do desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, a preferência pelo termo 'sustentabilidade' foca a atenção onde ela deve ser colocada, na habilidade dos humanos em continuar a viver com as restrições do ambiente.

Eu retornarei a esse problema subjacente depois. Mas no momento continuarei a usar o termo desenvolvimento sustentável, desde que é a linguagem terminológica da qual muito desse debate foi alocado. Além disso, ele carrega a tensão dinâmica da preocupação entre pobreza e ambiente que é a mensagem mais radical da comissão de Brundtland.

3. Desenvolvimento sustentável: Breve história de uma ideia

Pode ser útil retomar que o conceito de desenvolvimento sustentável emergiu de um contexto histórico particular. Junto com o conceito de sociedade sustentável (BROWN, 1981), o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu no início e no meio da década de 1980 (CLARK and MUNN, 1986; IUNC/UNEP/WWF/FAO/UNESCO; Comissão mundial do Ambiente e do desenvolvimento, 1987) como uma tentativa de aproximar o espaço entre as preocupações ambientais sobre o evidente crescimento das consequências ecológicas nas atividades humanas e nos acontecimentos sócio-políticos sobre os problemas de desenvolvimento humano. Nesse sentido, desenvolvimento sustentável foi uma extensão lógica dos argumentos da literatura

ambientalistas dos anos 60, 70 e início dos 80.

Por sua vez, esses argumentos injetaram uma nova série de interesses por uma literatura ambiental que, desde o fim do século XIX, tem sido fortemente focada em questões sobre quando e como preservar ou conservar áreas naturais. De um lado, foram esses argumentos que favoreceram a preservação de áreas naturais, quais foram designadas para permanecer numa forma primitiva (não desenvolvida). Essa posição 'preservacionista' foi também expressada em termos explicitamente românticos ou espirituais e tem sua raiz intelectual no transcendentalismo americano e no romantismo europeu. A posição 'conservacionista' alternativa também favoreceu a proteção de áreas naturais, mas essa proteção foi essencialmente uma forma de delimitar interesses próprios, preservando terra e recursos para uso humano na posterioridade, incluindo recursos para extração e ao que chamamos hoje de ecoturismo. Essa posição foi principalmente (mas não sempre) explicitamente enraizada no utilitarismo e na filosofia social que tem como objetivo a melhor qualidade para a maior quantidade, promovendo as maravilhas da natureza para todos (NASH, 1982).

Do ponto de vista desse artigo, a importância de tal diferença é que o espectro entre o utilitarismo e uma abordagem mais espiritual da preocupação ambiental, continua como um terreno contestado pela literatura sustentável e pelo movimento ambientalista. Como veremos, uma das interpretações do conceito de desenvolvimento sustentável é condicionada por uma das posições desse espectro.

Enquanto o debate conservacionista/preservacionista aconteceu amplamente sobre a preservação de áreas selvagens, uma diferente gama de preocupações alcançou proeminência na segunda metade do século XX. Esses interesses centraram atenção sobre os problemas de poluição, esgotamento de recursos não renováveis e crescimento populacional. (BOULDING, 1966;

CARSON, 1962; EHRLICH, 1968; HARDIN, 1968, MEADOWS et al., 1972).

Curiosamente, essa gama de problemas também fora uma plataforma de debate não diferente daquela entre os preservacionistas e os conservacionistas. Isso foi bem ilustrado na argumentação entre Paul Ehrlich e Barry Commoner no início dos anos 70, que tomou a forma de um desacordo sobre onde estão as causas principais da degradação ambiental. Para Ehrlich, a chave dos problemas estava na superpopulação humana e no superconsumo, problemas que requeriam mudanças fundamentais subjacentes às crenças individuais e comportamentos, enquanto Commoner argumentou que o termo chave em determinar o impacto era frequentemente tecnológico, sugerindo um foco bem diferente por encontrar soluções (ver COMMONER, 1991; Ehrlich and Ehrlich, 1991)4.

O debate entre Commoner e Ehrlich iniciou uma discussão sobre a relativa importância da tecnologia e da reponsabilidade individual humana que tem sido um tema permanente na literatura sobre população/recursos/poluição desde o começo dos anos 70. Enquanto isso não tem um significado idêntico à literatura de pesquisa entre utilitarismo/espiritualismo, existem semelhanças intrigantes entre os dois desacordos. Para cada caso, um lado foca mais em questões relativas a valores e mudanças fundamentais nas atitudes individuais frente a natureza (o argumento sustentável) enquanto o outro lado toma o que se acredita por uma abordagem mais coletiva e pragmática, orientada para ganhos no aperfeiçoamento e aprimoramento da tecnologia (desenvolvimento sustentável). Os dois lados dessas divisões andam juntos e unidos contra o que é visto como argumentos explicitamente não-ambientais, mas a fonte de partida das suas preocupações e seus objetivos principais são bem diferentes.

Uma maneira de sumarizar essas conexões é mostrada na Tabela I, na qual grupos de várias posições discutidas aqui estão em duas colunas: Correção tecnológica e mudança de valores. A Tabela I também sugere uma conexão entre a preferência por utilizar o termo 'desenvolvimento sustentável' ou 'sustentabilidade' em suas duas colunas.

As divisões mostradas na Tabela 1 são pensadas como sugestão, não como definição. Elas têm algo em comum com as tipologias antigas, particularmente aquelas derivadas da distinção das abordagens ecocentricas de O'Riordan (1981) e das tecnocentricas (PEPPER, 1996). No entanto, o foco é mais voltado à natureza de suas proposições do que sobre o âmbito de valores envolvidos (antropocentrismo x biocentrismo).

Tabela I - Formas de reação ambientalista

	Correção tecnológica	Mudança de valores
Administração de áreas naturais	Conservação (Utilitarismo)	Preservação (Romantismo)
Poluição e recursos	Tecnologia (Políticas coletivas)	Estilo de vida (Valores individuais)
Terminologia preferida	Desenvolvimento sustentável	Sustentabilidade

É nesse contexto em que o conceito de desenvolvimento sustentável foi articulado, a partir de raízes diferentes. Embora o conceito de rendimento máximo sustentável tenha sido comum na literatura de extração de recursos há algum tempo, o conceito de sustentabilidade mais marginal e socialmente orientado foi introduzido por Brown (1981) para transmitir a necessidade de olhar para além das consequências ambientais de curto prazo e encarar as mudanças institucionais requeridas para criar uma sociedade capaz de permanecer indefinidamente com os limites do ambiente. Essa abordagem também caracterizada pela World Conservation Strategy (IUCN/UNEP/WWF/FAO/UNESCO, 1980), concentrou-se nas condições ecológicas que precisam ser alcançadas antes que os limites tenham sido ultrapassados⁵.

Entretanto, o trabalho da Comissão sobre o Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (a Comissão de Brundtland) vai numa direção um tanto diferente, focado mais na sócio-política e nos problemas de distribuição; e menos inclinado a argumentar por mudanças drásticas no comportamento e nas prioridades. Ao manter esse olhar voltado tanto para o ambiente quanto para os problemas de desenvolvimento, a Comissão focou boa parte da atenção nas condições sociais e econômicas de desenvolvimento dos países e na sua conexão com a degradação ambiental.

O resultado foi um relatório que foi uma curiosa combinação de elementos radicais e reformistas (Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento, 1987). O aspecto radical surgiu de uma ligação explícita feita entre os problemas do desenvolvimento e o ambiente. O relatório argumenta que os problemas advindos desses dois setores estão entrelaçados ao ponto que, a sustentabilidade ecológica não poderia ser alcançada sem que o problema da pobreza fosse resolvido pelo mundo com êxito. As implicações radicais ao tentar agir dessa maneira é que se trata

de algo que dificilmente pode ser superado. Essencialmente, o relatório de Brundtland argumentou por integrar o vasto e complexo problema da deterioração ambiental com o igualmente vasto e complexo problema do desenvolvimento humano e da pobreza, sugerindo que ambos têm que ser resolvidos simultaneamente e de maneira a se reforçar mutuamente.

O elemento reformista do relatório de Brundtland tem a ver com a natureza fortemente centrada no ser humano, que leva a sugestão de que a solução para o superconsumo e o subconsumo, e, portanto, a resposta às preocupações ambientais, reside em promover mais desenvolvimento humano, embora um desenvolvimento sensível à problemática ambiental. Numa formulação que se tornou mais notória, a Comissão de Brundtland chamou por uma “dobra de 5 para 10” do aumento bruto da atividade industrial mundial pelo próximo século, indo de encontro às necessidades dos pobres.

É claro que esses dois aspectos do relatório de Brundtland estão intimamente ligados. Se o subdesenvolvimento está ameaçando o bem-estar global do ambiente e do ser humano, então mais desenvolvimento é claramente necessário. Entretanto, como Brundtland também argumentou que o super-desenvolvimento é uma ameaça igual, então mais do mesmo tipo de desenvolvimento não é uma resposta. A resposta, portanto, deve residir numa nova forma de desenvolvimento ‘sustentável’, definindo um desenvolvimento que “vai de encontro às necessidades das gerações atuais sem comprometer a habilidade das próximas gerações em encontrar suas próprias necessidades” (Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento, 1987, p.23).

O mais interessante sobre essa dicotomia entre os impulsos reformistas e radicais no relatório de Brundtland é que ambos esses impulsos existem no lado ‘pragmático’ do eixo sobre a responsabilidade tecnológica/individual descrita anteriormente.

Como sugerido pela Tabela 1, não há ênfase nos valores espirituais, ou sobre a responsabilidade individual no relatório de Brundtland. O foco está mais nas respostas coletivas institucionais, ganhos de eficiência e responsabilidade social. Com os conservacionistas, Brundtland incorpora uma aproximação antropocêntrica focada nas necessidades humanas. E como o lado do Commoner do debate entre Ehrlich-Commoner, o relatório de Brundtland chama por grandes aperfeiçoamentos em eficiência e tecnologia. Como resultado, como se sugere na Tabela 1, ambos lados reformistas/radicais dos argumentos de Brundtland incorporam uma abordagem pragmática coletiva bem diferente de uma abordagem mais individualista e pessoal da ‘sustentabilidade’, típica, por exemplo, de muitos ambientalistas norte americanos.

Essa é a complexa e peculiar história intelectual que reside nas reações ao conceito de desenvolvimento sustentável desde 1987. Agora nos voltaremos aos criticismos que se estabeleceram contra o conceito.

4. Precauções e criticismos

Desde o início do surgimento à prominência do termo desenvolvimento sustentável, muitos da comunidade ambientalista expressaram seu ceticismo. Boa parte dessa crítica foi centrada no argumento presente no relatório de Brundtland, de que o produto econômico global teria de “dobrar de 5 para 10” para que o desenvolvimento sustentável fosse alcançado. Isso foi saudado com gritos de incredulidade e horror pelo movimento ambientalista gerenciado pelos argumentos de Kenneth Boulding e Herman Daly sobre a necessidade de uma economia estável (BOULDING, 1966; DALY, 1973, 1980). Para uma declaração mais recente, ver Daly and Cobb (1994).

Outra crítica se baseia na preocupação dos ambientalistas e pesquisadores que se envolveram em extensivos argumentos e confrontações ao governo e a indústria, de que a retórica do desenvolvimento sustentável foi recebida e agregada com muita alegria pelo governo e pela indústria para utilizá-la em direções que, para muitos, pareceram caminhar no sentido oposto da proposta. Uma preocupação em particular aqui foi que o modo em que o lado do “desenvolvimento” do argumento do desenvolvimento sustentável estava sendo sinônimo de crescimento econômico.

Em 1991, quando as opiniões apuradas pelo mundo reportavam um nível sem precedentes de preocupações públicas com o ambiente, e as preparações para a ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992) estavam a todo vapor, uma crítica ao desenvolvimento sustentável foi publicada por uma ONG, a Prob Post (Gibson, 1991). Nesse artigo Gibson postulou três fundamentos para se precaver do conceito: era vago, poderia atrair hipócritas e poderia causar desilusões. Vinte anos depois, pode ser útil retornar a essas três preocupações, e ver como os problemas expressados nessa tipologia tem se saído desde essa época. Em cada caso, eu vou começar com uma breve discussão sobre a natureza de cada preocupação, e depois tentar avaliar como cada preocupação relaciona-se com acontecimentos mais recentes.

4.1. Ser vago: o que é desenvolvimento sustentável?

Uma das características mais notáveis do termo ‘desenvolvimento sustentável’, é que ele significa muitas coisas diferentes para muitas pessoas e organizações distintas. A literatura tem uma abundância em diferentes tentativas de se definir o termo (para um panorama, ver Mebratu, 1998; Pezzoli, 1997) e debates

surgiram entre aqueles que preferem a abordagem dos três pilares (ênfatisando as dimensões sociais, ecológicas e econômicas do desenvolvimento sustentável) ou uma tipologia mais dualística (ênfatisando a relação entre humanidade e natureza), e outras (ver essa discussão em Gibson, 2002).

Dadas essas dificuldades, provavelmente não surpreende que diferentes concepções sobre o significado de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade tendem mais a refletir a posição política e filosófica daqueles que propõem uma definição, mais que qualquer posição científica sem ambiguidades (MEBRATU, 1998).

Tudo isso já foi dito, entretanto, continua-se a perguntar se essa falta de precisão na definição é um problema grave. Certamente isso pode proporcionar uma confusão nos debates políticos e acadêmicos sobre o termo, e de fato contribui para os outros problemas discutidos acima. Ainda vale a pena apontar sobre isso, que podem haver algumas vantagens em justamente, deixar o termo um pouco aberto, exatamente como desenvolvimento sustentável soa. Diplomatas estão habituados a necessidade de deixar termos chaves indefinidos em processos de negociação e muitos deles, da mesma forma que o termo desenvolvimento sustentável, podem oferecer lucro a partir do que pode ser chamado de ambiguidade construtiva. Certamente a abundância da competição entre definições nessa literatura sugerem que qualquer tentativa de definir o conceito precisamente, ainda que fosse possível, teria o efeito de excluir as outras perspectivas que não são expressas pela definição.

Indiscutivelmente, faz sentido para muitas dessas definições se sobressair das tentativas de implementar o desenvolvimento sustentável, mais que tendo um rigor de definição impostou a princípio. Enquanto é intelectualmente frustrante pelo ponto de

vista científico, isso pode ser uma abordagem apropriada na bagunça do mundo dos políticos e políticas do desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, a falta de uma precisão na definição do termo desenvolvimento sustentável pode representar uma oportunidade política importante.

4.2. Hipocrisia: falso engajamento verde

Um problema que talvez seja mais sério e está relacionado, tem a ver com o modo com que a linguagem do desenvolvimento sustentável tem sido usada para promover o que podem ser entendidas como atividades insustentáveis. A preocupação básica aqui tem a ver com o que pode ser chamado de ambientalismo cosmético por parte do governo e dos negócios, incitado pelo crescimento da preocupação pública sobre os problemas ambientais e sociais.

É claro que o problema do ambientalismo cosmético é tornado possível em parte pela relatividade do conceito discutida anteriormente, que permite que muitas e diversas reivindicações de práticas sustentáveis possam ser feitas. Mas isso ainda opera também em um nível diferente. O problema aqui não é tanto o desenvolvimento sustentável ser definido a princípio do mesmo modo em que é medido na prática. A questão é se tais medidas específicas emergem melhor de acordos sobre as diretrizes do desenvolvimento sustentável ou a partir de um processo mais caótico em aprender fazendo.

De novo, é instrutivo considerar esse problema à luz dos acontecimentos da última década. A carga de hipocrisia, ou ambientalismo cosmético, trás a linha de frente a questão da medida. Como pode ser avaliado a reivindicação que um produto particular é “ecológico”, “ambientalmente benigno” ou “socialmente responsável”? Qual critério deve ser usado para sustentar tais

reivindicações? Como pode uma medida ou comparação determinar a “destruição de habitat”, se é “contra a emissão de gases do efeito estufa”, ou ainda, “contra práticas trabalhistas injustas em países em desenvolvimento”?

A última década assistiu uma explosão virtual de tentativas em se apoiar nessas questões. No nível mais agregador isso levou a uma grande literatura de indicadores da sustentabilidade ecológica e social, e inúmeras tentativas de aplicar esses indicadores em várias jurisdições, mas provavelmente o maior impacto, tem sido na área de padrões e certificações para produtos e serviços. Tem havido um movimento substancial de rótulos sem certificado para produtos individuais de firmas que agem sozinhas na emergência de uma indústria exponencialmente organizada para certificações e critérios de rotulagem, agregando parcerias entre a indústria, as universidades e as principais ONG's. Mais e mais indústrias estão seguindo os passos das indústrias químicas e de silvicultura ao adotar regimes de certificação e investem ativamente em seu desenvolvimento, frequentemente em parceria com várias organizações com as quais tem lutado por décadas.

É importante reconhecer que os efeitos desses padrões são até certa medida independentes das intenções das indústrias que as adotam. Numa reviravolta talvez até irônica, por sua vez que, tendo sido forçadas pela pressão pública para adotar padrões de atuação ambiental ou responsabilidade social, o setor privado tem descoberto a credibilidade desses padrões e, portanto, qualquer vantagem competitiva que elas criaram, são aprimoradas em muito ao adotarem processos de medidas e certificação que são transparentes, abertas e sujeitas a credibilidade da inspeção de especialistas envolvendo a participação de ONG's.

É claro que esse desenvolvimento não garante por si mesmo que as práticas benignas socioambientais serão seguidas, ainda

que represem um notável desenvolvimento em um curto período de tempo. É difícil de imaginar que qualquer transição para uma sociedade sustentável será possível sem um progresso induzido pelas preocupações sobre a hipocrisia ecológica em catalogar, padronizar e certificar.

4.3. Desilusões (1): desenvolvimento sustentável como uma contradição

O nível mais sério da preocupação sobre o conceito de desenvolvimento sustentável é que ele causa desilusões. Aqui eu gostaria de distinguir entre dois modos em que isso pode ser possível. A primeira questão é se o conceito de desenvolvimento sustentável faz sentido por princípio, mesmo em sua forma presente em que é vago.

Colocando nos termos da fórmula de Burndtland, é possível expandir a produção da indústria mundial ao dobro – de 5 pra 10, de um modo que seja ambientalmente sustentável? Essa é claramente uma reformulação de um antigo debate sobre os limites físicos de crescimento. Uma caravana inteira de cientistas está avaliando e sugerindo que esses limites são reais e próximos⁷. Sendo assim, isso poderia fazer com que a perspectiva de uma saída pela expansão da produção industrial no mundo fosse sem sentido.

Enquanto que em sua formulação original, o argumento sobre os limites de crescimento tem tudo a ver com os limites biofísicos e a escala física da atividade humana, também existe uma versão um pouco diferente desse argumento, focada mais no que pode ser chamado de limites sociais de crescimento. Inicialmente levantado por Hirsch (1976) no contexto que ele chamou de escassez de “bens posicionais”, a ideia de que podem haver restrições sociais, políticas e institucionais sobre os modos tradicionais do

desenvolvimento econômico, está conectada a uma longa história da literatura crítica sobre os impactos políticos, sociais e logísticos da industrialização. Isso sugere que nós devemos correr contra as consequências sociais do modelo ocidental de desenvolvimento antes que alcancemos qualquer limitação ecológica.

O que é comum entre os argumentos biofísicos e sociais sobre estrangulamentos do crescimento econômico, é que a perspectiva de uma continuação das tendências atuais é, por fim, insustentável. Essa preocupação é menos fácil de reagir do que sobre o argumento da hipocrisia ecológica e da terminologia vaga. Isso porque existem grandes incertezas sobre a natureza e a proximidade de ambos limites ecológicos ou sociais de crescimento e o nível em que eles podem ser afetados por mudanças políticas, sociais e/ou tecnológicas. Apontado isso, existe uma dimensão empírica a essa questão. Em parte, essa é uma questão de demonstrar se mudanças significativas no uso de matéria/energia de um lado, e a tomada de decisões sociais e políticas do outro, podem permitir a continuidade do desenvolvimento econômico sem impactos sociais e ecológicos.

Na frente biofísica, a última década tem assistido um crescimento explosivo de conceitos como eco-eficiência, desmaterialização, design ambiental, industrialismo ecológico, biomimetismo e muitos um conjunto mais limitado de exemplos práticos (ALLENBY e RICHARDS, 1994; BENYUS, 1997; HAWKEN et al., 1999; VON WEIZSACER et al., 1997; Conselho Mundial de Negócios para o Programa de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, 1998). O que esses argumentos têm em comum é a perspectiva de que, ao aprender com processos naturais de alta eficiência, que envolveram soluções refinadas de recurso/eficiência para produzir vida numa ampla gama de circunstâncias ao longo de bilhões de anos, podemos projetar sistemas industriais que usam uma fração

de matéria/energia requeridas para produzir os mesmos produtos que os processos industriais convencionais. Construída sobre a segunda lei de eficiência analítica no fim dos anos 70 e início dos anos 80, uma ampla gama de princípios e práticas tem sido geradas e projetadas para colher o benefício dessa revolução de eficiência.

É claro que aqueles que argumentam com veemência pela existência dos limites biofísicos, assim como, os proponentes do que tem sido chamado de “sustentabilidade rigorosa”⁹, poderiam responder que esses ganhos apenas adiam um colapso inevitável.

O lado social dos argumentos sobre esses limites tem sido lentos para trazer respostas. Entretanto, houve durante os anos 90 uma oposição bem sucedida e divulgada como resposta às atividades particulares corporativas, como o desmatamento de floresta no Canadá Ocidental, a eliminação de plataformas de petróleo, o comércio de químicos tóxicos ou o suporte de regimes militares em países em desenvolvimento; tal oposição emergiu como um movimento crescente focado nos problemas da responsabilidade social corporativa. De modo similar à ecologia industrial, eco-eficiência e a responsabilidade corporativa social, uma precaução geral partiu de investidores nas tomadas de decisões corporativas, gerando uma gama de atividades, jornais, seminários de treinamento e políticas nas salas de reunião pelo mundo. Enquanto é muito cedo para dizer se essa tendência irá continuar, ou terá um impacto significativo no comportamento corporativo, as dimensões sociais da atividade corporativa ao menos foram colocadas na agenda.

Talvez a única conclusão ambígua que pode ser alcançada sobre os limites biofísicos e sociais do crescimento é que as abordagens baseadas na eco-eficiência e na responsabilidade social corporativa, suficientes ou não, constituem etapas necessárias em

direção a um mundo mais sustentável. Do ponto de vista biofísico e social do crescimento, os caminhos para a sustentabilidade ou para o desenvolvimento sustentável não divergem de imediato.

4.4. Desilusões (2): perseguindo os objetivos errados

Enquanto as preocupações sobre a continuação do crescimento econômico e sua viabilidade cortam o coração dos debates sobre o desenvolvimento sustentável, existe um problema ainda mais fundamental. O conceito de sustentabilidade nos distrai de problemas reais e soluções em potencial ao focar nossa atenção nos problemas errados? Independente da questão parcialmente empírica sobre se os limites estão sendo excedidos, essa preocupação sugere que o conceito de desenvolvimento sustentável pode simplesmente estar nos levando na direção errada.

Essa preocupação toma duas formas, dependendo se o problema é principalmente biofísico ou social. Além do mais, o problema está amarrado com duas forças subjacentes do argumento ambiental descrito anteriormente.

Do ponto de vista da preocupação biofísica, a chave para o problema é que o desenvolvimento sustentável é, em última análise, uma posição antropocêntrica. Como notado anteriormente, tanto as formulações sobre o desenvolvimento sustentável que são radicais, como as que são reformistas, são posições que existem no lado pragmático dos debates da literatura ambientalista, entre aqueles que argumentam por uma mudança radical nos valores e comportamentos e aqueles que focam no desenvolvimento da tecnologia e numa reforma institucional. No fim, esses debates subjacentes tomam como diferença um foco no bem-estar humano principalmente utilitário e um com foco mais orientado espiritualmente em nossa relação com o mundo natural. Como os

conservacionistas e aqueles orientados pela eficiência-energética na literatura ambiental, a retórica do desenvolvimento sustentável esta por alcançar a sustentabilidade para propósitos humanos e por fim transmitem fé na habilidade humana para resolver os problemas ambientais e sociais através do uso da razão.

Entretanto, do ponto de vista dos que adotam uma posição biocêntrica ou não antropocêntrica como uma relação apropriada entre a humanidade e a natureza, o argumento do desenvolvimento sustentável significa um erro de alvo. O que é necessário, esse argumento aponta, é uma nova ética; uma nova gama de valores; e um novo modo de se relacionar com o mundo natural. Nas palavras de David Suzuki, por sermos tão dependentes dos sistemas naturais, “nós devemos considerar o planeta sagrado” (SUZUKI e MCCONNELL, 1997).

Do lado social, preocupações similares também ocorrem. A preocupação aqui é que o desenvolvimento sustentável é visto como essencialmente reformista, na maioria das vezes evitando questões como poder, exploração e ainda redistribuição de renda. A necessidade de uma mudança fundamental, política e social, é simplesmente ignorada. Ao contrário, os críticos argumentam que proponentes do desenvolvimento sustentável oferecem uma incrementada agenda que não desafia a existência de poderes e privilégios impregnados. Nesse sentido, o mantra do desenvolvimento sustentável nos distrai de uma real mudança social e política que são necessárias para melhorar o bem-estar humano, especialmente dos pobres, de qualquer modo significativo. Esse argumento tem expressão atualmente no movimento antiglobalização (KLEIN, 2000) que por sua vez está relacionado a uma crítica mais ampla das características políticas e econômicas da cultura ocidental moderna (MARGALIT e BURNUMA, 2002).

Então, mesmo que o desenvolvimento sustentável não seja uma contradição em termos, mesmo que um crescimento significativo da atividade econômica seja possível sem progredir contra os limites ecológicos ou sócio-políticos, essa perspectiva sugere que isso pode não ser desejável, pois custaria ao tipo de relacionamento da qual precisamos para criar uma sociedade verdadeiramente sustentável com a natureza e as outras pessoas. Desenvolvimento sustentável, nesse ponto de vista, é um caso clássico de aprimoramento tecnológico, perpetuando uma doença oculta tratando apenas os seus sintomas.

Essa talvez seja a crítica mais fundamental ao conceito de desenvolvimento sustentável e é a menos suscetível a resolução. Ela chama para questão toda a trajetória da sociedade industrial e expõe a dúvida de se seria possível tomar um caminho completamente diferente. Nesse ponto, essa crítica frequentemente anda de mãos dadas com uma sensibilidade essencialmente romântica que concebe a natureza como uma força moral e espiritual, posicionando uma ética alternativa biocêntrica, acompanhada de uma mudança radical de atitudes, comportamentos individuais/políticos e às vezes com uma crítica social radical contra a economia neoliberal em voga propondo uma política econômica alternativa. Nos termos da linguagem utilizada na Tabela 1, esse montante crítica o desenvolvimento sustentável do ponto de vista da sustentabilidade.

Se olharmos para os acontecimentos da década passada levando em consideração esse questionamento, é difícil ver qualquer padrão nítido. No mundo acadêmico, houve um desenvolvimento/refinamento dele, e, até mesmo uma comunicação entre campos como a ecologia profunda, a ecologia social, o ecofeminismo, as políticas verdes e éticas ambientais não antropocêntricas. Novas tensões no pensamento emergiram de problemas como

a antiglobalização, análise de sistemas adaptativos complexos ou negócios e sustentabilidade. Entretanto, nenhuma posição ou argumento unificado parece ter emergido desses acontecimentos.

No que diz respeito à ação no mundo, a visão é igualmente turva. Numa mão, o progresso foi lento em alcançar as metas do desenvolvimento sustentável. E a insurgência do suporte político para as causas ambientais, característico do início da década de 90, parece ter diminuído. Certamente, o clima intelectual nos países industrializados nesse período tornou-se de suporte aos negócios e hostil às intervenções governamentais. A globalização econômica continua acelerada e os governos parecem ainda menos capazes ou dispostos a tomar posições duras sobre questões ambientais ou sociais.

Por outro lado, evidências de uma crescente infelicidade com o mantra do desenvolvimento convencional também prevalece. Como mencionado anteriormente, o movimento contra a globalização, representa uma forma visível de resistência ao “mais do mesmo” na tomada de decisões políticas e econômicas, o qual pode sinalizar uma mudança no debate explicitamente focado nos problemas ambientais e sociais para uma crítica mais generalizada as características da sociedade moderna industrializada.

Talvez tudo que possa ser dito, é que enquanto existe evidência de um novo desenvolvimento conceitual e prático na área do desenvolvimento sustentável, não é claro se tais acontecimentos poderiam ser tornar significativa o bastante para desafiar as poderosas tendências nos indicadores de uso da energia, emissões, apropriação de terras, pobreza, militarismo e o colapso de sistemas de governo. A necessidade de uma transformação fundamental nos valores subjacentes e atitudes para criar uma mudança substancial, é uma questão que permanece em aberto.

5. Os aprendizados

Então, aonde isso nos leva? Seria o desenvolvimento sustentável, ou a sustentabilidade, desesperadamente confusa ou fatalmente comprometida? São apenas conceitos ou oferecem de fato alguma esperança em nos ajudar a navegar pelos mares tempestuosos das práticas insustentáveis sociais e ambientais? Como uma etapa para responder a essa questão, o que se segue é uma tentativa de esboçar alguns aprendizados específicos das seções precedentes desse artigo. O princípio básico adotado aqui é que as preocupações de ambos os lados da Tabela 1 precisam ser incluídas. Isso sugere uma mudança na linguagem do desenvolvimento sustentável para uma linguagem mais inclusiva, que inclua as preocupações na mão direita da figura. Ao seu fim, esse artigo usará o termo sustentabilidade para descrever essa abordagem mais ampla. Isso também é coerente com a crescente mudança até mesmo nas publicações dos setores privados e governamentais para o uso do termo sustentabilidade. Entretanto, isso deve ser entendido como um uso inclusivo do termo sustentabilidade, o qual inclui as preocupações de ambos os lados da Tabela 1.

5.1. Sustentabilidade precisa ser um conceito de integração entre campos, setores e escalas

Se a sustentabilidade está aí para significar algo, ela deve agir com um conceito integrador. Particularmente, esta claro que as dimensões sociais da sustentabilidade precisam ser integradas com as dimensões biofísicas. Essa é a mensagem central do relatório de Brundtland e isso não é menos atraente agora do que era em 1987. Acontecimentos no período intermediário deixaram claro como isso pode ser difícil. Mais também é cada vez mais obvio que soluções que direcionam preocupações apenas ao ambiente, apenas ao social ou apenas ao econômico

são radicalmente insuficientes. É necessária uma forma de pensamento transdisciplinar que foque nas conexões entre os campos, tanto quanto nos conteúdos desses campos; que envolva o desenvolvimento de novos conceitos, métodos e ferramentas integradoras e sintéticas, não disciplinares e analíticas, mas que de fato criem sinergia e não apenas acúmulo.

Em acréscimo a se integrar através dos campos, a sustentabilidade precisa também estar integrada através de setores ou interesses. Está claro que somente os governos não tem a vontade ou a capacidade de implementar a sustentabilidade por conta própria. O setor privado, enquanto motor chefe da atividade econômica no planeta e maior fonte de criatividade, inovação e empreendedorismo, precisa estar envolvido na tentativa de alcançar a sustentabilidade. Suas atividades precisam também ser suplementadas pelo monitoramento, pelo interrogatório e pelas funções alternativas, serviços e atividades desempenhadas pelo terceiro setor (ONG's).

Ainda a combinação entre governos e mercados é insuficiente. Sem ao menos um pouco de suporte tácito da sociedade civil, mesmo o governo, a indústria ou as ONG's trabalhando juntos não podem nos levar até lá. Sem um eleitorado político pela mudança, um mercado para diferentes produtos e padrões de consumo e a aprovação social que as ações políticas públicas e privadas precisam para alcançar essas metas, nenhuma mudança prática ou comportamental é possível.

Esse conselho conjunto precisa também envolver a participação ativa da comunidade de pesquisa e ensino. Em todas as áreas da sustentabilidade, são necessários mais pesquisa e cidadãos capacitados. Enquanto nem todo pesquisador ou professor pode ou deve focar sua atenção nesses problemas, existe uma necessidade da academia de focar a atenção com mais veemência

em desenvolver conhecimento, ferramentas e treinamento necessário destinado ao desafio da sustentabilidade.

Uma dimensão final dessa integração tem a ver com as várias escalas de análise e ação. Certamente, o próprio conceito de sustentabilidade implica a necessidade de pensar através das escalas temporais. E ambas as dimensões sociais e ecológicas do termo trazem a frente uma necessidade de integração espacial. A divisão do conhecimento em disciplinas no sistema universitário significa que muitos problemas “entre-campos” se perdem em “espaços vazios” entre as disciplinas. O conceito de sustentabilidade pode ter um papel em ajudar a criar pontes entre essas lacunas.

5.2. Levando os conceitos à ação

Enquanto continuará sendo necessário o desenvolvimento conceitual, teórico e metodológico relacionado à sustentabilidade, a natureza fundamental das divisões ilustradas na Tabela 1 demonstra que não será desenvolvida uma aproximação conceitual única e coerente da sustentabilidade. Nem mesmo, como sugerido acima, seria uma aproximação necessária. Ao invés disso são necessárias novas formas de aprendizado social (ROBINSON, 2003), que permitam que as aproximações da sustentabilidade sejam fundamentadas numa diversidade sócio-política e ambiental de circunstâncias. Enquanto o refinamento conceitual sempre irá ocorrer, a prova de fogo será o caminho que as coisas vão se desenrolar nas ruas. Existe uma natureza inevitavelmente experimental e experiencial da sustentabilidade.

5.3. Aprimoramentos tecnológicos são necessários, mas não o suficiente.

Dada à extensão da deterioração ambiental e da miséria humana pelo mundo, precisamos perseguir ativamente aperfeiçoamentos

na eficiência das entregas de mercadorias e serviços em relação a seu impacto socioambiental (i.e. focados nos problemas levantados pelo lado esquerdo da Tabela 1). Se os otimistas estiverem certos, podemos reduzi-los ao levar até uma ordem de prioridade os impactos negativos para se alcançar um nível particular de bem-estar material. Além do mais, fazer o design de sistemas humanos para que estejam mais em acordo com os princípios ecológicos é consistente com o desenvolvimento de uma ética ambiental do tipo clamada por muitos ambientalistas. De fato, quanto mais sérios os problemas de insustentabilidade, mais precisamos reduzir os impactos negativos da atividade econômica individual.

Entretanto, ainda as perspectivas mais otimistas com potencial de abordagem como a ecologia industrial, a desmaterialização, a eco-eficiência, a biomimética e outros, se anunciam como corretas mas não representarão por si-mesmas uma resposta suficiente ao desafio da sustentabilidade, mesmo em curto prazo. Isso porque alcançar reduções nos impactos ambientais da atividade econômica não necessariamente se traduz em aprimoramentos na qualidade de vida para todos. É fácil de imaginar, casos em que os ganhos de algumas abordagens são desproporcionalmente apropriados a aqueles já bem abastados, deixando mal ou ainda pior do que estavam antes aqueles na base da pirâmide socioeconômica. Evidências do surgimento provável desses resultados podem ser vistas nas “economias de enclave” e nos condomínios fechados de hoje.

E é claro, retardar a chegada desses limites não significa fazê-los deixarem de existir. Por ambos motivos, se a sustentabilidade é para contribuir com uma vida melhor para todos, então será necessário ir além dos aprimoramentos técnicos e começar a visar problemas mais profundos de oportunidade, distribuição, necessidade material, consumo e fortalecimento. Essas questões,

por sua vez levantam problemas importantes sobre a organização político-social e governamental. Esses problemas costumam ser muito mais intratáveis do que aqueles relacionados a alcançar aprimoramentos da eco-eficiência.

5.4. As construções sociais da sustentabilidade

Nós temos visto que as diferenças nos pontos de vistas sobre o significado e os valores agregados a sustentabilidade estão enraizados em parte por diferentes concepções filosóficas e morais sobre qual seria o modo apropriado de conceber a relação entre a humanidade e a natureza. Isso significa que o que pode e deve ser feito para alcançar uma sociedade sustentável não é fundamentalmente um problema técnico ou científico. E isso por sua vez tem importantes implicações pelo modo que concebemos o papel da ciência e dos especialistas, em visar de fato esse esses dilemas.

Nesse caminho, o debate da sustentabilidade se conecta a uma ampla gama de problemas sobre a ciência e o conhecimento na sociedade moderna. Em comum com praticamente todas as disciplinas das ciências sociais e das humanidades, debates sobre a sustentabilidade abrangem um espectro entre uma visão empírica da ciência, que principalmente, nos diz coisas verdadeiras sobre o mundo real, e uma perspectiva mais cética e relativista que argumenta que a compreensão científica é, até certo ponto ao menos, socialmente construída.¹²

Sem se envolver com esse debate geral aqui, eu quero sugerir que a tensão entre esses dois pontos de vista devem visar em qualquer tentativa desenvolver uma estratégia viável de sustentabilidade. Nessa conexão, a distinção feita por Newby (1993), entre uma aproximação mais baseada na ciência e outra no problema da sustentabilidade pode ser um modo viável de

conceber esse problema. Como já argumentado (COHEN et al., 1998), sustentabilidade, mudanças climáticas, ao contrário do que se diz, são problemas que mais que científicos, são conceituais.

É claro que uma boa análise científica é crucial para abordar os problemas da insustentabilidade. Nós precisamos aproveitar nossa melhor compreensão em vigência da complexidade em que os sistemas ecológicos, sociais e econômicos interagem e quais implicações possíveis que as várias formas de ação representam. Entretanto, por fim, sustentabilidade é em último caso um problema de comportamento humano, de negociação a cerca de futuros preferenciais em condições de profunda contingência e incerteza. É um conceito inerentemente normativo, enraizado nos problemas do mundo real e uma ampla gama de diferentes julgamentos morais e de valor. E a ciência por si mesma não é inteiramente neutra a respeito de alguns desses problemas. Três conclusões se seguem. Primeiramente, a análise científica pode informar, mas não resolver as questões básicas colocadas pelo conceito de sustentabilidade. Em segundo lugar, a análise científica por si mesma agrega importantes julgamentos de valor e compromissos sociais que devem por si, serem examinados e discutidos. Finalmente, outras formas de conhecimento (e.g. conhecimento ambiental tradicional, várias formas de entendimentos de riscos) têm aspectos importantes para contribuir com a discussão sobre sustentabilidade.

5.5. Engajando a comunidade

Um aspecto particular das dimensões humanas da sustentabilidade que merece uma menção especial é a necessidade de desenvolver métodos de libertação e decisão que de fato engajem interesses relevantes com as comunidades para pensar sobre e decidir sobre o tipo de futuro que elas querem buscar ou criar. Nós temos visto que existe uma ampla diversidade de pontos de vista em

enxergar o que é a sustentabilidade e suas implicações, enquanto eu argumentei que há uma ambiguidade construtiva em deixar em aberto alguns desses problemas. O outro lado dessa moeda é que há uma necessidade de desenvolver processos que fazem uso dessa construção, permitindo a diversidade se expressar sem criar paralisias.

Particularmente, esse é um caso onde existem perspectivas fundamentalmente diferentes sobre questões de atribuição de valores e significados. Nós temos visto que muitos dos debates subjacentes no campo da sustentabilidade são questões sérias e profundas sobre o propósito e significado da vida humana e sua relação com o mundo natural. Essas são questões profundamente morais e políticas, quais requerem um pensamento deliberado e resoluções coletivas. E sobre essas questões, os princípios da democracia implicam que todo cidadão tem sua importância igualada.

A questão política mais fundamental levantada pelos debates no campo da sustentabilidade é o quão grave esses problemas são. Seriam os problemas de insustentabilidade ecológica ou socioeconômica pequenos encaixos na estrada para um melhor futuro pra todos, ou eles evidenciam a necessidade de uma transformação fundamental na sociedade? Seria essa meta uma reforma ou uma revolução? Essa questão pode apenas ser significativamente respondida, penso eu, como parte de um aperfeiçoamento no processo de tomar decisões em coletivo na qual se baseia, mas não determinadas por conhecimento especialista; um processo que está aberto a múltiplas perspectivas, mas não paralisada por estas; que permite e reforça um aprendizado social com mudanças de perspectivas ao longo do tempo, sendo provisório e, no entanto objetivo.

Alcançar as formas de engajamentos sociais implicadas por essas

reflexões levantam todo um plano de dificuldades metodológicas e problemas conceituais, incluindo questões relacionadas a onde e como combinar formas de entendimento leigo e especializado, os papéis relativos dos pesquisadores e da participação comunitária, assim como a distinção entre pesquisa e advocacia (ROBINSON e TANSEY, 2002). Essas são questões que nós precisamos lidar se temos seriedade em criar novas parcerias entre a academia e as várias comunidades com as quais existe.

6. Uma aplicação

Nós últimos 25 anos, pesquisadores tem trabalhado na articulação de uma abordagem da sustentabilidade que agrega alguns desses aprendizados. A trajetória intelectual dessa abordagem é representada por uma série de artigos e livros que contornam uma visão de sustentabilidade centrada no problema e que integra as dimensões sociais, econômicas e ambientais¹⁴. A trajetória metodológica é expressa numa série de “matrizes de energia limpa” e numa análise projetual de um cenário de “sociedade sustentável”, que se constrói sobre os argumentos anteriores a respeito da análise de futuros possíveis e de matrizes energéticas alternativas.

Esse trabalho sugere que a sustentabilidade possivelmente pode ser pensada em duas dimensões. A dimensão substantiva indica que a sustentabilidade requer a reconciliação simultânea de três imperativos:

- . O imperativo ecológico é ficar dentro da capacidade biofísica que o planeta pode suportar
- . O imperativo econômico é oferecer um padrão material adequado para todos viverem e
- . O imperativo social que é oferecer sistemas de gestão

governamental que propagem valores sob os quais as pessoas querem viver (ROBINSON e TINKER, 1997).

Sugere-se que isso pode ser acompanhado por uma estratégia dupla de desmaterialização (reduzindo a quantidade de energia depositada de cada pessoa na atividade econômica) e o que chamamos de “ressocialização” (aprimorar o bem estar humano de cada pessoa na atividade econômica).

Uma dimensão igualmente importante da sustentabilidade é de procedimento. Aqui, podemos argumentar pela perspectiva de que a sustentabilidade pode ser possivelmente pensada como a propriedade emergente de um diálogo sobre os futuros desejados, este informado por alguns entendimentos das consequências ecológicas, sociais e econômicas dos diferentes cursos em ação (ROBINSON, 2003; ROBINSON e Tansey, 2002). Essa perspectiva reconhece a normativa inerente e natureza política da sustentabilidade, que precisa da integração entre perspectivas distintas e o reconhecimento de que a sustentabilidade é um processo, não um ponto final. Isso deve ser construído por um processo essencialmente social através do qual a ciência e outras informações “especialistas” são combinadas com os valores, preferências e crenças das comunidades afetadas, para dar início a uma emergente compreensão compartilhada de possibilidades e resoluções preferenciais.

Continuando com essas abordagens da sustentabilidade, temos nos envolvido nos últimos quatro anos num projeto de pesquisas, o Projeto de Futuros Georgia Basin, que tem por intenção envolver os residentes da região de Georgia Basin no Canadá em pensar sobre algumas dessas questões e em explorar as dimensões de futuros desejados para a região (TANSEY et al, 2002). Pelo desenvolvimento e uso de ferramentas de modelação extremamente amigáveis e trabalhando numa parceria muito

próxima com dezessete organizações privadas, públicas e do terceiro setor (ONG's), nós estamos combinando o conhecimento especialista como agregado a um modelo de sistema com valores, atitudes, crenças públicas e preferências pela geração de novas formas de entendimento sobre que tipos de escolhas sobre o futuro e o comércio, são aceitáveis ou inaceitáveis para diferentes indivíduos e grupos. Estamos estudando essas formas de interação e tentando alcançar conclusões sobre se elas são um caminho fértil para engajar as comunidades a pensar nessas questões¹⁶.

A abordagem de sustentabilidade contornada aqui é apenas uma de vários caminhos possíveis para responder os problemas levantados nesse artigo. Entretanto, isso ilustra que é possível combinar os aprendizados descritos aqui em programas de pesquisa e engajamento comunitário.

7. Sustentabilidade: a quadratura do círculo?

Nesse artigo, eu tentei sugerir que o conceito de sustentabilidade é fértil em dois caminhos relacionados. Primeiro, ele oferece um foco para uma série de questões que vão ao coração dos debates interconectados entre as condições ambientais, sociais e econômicas. Essas preocupações são importantes e aborda-los diretamente é uma condição para um progresso pragmático. O debate sobre o conceito e prática da sustentabilidade traz essas preocupações para a superfície de uma maneira pontual particular.

Segundo, eu tenho tentado sugerir que é possível conceber a sustentabilidade num sentido sensível a essas preocupações, e ainda oferecer alguns caminhos úteis para aborda-los. A chave desse argumento é que a perspectiva da sustentabilidade não deve ser concebida como um único conceito, ou ainda como uma gama consistente de conceitos. Mais que isso, é mais útil por uma

abordagem ou processos baseados no pensamento comunitário, indicando a necessidade de integrar as preocupações ambientais, sociais e econômicas numa perspectiva de longo prazo, enquanto mantem-se aberta a diferenças fundamentais sobre o caminho que isso deve ser realizado e ainda sobre os objetivos finais envolvidos.

Tal formulação pode ser tão aberta e flexível que poderia ser considerada vaga. Mas eu acredito que não. Um breve retorno a metáfora com a qual esse artigo foi iniciado pode ajudar a mostrar por que.

Eu comecei esse artigo sugerindo que, há tanto tempo atrás na Grécia Antiga, o problema da quadratura do círculo foi usado como uma metáfora para uma tarefa impossível porque envolve a tentativa de reconciliar dois valores essencialmente incomensuráveis. Eu penso que é justo dizer que a história dos debates sobre a sustentabilidade ilustra exatamente esse tipo de incomensurabilidade.

De um lado, existe a perspectiva que diz que os problemas fundamentais de insustentabilidade são tecnológicos e econômicos, que aprimoramentos massivos no bem estar humano e as condições ambientais estão disponíveis com o aprimoramento e mudança na eficiência tecnológica, caso se consiga libertar o espírito inovador do setor mercantil de encontro a nossas políticas e decisões a moverem-se em direção da sustentabilidade. Do outro lado, tem-se a perspectiva de que o desenvolvimento sustentável é na melhor das hipóteses contraditório por conta própria, e no pior dos casos um falso verniz de sustentabilidade numa matriz profundamente insustentável a frente de um exponencial crescimento com impactos socioambientais indesejáveis, que só podem ser evitados por uma mudança fundamental de valores a nível individual. Finalmente essas duas perspectivas,

e suas inúmeras variantes, são baseadas em perspectivas incomensuráveis de questões morais, políticas e epistemológicas.

Enfim, o problema matemático da quadratura do círculo foi resolvido pelo reconhecimento de que, usando as técnicas da geometria planar, nenhuma solução foi possível. Ao invés disso, novas ferramentas que transcendessem essas limitações eram requeridas.

Eu vou argumentar que o desenvolvimento equivalente no campo da sustentabilidade é o reconhecimento de que múltiplas perspectivas em conflito sobre a sustentabilidade existem e não podem ser reconciliadas nos termos uma da outra. Em outras palavras, nenhuma abordagem vai, ou mesmo deve ser vista como a mais correta. Essa não é uma questão de descobrir qual verdade sobre a sustentabilidade tem aplicações mais sofisticadas no entendimento de especialistas (o compasso e a régua). No lugar disso, estamos inescapavelmente envolvidos num mundo em que existem múltiplos valores, posições morais e sistemas de crenças em conflito a falar sobre a questão da sustentabilidade. Enquanto isso é crucial para identificar pontos de discordância empírica e resolve-los com melhores pesquisas e análises, a questão final não está suscetível a uma confirmação ou negação empírica. O que é necessário, portanto, é um processo em que essas perspectivas podem ser expressas e avaliadas, enquanto ato político para qualquer comunidade ou jurisdição nos dias de hoje.

O poder do conceito de sustentabilidade reside então precisamente na medida em que trás para a superfície essas contradições e provoca um tipo de campo de jogo discursivo no qual elas podem ser debatidas. Isso por sua vez encoraja o desenvolvimento de novos modos de consulta popular e envolvimento intencional a permitir múltiplas perspectivas a serem expressas e debatidas.

Ainda, novos acontecimentos na tecnologia da informação e da comunicação oferecem um potencial de engajamento para várias comunidades explorarem futuros alternativos em novos e excitantes caminhos.

Isso não quer dizer que a sustentabilidade é uma inevitável resolução feliz ao encorajar as conversações entre as partes envolvidas, nem mesmo ignorar os profundos problemas estruturais que tem a ver com poder, controle, interesse material e acesso a recursos. Mais isso é sugerir que a sustentabilidade é necessariamente um ato político, não um conceito científico.

Sustentabilidade, nesse ponto de vista, não é uma gama de futuras condições de sociedade que vai nos permitir alcançar os três imperativos listados acima ou algo assim. Ainda, também não é um processo de mover-se em direção a uma perspectiva predeterminada sobre o que isso implicaria. Ao invés disso, sustentabilidade é por si mesmo uma emergente propriedade de conversação sobre que tipo de mundo nós coletivamente desejamos viver agora e no futuro. O problema da quadratura do círculo da sustentabilidade, não será resolvido por novas pesquisas, melhores ciências, e ensinar as pessoas a real natureza dos problemas, quão desejável isso possa parecer. No lugar disso, o caminho a frente envolve o desenvolvimento de novas formas de parceria e novas ferramentas para criar um diálogo político que enquadre os problemas enquanto questões de escolha política, dadas as incertezas e restrições. Isso renuncia a meta de uma precisa definição e conhecimento sem ambiguidades e que envolve muito mais pessoas na conversa.

Agradecimentos

Uma versão anterior desse artigo foi entregue com a palestra de abertura da Hammond na Faculdade de Ciências Ambientais da

Universidade de Guelph em 25 de outubro de 2001. Eu gostaria de agradecer a família Hammond e a Faculdade de Ciências Ambientais por me convidarem a dar essa palestra. O artigo também se beneficiou dos comentários dos seguintes colegas: David Brooks, Ann Dale, Mohan Manasinghe, Dale Rothman, Rob Swart, Jon Tinker, David Victor e dois revisores anônimos que com seus comentários levaram a uma reformulação substancial dos argumentos apresentados aqui. Meus agradecimentos a eles todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLENBY, B., RICHARDS, D.J., 1994. THE GREENING OF INDUSTRIAL ECOSYSTEMS. NATIONAL ACADEMY PRESS, WASHINGTON.
- BENYUS, J., 1997. BIOMIMICRY. WILLIAM MORROW, NEW YORK.
- BOOKCHIN, M., 1991. DEFENDING THE EARTH: A DEBATE BETWEEN MURRAY BOOKCHIN AND DAVID FOREMAN. BLACK ROSE PRESS, MONTREAL.
- BOTT, R., BROOKS, D., ROBINSON, J.B., 1983. LIFE AFTER OIL—A RENEWABLE ENERGY POLICY FOR CANADA. HURTIG PUBLISHERS, EDMONTON.
- BOULDING, K., 1966. THE ECONOMICS OF THE COMING SPACESHIP EARTH. IN: JARRETT, H. (ED.), ENVIRONMENTAL QUALITY IN A GROWING ECONOMY. JOHN HOPKINS PRESS, BALTIMORE, PP. 3–14.
- BROWN, L., 1981. BUILDING A SUSTAINABLE SOCIETY. WORLDWATCH INSTITUTE, WASHINGTON, DC.
- CARSON, R., 1962. SILENT SPRING. HOUGHTON MIFFLIN, BOSTON.
- CLARK, W., MUNN, T. (EDS.), 1986. ECOLOGICALLY SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF THE BIOSPHERE. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, CAMBRIDGE.
- COHEN, S., DEMERITT, A., ROBINSON, J., ROTHMAN, D., 1998. CLIMATECHANGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: TOWARDS DIALOGUE. GLOBAL ENVIRONMENTAL CHANGE 8 (4), 341–371.
- COMMONER, B., 1991. RAPID POPULATION GROWTH AND ENVIRONMENTAL STRESS. INTERNATIONAL JOURNAL OF HEALTH SERVICES 21 (2), 199 – 227.
- DALY, H. (ED.), 1973. TOWARD A STEADY-STATE ECONOMY. FREEMAN, SAN FRANCISCO.
- DALY, H., 1980. ECONOMICS, ECOLOGY, ETHICS: ESSAYS TOWARD A STEADY-STATE ECONOMY. FREEMAN, SAN FRANCISCO.
- DALY, H., COBB, J., 1994. FOR THE COMMON GOOD—REDIRECTING THE ECONOMY TOWARD COMMUNITY, THE ENVIRONMENT AND A SUSTAINABLE FUTURE. BEACON PRESS, BOSTON, PP. 443–507.
- DIETZ, T., ROSA, E., 1994. RETHINKING THE IMPACTS OF POPULATION, AFFLUENCE AND TECHNOLOGY. HUMAN ECOLOGY REVIEW 1, 277 – 300.
- ECKERSLEY, R., 1988. GREEN POLITICS: A PRACTICE IN SEARCH OF A THEORY. ALTERNATIVES 15 (4), 52–61.
- EHRlich, P., 1968. THE POPULATION BOMB. BALLANTINE BOOKS, NEW YORK.
- EHRlich, P., EHRlich, A., 1991. THE POPULATION EXPLOSION. SIMON AND SCHUSTER, NEW YORK.
- EHRlich, P., HOLDREN, J.P., 1971. IMPACT OF POPULATION GROWTH. SCIENCE 171, 1212–1217.
- GIBSON, R., 1991. SHOULD ENVIRONMENTALISTS PURSUE SUSTAINABLE DEVELOPMENT? PROBE POST, 22–25.
- GIBSON, R., 2002. SPECIFICATION OF SUSTAINABILITY-BASED ENVIRONMENTAL ASSESSMENT CRITERIA AND IMPLICATIONS FOR DETERMINING “SIGNIFICANCE” IN ENVIRONMENTAL ASSESSMENT. CANADIAN ENVIRONMENTAL ASSESSMENT AGENCY, OTTAWA. MONOGRAPH PREPARED UNDER A CONTRIBUTION AGREEMENT WITH THE CANADIAN ENVIRONMENTAL ASSESSMENT AGENCY R&D PROGRAMME, REVISED JANUARY, 2002.
- GUHA, R., MARTINEZ-ALIER, J., 1997. VARIETIES OF ENVIRONMENTALISM: ESSAYS NORTH AND SOUTH. EARTHSCAN, LONDON.

HARDIN, G., 1968. THE TRAGEDY OF THE COMMONS. *SCIENCE* 162, 1243 – 1248.

HAWKEN, P., LOVINS, A., ET AL., 1999. *NATURAL CAPITALISM: THE NEXT INDUSTRIAL REVOLUTION*. LITTLE, BROWN, NEW YORK.

HAYS, S.P., 1987. *BEAUTY, HEALTH, PERMANENCE: ENVIRONMENTAL POLITICS IN THE UNITED STATES, 1955–1985*. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, NEW YORK.

HEALEY, M., 1999. *SEEKING SUSTAINABILITY IN THE LOWER FRASER BASIN—ISSUES AND CHOICES*. INSTITUTE FOR RESOURCES AND THE ENVIRONMENT, UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA, VANCOUVER.

HIRSCH, F., 1976. *SOCIAL LIMITS TO GROWTH*. HARVARD UNIVERSITY PRESS, CAMBRIDGE.

IUCN/UNEP/WWF, 1991. *CARING FOR THE EARTH: A STRATEGY FOR SUSTAINABLE LIVING*. INTERNATIONAL UNION FOR THE CONSERVATION OF NATURE, GLAND, SWITZERLAND.

IUCN/UNEP/WWF/FAO/UNESCO, 1980. *WORLD CONSERVATION STRATEGY: LIVING RESOURCE CONSERVATION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT*. INTERNATIONAL UNION FOR THE CONSERVATION OF NATURE, GLAND, SWITZERLAND.

JASANOFF, S., WYNNE, B., 1998. SCIENCE AND DECISIONMAKING. IN: RAYNER, S., MALONE, E. (EDS.), *HUMAN CHOICE AND CLIMATE CHANGE, VOLUME 1. THE SOCIETAL FRAMEWORK*. BATTELLE PRESS, COLUMBUS, OH.

KLEIN, N., 2000. *NO LOGO—TAKING AIM AT THE BRAND BULLIES*. VINTAGE CANADA, TORONTO, CANADA.

MARGALIT, A., BURUMA, I., 2002. OCCIDENTALISM. *THE NEW YORK REVIEW OF BOOKS* XLIX (1), 4–7.

MEADOWS, D., MEADOWS, D., RANDERS, J., BEHRENS III, W.W., 1972. *THE LIMITS TO GROWTH: A REPORT FOR THE CLUB OF ROME'S PROJECT ON THE PREDICAMENT OF MANKIND*. UNIVERSE BOOKS, NEW YORK.

MEBRATU, D., 1998. SUSTAINABILITY AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: HISTORICAL AND CONCEPTUAL REVIEW. *ENVIRONMENTAL IMPACT ASSESSMENT REVIEW* 18, 493–520.

NASH, R., 1982. *WILDERNESS AND THE AMERICAN MIND*. YALE UNIVERSITY PRESS, NEW HAVEN, CT.

NEWBY, H., 1993. *GLOBAL ENVIRONMENTAL CHANGE AND THE SOCIAL SCIENCES: RETROSPECT AND PROSPECT*. IGFA PREPARATORY MEETING, NOORDWIJK, THE NETHERLANDS.

O'RIORDAN, T., 1981. *ENVIRONMENTALISM*. PION, LONDON.

PEARCE, D., ET AL., 1989. *BLUEPRINT FOR A GREEN ECONOMY*. EARTHSCAN, LONDON.

PEPPER, D., 1996. *MODERN ENVIRONMENTALISM. AN INTRODUCTION*. ROUTLEDGE, LONDON.

PEZZOLI, K., 1997. SUSTAINABLE DEVELOPMENT: A TRANSDISCIPLINARY OVERVIEW OF THE LITERATURE. *JOURNAL OF ENVIRONMENTAL PLANNING AND MANAGEMENT* 40 (5), 549–574.

RAYNER, S., MALONE, E., 1988. THE CHALLENGE OF CLIMATE CHANGE TO THE SOCIAL SCIENCES. IN: RAYNER, S., MALONE, E. (EDS.), *HUMAN CHOICE AND CLIMATE CHANGE, VOLUME 4. WHAT HAVE WE LEARNED*. BATTELLE PRESS, COLUMBUS, OH.

REDCLIFT, M., 1987. *SUSTAINABLE DEVELOPMENT: EXPLORING THE CONTRADICTIONS*. METHUEN, LONDON.

J. ROBINSON / *ECOLOGICAL ECONOMICS* 48 (2004) 369–384 383

384 J. ROBINSON / *ECOLOGICAL ECONOMICS* 48 (2004) 369–384

ROBINSON, J., 1982. ENERGY BACKCASTING: A PROPOSED METHOD OF POLICY ANALYSIS. *ENERGY POLICY* 10 (4), 337–344.

ROBINSON, J., 1988. UNLEARNING AND BACKCASTING: RETHINKING SOME OF THE QUESTIONS WE ASK ABOUT THE FUTURE. *TECHNOLOGICAL FORECASTING*

AND SOCIAL CHANGE 33 (4), 325–338.

ROBINSON, J., 1990. FUTURES UNDER GLASS: A RECIPE FOR PEOPLE WHO HATE TO PREDICT. FUTURES 22 (9), 820–843.

ROBINSON, J., 1991. MODELLING THE INTERACTIONS BETWEEN HUMAN AND NATURAL SYSTEMS. THE INTERNATIONAL SOCIAL SCIENCE JOURNAL 43 (4), 629 – 647.

ROBINSON, J., 1992. OF MAPS AND TERRITORIES: THE USE AND ABUSE OF SOCIO-ECONOMIC MODELING IN SUPPORT OF DECISION MAKING. TECHNOLOGICAL FORECASTING AND SOCIAL CHANGE 42 (2), 147–164.

ROBINSON, J., 2003. FUTURE SUBJUNCTIVE: BACKCASTING AS SOCIAL LEARNING. FUTURES 35 (8), 839–856.

ROBINSON, J., MENDIS, A., IN PRESS. OPPORTUNITY OR ILLUSION?: ON THE VEXED PROMISE OF INDUSTRIAL ECOLOGY. IN: DALE, A., COTE, R., TANSEY, J. (EDS.), INDUSTRIAL ECOLOGY: IMPLICATIONS FOR CANADA IN THE 21ST CENTURY. UBC PRESS, VANCOUVER.

ROBINSON, J., TANSEY, J., 2002. CO-PRODUCTION, EMERGENT PROPERTIES AND STRONG INTERACTIVE SOCIAL RESEARCH. WORKSHOP ON INTERACTIVE SOCIAL SCIENCE, JULY 11–12, YORK, UK.

ROBINSON, J., TINKER, J., 1997. RECONCILING ECOLOGICAL, ECONOMIC, AND SOCIAL IMPERATIVES: A NEW CONCEPTUAL FRAMEWORK. IN: SCHRECKER, T. (ED.), SURVIVING GLOBALISM: SOCIAL AND ENVIRONMENTAL DIMENSIONS. MACMILLAN, ST. MARTIN'S PRESS, LONDON, NEW YORK, PP. 71–94.

ROBINSON, J., FRANCIS, G., LEGGE, R., LERNER, S., 1990. DEFINING A SUSTAINABLE SOCIETY: VALUES, PRINCIPLES AND DEFINITIONS. ALTERNATIVES 17 (2), 36–46.

ROBINSON, J., BIGGS, D., FRANCIS, G., LEGGE, R., LERNER, S., SLOCOMBE, S., VAN BERS, C., 1996. LIFE IN 2030: EXPLORING A SUSTAINABLE FUTURE IN CANADA. UBC PRESS, VANCOUVER.

SUZUKI, D., MCCONNELL, A., 1997. THE SACRED BALANCE: REDISCOVERING OUR PLACE IN NATURE. DAVID SUZUKI FOUNDATION AND GREYSTONE BOOKS, VANCOUVER.

TANSEY, J., CARMICHAEL, J., ET AL., 2002. THE FUTURE IS NOT WHAT IT USED TO BE: PARTICIPATORY INTEGRATED ASSESSMENT IN THE GEORGIA BASIN. GLOBAL ENVIRONMENTAL CHANGE 12 (2), 97–104.

TARNAS, R., 1991. THE PASSION OF THE WESTERN MIND. BALLANTINE, NEW YORK.

TOKAR, B., 1988. EXPLORING THE NEW ECOLOGIES: SOCIAL ECOLOGY, DEEP ECOLOGY AND THE FUTURE OF GREEN POLITICAL THOUGHT. ALTERNATIVES 15 (4), 31–43.

VAN BERS, C., ROBINSON, J., 1996. LIVING WITHIN OUR MEANS: FOUNDATIONS OF SUSTAINABILITY. DAVID SUZUKI FOUNDATION, VANCOUVER.

VON WEIZSACKER, E., LOVINS, A., LOVINS, H., 1997. FACTOR FOUR: DOUBLING WEALTH, HALVING RESOURCE USE. EARTHSCAN, LONDON.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAM, 1998. CLEANER PRODUCTION AND ECO-EFFICIENCY, COMPLEMENTARY APPROACHES TO SUSTAINABLE DEVELOPMENT. WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, GENEVA.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987. OUR COMMON FUTURE. OXFORD UNIVERSITY PRESS, OXFORD.

INTRODUÇÃO AO ATELIER CONTÁGIO



Fachada do Atelier Contágio, Barão Geraldo, Campinas/SP (2017)

Se vários indivíduos contribuem para uma única ação, de maneira tal que sejam todos, em conjunto, a causa de um único efeito, considero-os todos, sob este aspecto, como uma única coisa singular (SPINOZA, 2007, p. 15, EII Def.7).

O Atelier Contágio veio como uma investigação poética das interferências e interações na eco-lógica dos ambientes, paisagens que povoam a terra materialmente e subjetivamente. Ao dedicar tempo à experiência de aproximação e refletindo sobre as ações que se constituem nessa temporalidade, pensa-se no jogo ecológico como um modo condicionante, na qual humanos, mas não somente, produzem efeitos, manifestando-se em sua maneira de ser e de se expressar no mundo.

Há cerca de dois anos (2015), o projeto iniciou-se com uma série de ações de plantio em ambientes urbanos em que a biodiversidade fora reduzida consideravelmente, do qual, o segundo espaço tornou-se o Atelier Contágio. Antes de tornar essa motivação em espaços públicos, optou-se por desenvolver técnicas pragmáticas e tecnologias de si, como potenciais nesse laboratório de criação.



"Trama permuta", Vídeo (GIF) com Iam Campigotto (Janeiro, 2016)
Realizado em local que precedeu o Atelier Contágio

Assim, essa busca tem acontecido com a investigação poética em coexistência ao plantio de hortas, a permacultura, a bio-construção, a coleta de materiais descartados e ao uso da materialidade própria do ambiente - circunstâncias que levantam questões sobre modos de habitar, e, inevitavelmente interferir. Não há contornos/ limites nítidos que distinguem as ações enquanto produção estética; pensa-se que entre processos artísticos e construções que se encerram em sua funcionalidade eco-lógica, os sentidos estão em constante alternância num limbo vertiginoso, território acionado poeticamente.

Antes de encontrar-se no atual formato, o Atelier Contágio, já vinha recebendo a visita de alguns amigos que desdobraram-se numa série de parcerias que anteciparam e instigaram a organizá-lo como um projeto (Figuras 2 a 5). Tal colaboração contornou-se autonomamente para apresentar/acionar/operacionalizar algumas dessas poéticas que imanam da tentativa de compreender a natureza não como um objeto coadjuvante da pesquisa artística ou científica, mas enquanto sujeito que também se cria (autopoieses), se espessa (códigos multi-espécies) e joga na eco-lógica - todo dia há algo novo - uma flor que sinaliza aos polinizadores, as

abelhas que em seu movimento sinalizam a outras abelhas que ali há pólen, mesmo código que atrai pássaros predadores - mesmo código, sentidos diversos.



"Tintura molde", fotografia, com Luis Martinelli (Dezembro, 2015)

"Morfologia da morte", fotografia, com Cristiano Cerejo (Abril, 2016)

Esse fluxo de vida em constante transformação é permeado por uma rede de comunicação multi-espécies a que o ser humano se relaciona. O contágio está nessas interações entre sujeitos, sejam humanos ou não, em cooperação sistêmica, potências da transformação energética da matéria sintrópica. Nessa possibilidade de repensar o protagonismo humano no ambiente, potencializam-se devires a partir de uma possível construção conjunta, particularidades que temos experienciado e que

configuram outra condição/desafio para o fazer artístico: a priori, não seria possível realizá-los da mesma forma em ambientes assépticos.



"Trégua", fotografia, com Lucas Syllus (Maio, 2016)

Entende-se que tal circunstancia poderia ser julgada como uma intemperança, mas ela tem sido percebida como potencia para os processos de criação - os ritmos do ambiente começam a criar melodias com os projetos. Sendo assim, esse projeto de longa duração tem propostas para diversas situações e interferências que partem dessas condições singulares e provocações colaborativas. A visitação pública ao Atelier Contágio ocorre em dois momentos, antes das chuvas de verão (09/12/17), que seria análogo a um plantio e após ela, quando todas as plantas terão se desenvolvido sobre os trabalhos até março, em analogia a uma colheita (10/03/2017).



Chegada ao local do Atelier Contágio (Junho, 2016)



Desenvolvimento do Atelier Contágio (Novembro, 2017)





Localização geográfica do Atelier Contágio. Fonte: Google Maps



Fotografias da construção de estruturas



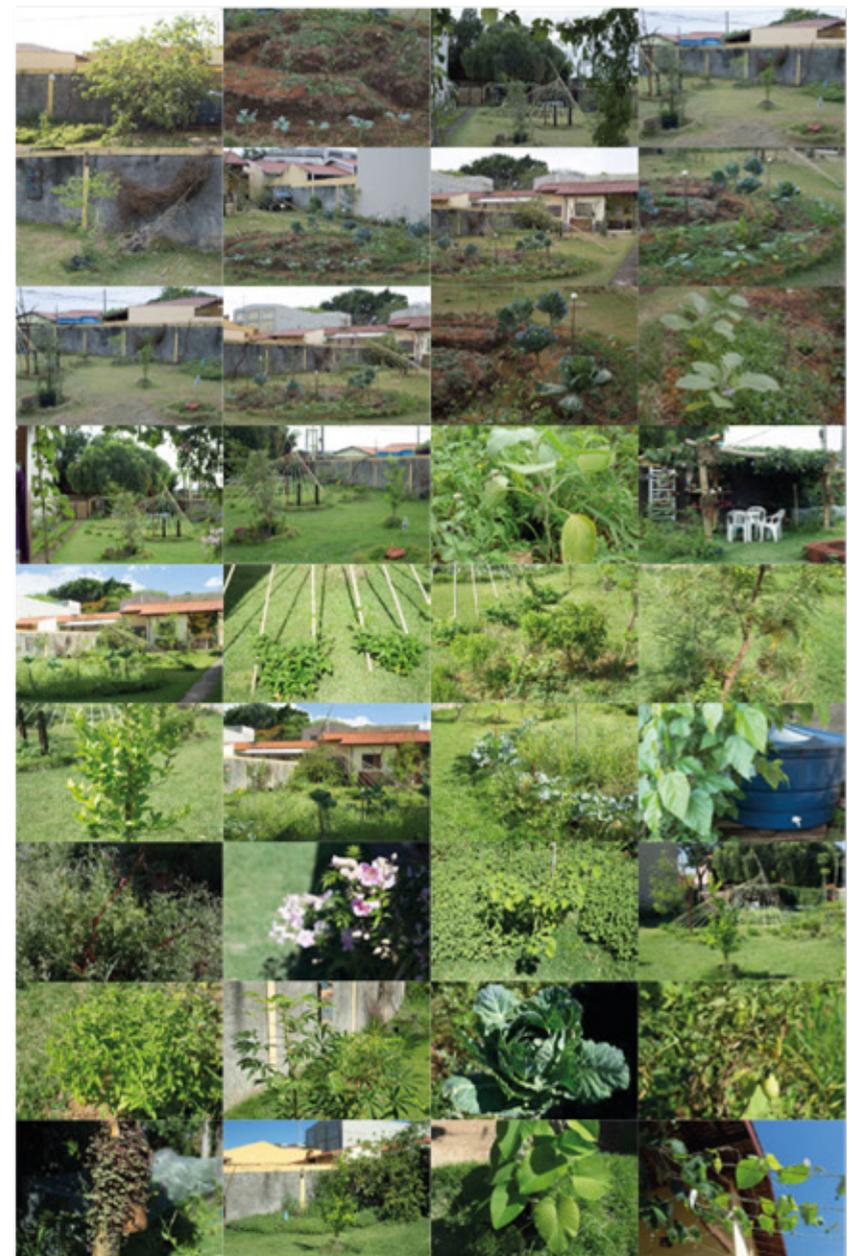
Desenvolvimento do ambiente entre junho e dezembro de 2016



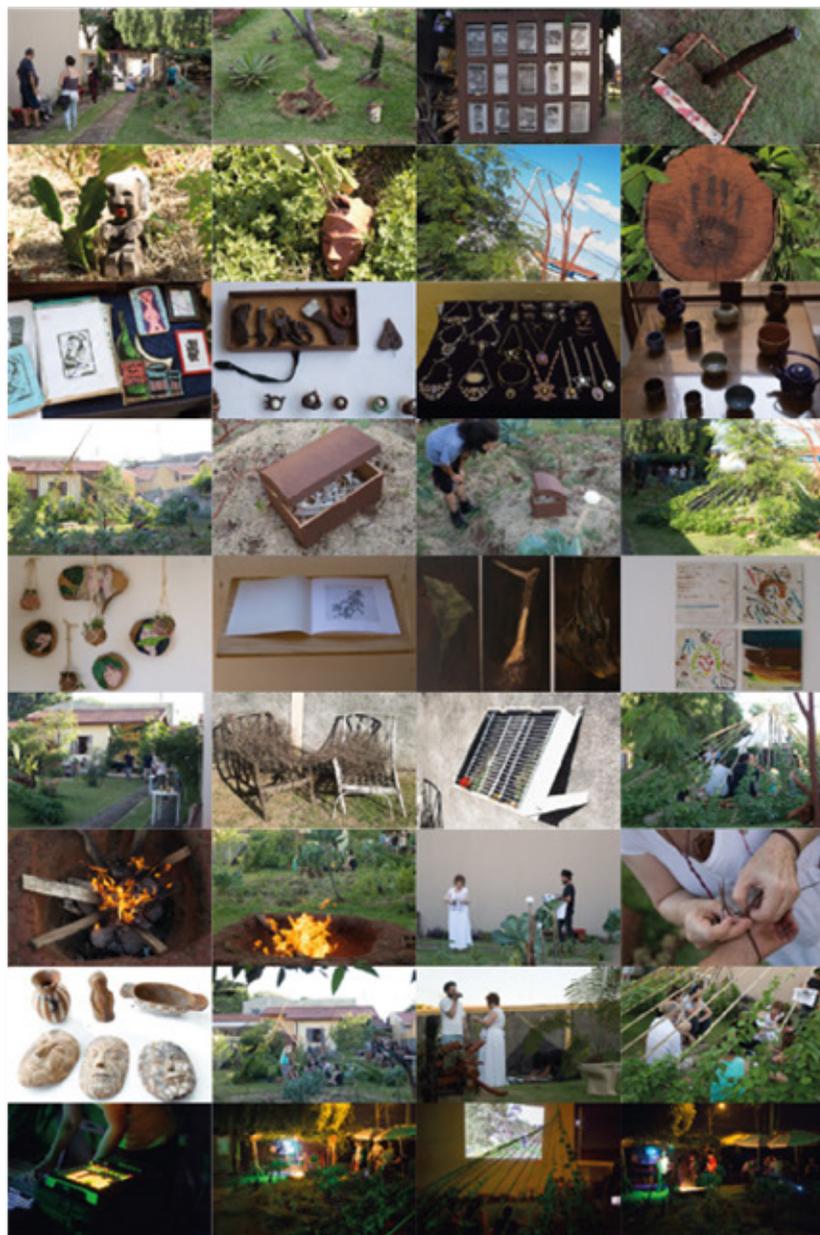
Desenvolvimento do ambiente entre janeiro e abril de 2017



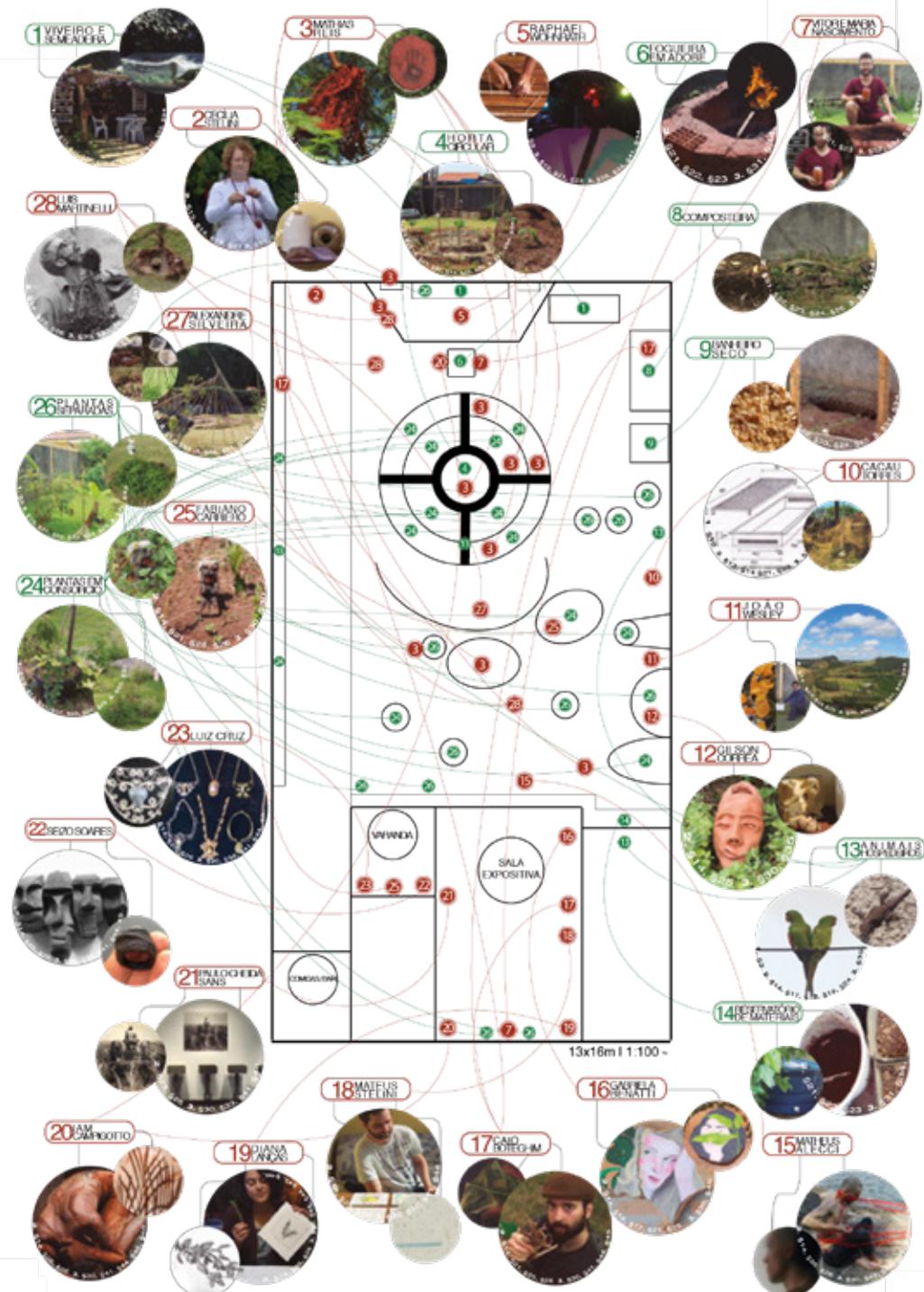
Desenvolvimento do ambiente entre maio e agosto de 2017



Desenvolvimento do ambiente entre setembro e novembro de 2017



Fotografias da exposição coletiva Contágio (09/12/2017)



Mapeamento da exposição coletiva Contágio (09/12/2017)

Carta Campinas

Cultura | Economia e Política | Espaço e Ambiente | Carta & Arte | Business | Mídia e Pressão | Entre & Fora

Enquanto Tereza, 2022 e exemplares promovem sentido descendente no apêndice, 2017

Exposição coletiva 'Contágio' reúne trabalhos de vinte artistas com práticas eco-lógicas

By Cultura Carta Campinas / Carta & Arte, Cultura / Espaço e Ambiente, 08 de 12/2017 09:12 | 12/2017

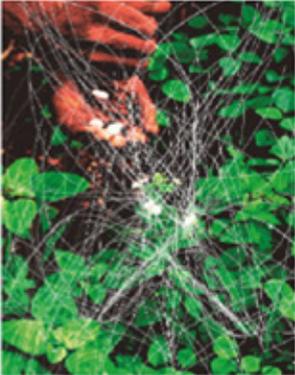
No próximo sábado, dia 09/12, das 14h às 20h, acontece no Ateliê Contágio, localizado no distrito de Barão Geraldo, em Campinas, a exposição coletiva "Contágio".

Participam da exposição vinte artistas que desenvolveram trabalhos poéticos ao longo de um ano como parte da natureza, relacionando-se ao plantio de hortas, a permacultura, a bio-construção, o paisagismo, a produção de tintas naturais e a práticas eco-lógicas.

Dentre os nomes, encontram-se uma nova geração que se une a alguns artistas campineiros de projeção e articuladores das artes plásticas na região para refletir sobre as problemáticas socioambientais, experimentando outras formas de habitar, se expressar e ser no mundo.

A exposição conta com dois ambientes: instalações e performances ocupam um amplo espaço externo enquanto pinturas, gravuras e fotografias residem na galeria interna. Haverá alimentação com opções veganas, bebidas, venda de peças artísticas e programação ao longo do dia todo como performances, queima de cerâmica em fogueira e projeções de vídeos. O evento promete ser uma grande oportunidade de apresentar como os processos criativos do campo artístico podem contribuir com eco-lógicas contemporâneas.

O Ateliê Contágio vem com uma investigação poética das interferências e interações na eco-lógica dos ambientes, passagens que pensam a terra materialmente e subjetivamente. Ao dedicar-se à experiência de aproximação e refletir sobre as ações que se constituem numa temporalidade, os artistas pensam no jogo eco-lógico como um modo de conhecimento, no qual humanos, mas não somente, produzem efeitos, manifestando-se em sua maneira de ser, de se expressar no mundo. Esse projeto de longa duração tem propostas para diversas circunstâncias que partem dessas condições singulares e promoções colaborativas. A visitação pública ao Ateliê Contágio ocorre a princípio em duas exposições: antes das obras de verão (09/12, 17), que seria análogo a um plantio, e após ela, quando todas as plantas terão se desenvolvido junto aos trabalhos em março, mês da colheita (03/03, 2018).



campinas.com.br

7 de Dezembro de 2017

Espaço de artes em Barão Geraldo recebe exposição coletiva "Contágio"

Alto será aberta no sábado (09), a partir das 14h, contará com instalações e performances, além de gastronomia

A exposição coletiva "Contágio" terá apresenta neste sábado (09) no Ateliê que leva o nome da mostra, em Barão Geraldo, em Campinas. O evento ocorre das 14h às 20h

Participam 20 artistas que desenvolveram trabalhos poéticos ao longo de um ano como parte da natureza relacionando-se ao plantio de hortas, a permacultura, a bio-construção, o paisagismo, a produção de tintas naturais e a práticas eco-lógicas

Dentre os nomes encontram-se uma nova geração que une-se a alguns artistas campineiros de projeção e articuladores das artes plásticas na região para refletir sobre as problemáticas socioambientais, experimentando outras formas de habitar, se expressar e ser no mundo

A exposição conta com dois ambientes: instalações e performances ocupam um amplo espaço externo enquanto pinturas, gravuras e fotografias residem na galeria interna. Haverá alimentação com opções veganas, bebidas, venda de peças artísticas e programação ao longo do dia todo como performances, queima de cerâmica em fogueira e projeções de vídeos.

ARTE
CARTA CAMPINAS / ARTE

o LIBERAL

ASSISTA HOJE NA TV PÁVULO extraordinário SÉRIE

Exposição reúne artistas da Região de Campinas

Mostra será aberta hoje em ateliê do Distrito campineiro de Barão Geraldo, com a participação de jovens da região

ARTE
Fórmula Filmes
09/12/2017
09:32

Compartilhe

Vinte artistas da RMC (Região Metropolitana de Campinas) se reúnem na exposição coletiva "Contágio", que será aberta neste sábado no distrito de Barão Geraldo. O evento conta com curadoria de Mathias Reis, e produção dos campineiros Luis Martinelli e Mariane Marletica. A mostra apresenta jovens artistas que têm se destacado na região.

Os artistas participantes da mostra "Contágios" trabalham juntos há um ano relacionando-se ao plantio de hortas, permacultura, bio-construção, paisagismo, produção de tintas naturais, entre outras práticas ecológicas. "Contágio" é dividido em dois ambientes, um voltado para instalações e performances, que ocupam um amplo espaço externo, e outro voltado para pinturas, gravuras e fotografias, que estarão na galeria interna. O ateliê de mesmo nome da mostra foi criado em Barão Geraldo há dois anos e iniciou-se com uma série de ações de plantio de ambientes urbanos em que a biodiversidade fora reduzida consideravelmente nos últimos anos.

LEIA TAMBÉM: Historiador visita ao mostrar restauração de pintura do século 17

Atividades: O evento de lançamento da mostra ocorre das 14h às 20h. E a partir das 20h, ocorrem projeções em vídeo de Alexandre Silveira, João Wesley de Souza e Mathias Reis, sendo este último um projeto baseado na histórica Rua Carioba, na região central de Americana.



Evento conta com curadoria de Mathias Reis, e produção dos campineiros Luis Martinelli e Mariane Marletica.

À esquerda, portais de notícias de Campinas-SP, Carta Campinas e Campinas.com.br e a direita o Jornal (O Liberal) de Americana-SP, noticiam a exposição coletiva 'Contágio' - 12/2017

CONSIDERAÇÕES FINAIS/POETICAS

Enquanto objeto de análise, a terra se constitui no imaginário popular/científico como um depósito de moléculas e nutrientes. Enquanto sujeito, é viva e movimenta-se transversalmente em estados e manifestações diferentes. Podemos chamar a terra de elemento? Onde ele começa e onde termina, nos grãos de pedra triturados, nos fungos, nos animais? A terra não começa e nem termina. A ideia de solo deduz uma imagem de superfície, entretanto ela é porosa, está em simbiose - tudo que nos está distante só conhecemos pela superfície.



Decantação de terra para extração de pigmento (Julho, 2017)

Uma pegada na terra é uma intervenção temporária que a comprime por um instante, o vento ira descomprimi-la e ela vai se deslizar geograficamente e se contagiar com outras terras. A terra não obedece muros, divisões ou propriedades humanas. A terra que corrói os corpos (humanos ou não) decompondo-os é a mesma que dá condições para outra vida se desenvolver. À terra se destinam todos os seres e não seres. A terra está em analogia com a lava de um vulcão, as bolhas são a vida, uma ebulição momentânea do magma, que logo arrebenta e retorna a pasta fervente que conduzirá outras bolhas.



Fotografia, "Compartilhar agora (Público)", 2017.

Existem várias terras, ou em termos geológicos, diversos solos. Mas não seriam eles uma mesma potência em estados diferentes? A terra em que caminho pertence ao mesma placa tectônica que meus amigos de toda América do Sul. São terras diferentes ou um único deslizamento de estados de terra? Por baixo das placas tectônicas se conduz o mesmo magma. Não poderia a terra assim ser um elemento, mas um plano atravessado por incontáveis estados e movimentos, sujeito das condições inerentes a qualquer ambiente ao mesmo tempo que o agencia. A territorialidade também está em movimento, desde o corpo com um assobio (DELEUZE e GUATTARI, 1997) que traz alguma familiaridade para um passeio num lugar desconhecido, até o pertencimento que se impregna em materialidades e se acumulam como as roupas, a casa - essa é uma terra em que se caminha guiado pela afetividade.



Tintas feitas com pigmento de terra e doação de materiais por Ticiano Monteiro/Luana Veiga com ajuda de Alexandre Silveira (Agosto, 2017)

Assim, a cor das tintas, que vem do pigmento de terras das proximidades, marca minha interferência e expressão de territorialidade nesse continuum do ambiente, aliando os trabalhos com a autopoieses - terra/territorialidade - assim, pretendo anunciar a matéria/energia em transformação no espaço e em nossa subjetividade. Os arbustos das beringelas do primeiro ano retornam a horta secas e pintadas em vermelho, até corroerem, quando outras plantas terão secado e serão pintadas e devolvidas ao ambiente. Alimentos serão ingeridos, terra que impregnou no corpo dos vegetais e ao corpo humano numa só melodia, manifestação de potência da terra, transpiração-pele-casca.



Aplicação de tinta feita com pigmento de terra em fragmento da Instalação "Território Continuum" (Agosto, 2017)

Nessa preferência da interação pela intervenção, penso o atelier contágio, estou em contágio, consigo ser pragmático principalmente no que articulo, mas eu não sou eu, sendo ambiente também sou muitos, sendo muitos sou outros, o que sintomaticamente se traduz na abertura dos processos enquanto esculturas socioambientais carentes de cooperação autônoma.

Estágios de peneiração, estágios de coloração, estágios em contágio, contágio de terra que demarca e deixam marcas por onde desliza e corroe, corroe porque marca o tempo que se confunde em tantas terras, até que cai água e aglutina, territorializa, tinge, impregna no corpo e aí brota - mas se aglutina demais, vira pedra.



Fotografia, "Superfície de esforço", parceria com Iam Campigotto (Setembro, 2017)



Frames do videoarte "Certamente, há semente" (Novembro, 2017)

Disponível em: <https://vimeo.com/241276672>



Mapeamento da instalação "Território Continuum" (2017)